

SARA SIMAS

“SOU O PAI, SOU A MÃE”:

FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES POBRES EM

JOINVILLE/SC (1997 A 2009)

FLORIANÓPOLIS/SC

2010

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

SARA SIMAS

“SOU O PAI, SOU A MÃE”:

**FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES POBRES EM
JOINVILLE/SC (1997 A 2009)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Dra. Silvia Maria Fávero Arend.

FLORIANÓPOLIS/SC

2010

SARA SIMAS

“SOU O PAI, SOU A MÃE”:

**FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES POBRES EM
JOINVILLE/SC (1997 A 2009)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, no curso de Pós Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Orientadora: _____

**Dra. Silvia Maria Fávero Arend
Universidade do Estado de Santa Catarina**

Membro: _____

**Dra. Cristiani Bereta da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina**

Membro: _____

**Dra. Roseli Boschilia
Universidade Federal do Paraná**

Florianópolis, Fevereiro de 2010.

À minha mãe, Aldorizete.

AGRADECIMENTOS

Diante da folha em branco, um esforço imenso para organizar meus pensamentos. A dificuldade que tenho em lidar com as belas palavras se faz mais presente agora, pois são delas que preciso para agradecer às pessoas que construíram junto comigo esse trabalho. Primeiro, gostaria de escrever sobre a minha cidade – Joinville – espaço deste estudo, porém cidade na qual eu deixei de viver no decorrer do mestrado. 2008 e 2009 foram anos de viagens, passagens, fluxos... entre as cidades de Florianópolis, onde assistia às aulas do mestrado, Joinville, na qual realizava minha pesquisa, e Paranaguá, cidade na qual fui morar, junto com o Elton, que tornou-se meu companheiro.

A experiência de viver, como disse uma vez o amigo Willian, no “verdadeiro” “entre-lugar”, foi uma das melhores de minha vida até hoje. Ao mesmo tempo em que vivia de passagem entre as cidade de Joinville, Florianópolis e Paranaguá, eu me sentia pertencente às três cidades, uma mulher cosmopolita. O principal desta trajetória, já que as cidades são feitas pelas pessoas que nelas vivem, foram os amigos e amigas que conheci e sobretudo aqueles/as com quem tive a amizade reforçada. Sendo assim, inicio os agradecimentos lembrando da minha amiga Margareth, que também passava por fase de transições em Florianópolis, mas que me recebeu em sua casa de braços abertos. Pela solidariedade, pelas trocas e conversas sobre tudo, em especial sobre História. Agradeço da mesma forma, aos meus amigos e amigas do mestrado, em especial aos da linha de pesquisa Culturas Políticas e Sociabilidade, com quem vivi momentos muito bons em Florianópolis.

Devo um agradecimento muito especial à minha orientadora de mestrado, Silvia Maria Fávero Arend. Obrigada, Silvia, por ter acreditado em mim, que iniciei este trabalho com tantas dúvidas e terminei com tantas outras. O importante, porém, é que as dúvidas do começo não são as mesmas do final.

Aproveito o espaço e agradeço às minha professoras e professores do Mestrado, que

muito contribuíram para a realização deste trabalho: professora Maria Teresa Santos Cunha, professora Marlene de Fáveri e professor Emerson Cesar Campos, obrigada pelas diferentes contribuições. Agradecimento especial à Marlene de Fáveri e Cristiani Bereta da Silva, pelas imprescindíveis contribuições na Banca de Qualificação.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação de História da UDESC, cujo corpo docente e coordenação não mediram esforços para proporcionar um excelente Mestrado. À Capes, pela bolsa de estudos sem a qual a realização da pesquisa ficaria comprometida.

À professora Roseli Boschilia, por aceitar fazer parte dessa banca. E, em especial, à professora Janine Gomes da Silva, que me iniciou nos caminhos da pesquisa histórica e da temática História de Mulheres e Relações de Gênero, além dos incentivos para o início do Mestrado, obrigada.

Neste eixo Florianópolis – Joinville – Paranaguá, que guia minhas memórias sem linearidade, lembro de pessoas sem as quais eu jamais poderia chegar onde cheguei. Minha mãe, Dori, mulher guerreira que me inspirou a conhecer as histórias de outras tantas como ela. Obrigada por acreditar em mim, sempre, mesmo quando não concordava com as minhas escolhas. Pelo seu amor imensurável, Obrigada! Aos meus avós, Primo e Julita, que me educaram, me cuidaram, alimentaram, me amaram tanto! Assim como algumas das avós que terão um pouco de suas histórias narradas neste trabalho. À toda minha família, tão próxima de mim, sempre! Aprendo com vocês a cada dia e sei que aprendem comigo também, essa historiadora e feminista chata! Em especial ao meu irmão, João e meu padasto, Gilmar, por me aturarem todas as semanas em casa, isso mesmo após ter me mudado...

Às minhas queridas amigas da graduação, aprendemos muito juntas, inclusive a respeitar nossas diferenças... Obrigada, Daiane, Roberta e Suzany!

Em Paranaguá, nesses aproximados dois anos de idas e vindas, conheci pessoas maravilhosas que têm proporcionado dias melhores. Entre elas, agradeço especialmente às minhas amigas Lislaine e Leyla, mais mulheres guerreiras na minha vida, para que eu possa me espelhar. Obrigada pela companhia e a troca constante de ideias.

Enfim, chego ao Elton, a quem eu tanto ameaçava dizendo que não agradeceria caso ele demorasse nas inúmeras leituras e correções que teve que fazer do meu trabalho. Obrigada por me ensinar tanto! Obrigada por dividir tantas coisas comigo, dia-a-dia. Obrigada por ler tantos dos meus textos e livros, quando eu não tinha com quem discuti-los. Obrigada por me incentivar, acreditar em mim, por ter se demonstrado um companheiro tão solidário. Obrigada por ser o melhor amigo que eu poderia ter!

Agradeço àquelas funcionárias da Secretaria de Bem Estar Social de Joinville que me

receberam bem e incentivaram meu trabalho. Em especial às assistentes sociais, coordenadoras e psicólogas dos CRAS: Paranaguamirim, Jardim Paraíso e Morro do Meio, obrigada pelas trocas de ideias sobre Assistência Social e Políticas Públicas, e por me receberem nos seus espaços de trabalho.

Às mulheres chefes de família que compartilharam suas histórias comigo, seja nos documentos escritos, seja a partir das entrevistas orais. Deixo para agradecê-las no final para dar ênfase à importância de todas vocês, mulheres anônimas de Joinville, sem as quais não haveria essa história. Obrigada!

RESUMO

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa que teve como foco as mulheres chefes de família, em situação de “vulnerabilidade social”, na cidade de Joinville/SC, no Tempo Presente, especialmente entre as décadas de 1990 a 2000 do século XX e XXI. Todavia, devido às fontes orais utilizadas na realização desse trabalho (com mulheres entre 30 e 50 anos), da mesma forma que os periódicos utilizados, um período maior foi analisado, como as décadas de 1970 e sobretudo, 1980. As principais fontes utilizadas para tal foram: os “Levantamentos Sócio Econômicos” da Secretaria de Bem Estar Social de Joinville, além das entrevistas orais, realizadas com mulheres chefes de família “usuárias” de programas assistenciais na cidade. A partir dessas fontes, foi possível conhecer as vivências das mulheres chefes de família, suas práticas cotidianas, bem como as sociabilidades e redes que se desdobram nos bairros periféricos de Joinville. A dinâmica das relações familiares, seus diferentes arranjos e as relações entre mulheres chefes de família e seus filhos e companheiros também tiveram espaço nesta pesquisa. Cruzando as diferentes fontes deste trabalho, juntamente com uma ampla consulta bibliográfica, foi possível perceber a existência de permanências, mas também de rupturas entre as práticas sociais das famílias pobres em vários períodos da história do Brasil. Além disso, foi possível perceber como as diferentes políticas sociais de Estado podem vir a influir nestas práticas, exemplares são as políticas de transferência de renda, tais como o Bolsa Família, de caráter compensatório, a partir do qual muitas das práticas historicamente ligadas aos grupos pobres, sobretudo com relação à infância, vêm sofrendo consideráveis alterações.

Palavras Chave: História; Tempo Presente; Família; Relações de Gênero; Políticas Sociais.

ABSTRACT

This work results from a research that focused on poor households headed by women in Joinville city, Santa Catarina State, Brazil, between the years 1997 and 2009. The main sources used on this were: the “Socioeconomic Surveys” from Joinville’s Welfare State and oral interviews made among women head of family “users” on assistance programs at the city. Getting started from these sources, it was possible to know these women' experiences, their quotidian practices as well as their sociability and the networks that spread out in Joinville's peripheral neighbourhoods. The familial relationship dynamic, its different arranges and the relations between women head of families and their sons and partners also have been seen in this research. The cross of different sources in this work, added by an wide bibliographical consult, made possible to perceive the existence of “permanences”, but also ruptures in the poor families' social practices among many periods in Brazil's history. Furthermore, it was possible to perceive as the different social state policies has influenced in these practices. Exemplars are the policies of “income transfer”, like the Bolsa Família, which main characteristic is a “compensatory method”. This policy was the starting point of several changes in the practices historically linked to the group of poor people, specially those which are directly related to childhood.

Keywords: History; Present Time; Family; Gender Relations; Social Policies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. MULHERES CHEFES DE FAMÍLIAS NA JOINVILLE DO PRESENTE: TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS NA CIDADE.....	23
1.1 JOINVILLE: “CIDADE DE (I)MIGRANTES”.....	23
1.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO DE JOINVILLE: PROCESSOS MIGRATÓRIOS E FORMAÇÃO DOS BAIRROS PERIFÉRICOS.....	28
1.3 “O PARAÍSO NÃO É O PARAÍSO”: RELAÇÃO ENTRE O BAIRRO E AS VIVÊNCIAS DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DE JOINVILLE.....	36
2. MÃES, COMPANHEIROS E FILHOS.....	51
2.1 FAMÍLIAS POBRES NO BRASIL: QUESTÕES HISTÓRICAS.....	51
2.2 “SEM TER UM COMPANHEIRO DO LADO NÃO DÁ!”: MULHERES E HOMENS POBRES EM JOINVILLE.....	59
2.3 A CRIANÇA NAS FAMÍLIAS POBRES: QUESTÕES HISTÓRICAS.....	76
2.4 “MEUS FILHOS SÃO TUDO PARA MIM”: MÃES E FILHOS ENTRE OS POBRES DE JOINVILLE.....	80
3. “É ASSIM QUE A GENTE VIVE”: AS MULHERES POBRES DE JOINVILLE E AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	97
3.1 A ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO.....	97
3.2 FAMÍLIAS POBRES DE JOINVILLE: REDES SOCIAIS ENTRE PARENTES, VIZINHOS E “IRMÃOS”.....	105

3.3 A ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS POPULAÇÕES POBRES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O CASO DE JOINVILLE.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	138
APÊNDICES.....	151
ANEXOS.....	153

INTRODUÇÃO

“Sou o pai, sou a mãe”, foi dessa forma que a maioria das mulheres que entrevistei para essa pesquisa definiu a sua situação de chefia familiar¹. Para essas mulheres, ser chefe de família é assumir, além dos cuidados com a casa e os/as filhos/as - tarefas historicamente consideradas femininas – também aquelas tarefas consideradas masculinas, como a provisão financeira e a responsabilidade social pela família. Nesse sentido, é importante perceber que, superando o conceito de chefia familiar relacionado exclusivamente à provisão econômica do lar, para grande parte dessas mulheres pobres, a função principal de uma chefe de família está relacionada às tarefas de cuidado.

Maria, entrevistada para esse trabalho, ao ser indagada sobre o porquê de considerar-se chefe de família, respondeu: “Eu sustento [os filhos], claro! Elas sabem aqui... a “ação social”. Às vezes eles se admira, né, porque eu sou uma mulher guerreira...[sic]²”. Ela explicou, no entanto, que o seu entendimento sobre “chefia familiar” ultrapassa a condição de provedora econômica:

Guerreira que eu quero te dizer, sabe o que é? É que você cuida nos dias que eles tão doentes... tem que cuidar tipo um casal quando casa na igreja... eu nunca fui casada, mas... você tem que cuidar entre a vida, a saúde e a morte, eu já fui no casamento da minha filha, sei como o padre fala... então é as mesmas coisas com os filhos, entende? Esses dias o carro pegou meu filho... ele tá com a cara toda pintada, parece que jogaram pedra [...] Aí o que eu fiz, levei ele para o hospital, lá para o hospital

¹Utilizo o termo “chefia familiar”, da mesma forma como utilizado pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual o/a “chefe da família” é aquele/a, homem ou mulher, responsável pela família e do qual provém, na maioria das vezes, a principal fonte de sustento. O termo “chefe de família” deixou de ser utilizado pelo Censo no início dos anos 1990, substituído por termos como: “pessoa de referência” e, mais recentemente, “pessoa responsável pelo domicílio”, uma vez que o termo “chefe de família” remetia à imagem tradicional de chefia masculina. No entanto, neste trabalho, utilizo o termo tendo em vista que este “cunhou-se” em distintas áreas de conhecimento e é amplamente usado por pesquisadoras/es da temática.

Fontes: *Considerações sobre alguns aspectos do conteúdo dos questionários do Censo Demográfico 2000*. Diretoria de Pesquisas. Censo 2000. IBGE. Retirado de <www.ibge.gov.br/censo/questionarios.shtml> Acesso em 05. Out. 09.

²MARIA. 47 anos. Moradora do bairro Jardim Paraíso e mãe de 09 filhos/as. Entrevista concedida a Sara Simas, no dia 13 de maio de 2009, no CRAS Jardim Paraíso.

infantil, chegou lá o médico consultou tudo e liberou ele, então eu fui atender [...] tu vê se não fosse a mãe [...] Nos modos de ser da casa... prá cuidar, pra ser a guerreira... eu sou tudo, entende?[sic]³

O interesse pela vivência de “guerreiras”, como Maria, me motivou a iniciar essa pesquisa que se desenrolou nos anos de 2008 e 2009. Guerreiras, mulheres, mães e pobres, que enfrentam batalhas cotidianas em busca da sobrevivência dos membros da família.

Essa investigação tem como foco as mulheres chefes de família pobres, moradoras da cidade de Joinville/SC no tempo presente. A desigualdade social existente em Joinville – apesar da cidade apresentar o maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado de Santa Catarina⁴ – sempre me intrigou. Sua distribuição geográfica/política, com grandes bairros, divididos em centrais e periféricos, foi fruto de um amplo processo migratório⁵ que trouxe do campo para a cidade milhares de homens, mulheres e crianças – entre eles minhas famílias, materna e paterna.

A história dessas famílias migrantes, sobretudo daquelas que não conseguiram o trabalho tão sonhado na “cidade do progresso” e estabeleceram-se em suas regiões periféricas, ou daquelas que continuam chegando a Joinville diariamente, foi o meu principal interesse de estudo. As relações no âmbito da família entre esses grupos em “vulnerabilidade social”⁶, suas diferentes configurações, as características singulares da vivência nos bairros periféricos e a presença marcante das mulheres nesse contexto, foram as motivações que me conduziram na escolha do objeto de pesquisa.

Uma vez que me interessava conhecer histórias de algumas dessas mulheres chefes de família, fui em busca de registros que me oportunizassem realizar este estudo. Os documentos da Secretaria de Bem Estar Social de Joinville (SBES), compostos por Formulários Sócio Econômicos, pareceram ideais para a pesquisa, sobretudo porque poderia, dessa forma, analisar a relação destas famílias com as ações da assistência social na cidade. As principais

³MARIA. Ibid.

⁴Produto interno Bruto dos municípios – 2006 a 2007. IBGE. Retirado de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2003_2007/PIB_2003_2007.pdf> Acesso em 19.dez.09.

⁵Este tema é abordado no primeiro capítulo.

⁶“Vulnerabilidade Social” é um termo utilizado pelos profissionais do Serviço Social, para exprimir condições sociais, “principalmente relacionadas ao conjunto das profundas transformações que, nas últimas décadas, afetaram negativamente o mundo do trabalho. A crise do padrão de desenvolvimento do pós-Segunda Guerra, o advento de um conjunto importante de mudanças tecnológicas, a maior abertura do comércio e das finanças mundiais, a reestruturação produtiva, a elevação da percepção de risco e mudanças nas estratégias de concorrência das empresas”. *Aspectos conceituais da Vulnerabilidade Social*. Dieese. Unicamp, 2007. <http://www.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf> Acesso em 13.Jun.2009.

fontes documentais desse trabalho consistem nos “Levantamentos Sócio Econômicos” da SBES, de usuárias e usuários atendidos entre 1997 e 2002. Além da documentação escrita, foram efetuadas entrevistas, realizadas de acordo com a metodologia da história oral, com seis mulheres “usuárias” dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), da cidade, no ano de 2009, que foram indicadas pelas assistentes sociais da instituição.

O acesso aos documentos referidos foi permeado de dificuldades, já que encontrei oposição de alguns funcionários/as da SBES com relação à pesquisa. A principal dificuldade, no entanto, deu-se em função de um novo grupo político assumir, no início do ano de 2009, o comando da prefeitura de Joinville. Este fato ocasionou uma alteração dos responsáveis pelos setores da SBES - onde se encontrava a documentação escrita - provocando, assim, a necessidade de uma nova autorização e um atraso na liberação desta e conseqüentemente no início da pesquisa. Além disso, as entrevistas orais, que dependiam da indicação das entrevistadas pelas funcionárias dos CRAS e da disponibilização de espaço físico, também ficaram prejudicadas – tendo em vista que o número de entrevistas realizadas foi inferior ao esperado. Todavia, com o apoio de algumas funcionárias da Secretaria de Bem Estar Social e, especialmente das servidoras dos Centros de Referência em Assistência Social, que compreenderam a importância desse estudo, consegui realizá-lo.

A Secretaria de Bem Estar Social de Joinville não conta com um arquivo permanente e muito menos disponibilizava seus documentos para pesquisa. Conseguir autorização para revirar as caixas-arquivo que se encontravam no local de trabalho de dezenas de assistentes sociais e demais servidores, não foi, portanto, tarefa fácil. O fato de ter que analisar os documentos, muitas vezes, em pé – uma vez que não havia cadeiras disponíveis - e ter que copiar à mão as partes que julgava importantes, atrapalhou sobremaneira minha investigação. A intenção era trabalhar com um recorte temporal mais amplo, entretanto, só me foram disponibilizados os documentos produzidos entre 1997 e 2002. Entre os Levantamentos Sócio Econômicos da SBES produzidos nesse período – cuja quantidade total não foi possível contabilizar - 522 eram relativos a famílias chefiadas por mulheres, sendo utilizados nessa pesquisa. Destes documentos, 105 referiam-se ao atendimento de homens - entre eles, companheiros e filhos – e 417 eram referentes ao atendimento de mulheres que assumiam a chefia de suas famílias.

Não foi possível, na análise realizada, quantificar os dados – raça/etnia, idade, ocupação, quantidade de filhos, etc. - dos relatórios sociais, tendo em vista as condições em

que a pesquisa teve que ser feita, bem como o fato de que muitos dos Levantamentos Sócio Econômicos tinham informações incompletas. Além desses fatores mencionados, outro impossibilitou a quantificação dos dados: cada usuária/o possui um único formulário no qual os diferentes atendimentos eram registrados toda vez que esta procurava a SBES. No entanto, a maioria dessas usuárias/os possui uma configuração de família bastante singular, pois alteram com certa frequência de estado civil, o número de filhos, de ocupação, de local de moradia, etc. Os dados dos relatórios sociais, todavia, não registravam essas mudanças, permanecendo os do primeiro atendimento. Dessa forma, aproveitei, desses documentos, os ricos relatos escritos pelas assistentes sociais sobre a situação das famílias e dos indivíduos que procuraram auxílio junto ao órgão, realizando, assim, uma pesquisa qualitativa.

O recorte temporal deste trabalho é definido como “tempo presente” tendo em vista que as memórias e histórias conhecidas por meio das entrevistas orais e utilizadas como fonte para essa pesquisa, se referem as reminiscências das mulheres entrevistadas em diferentes períodos de suas vidas, o que permitiu o conhecimento das relações familiares entre os pobres desde a década de 1970 e 1980 do século XX. Esse recorte também está relacionado aos documentos que me foram disponibilizados na SBES – do período de 1997 a 2002 - e também ao ano em que realizei as entrevistas orais, 2009, que tornaram possível a análise das políticas sociais vigentes neste espaço de tempo. Tal recorte foi considerado pertinente na medida em que possibilitou a análise das vivências e práticas de mulheres chefes de família e suas relações com as políticas sociais (além das políticas sociais, em si) em dois importantes períodos políticos do Brasil: o governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1994 a 2002 e o de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 até o período em que o trabalho foi produzido.

Na análise da documentação escrita, me ative aos registros feitos, em sua maioria, por assistentes sociais da SBES. Nesses registros, as funcionárias relatavam a situação narrada pelas usuárias/usuários que, por diferentes motivos, recorriam ao órgão. A partir da análise desses documentos, percebi características recorrentes no que se refere às práticas das famílias sob chefia feminina – características estas que estão expostas ao longo do trabalho. Com esses relatos foi possível conhecer parcialmente a vivência das famílias pobres de Joinville no período, além de, ao cruzar os documentos com as fontes orais, perceber suas permanências e rupturas.

As entrevistas orais, realizadas de acordo com a metodologia da História Oral – a partir da gravação em fita K7 e posterior transcrição – foram realizadas com 06 mulheres

chefes de família, usuárias dos CRAS localizados nos bairros Jardim Paraíso, Paranaguamirim e Morro do Meio, em Joinville. Para essas entrevistas organizei um roteiro⁷ com o intuito de conhecer as trajetórias de vida das mulheres. No entanto, apesar de guiadas pela entrevistadora, as entrevistas se desenrolaram de acordo com as memórias das entrevistadas. As entrevistadas tinham entre 31 e 54 anos, dessa forma foi possível perceber duas diferentes gerações entre elas, o que possibilitou conhecer experiências e visões diferenciadas sobre relações de gênero, família, trabalho, etc. Um exemplo disso está relacionado aos relacionamentos conjugais: enquanto as mulheres na faixa dos 30 anos assumem relacionamentos instáveis e trocam mais constantemente de parceiros, as mulheres acima dos 40 anos procuram manter relações estáveis (apesar da estabilidade ter se demonstrado um desejo de todas) ou viverem sós (essas questões serão abordados sobretudo no 2º capítulo deste trabalho).

Além destas duas fontes documentais principais, foram utilizados para este trabalho livros sobre a história de Joinville⁸, escritos pelo historiador Apolinário Ternes, além de diversas matérias publicadas em jornais da cidade de Joinville - com destaque para o Jornal *A Notícia*, de maior circulação local – em um período que compreende as décadas de 1980 e 2000. Com esta documentação, procurei conhecer os diferentes discursos sobre a cidade de Joinville: o discurso de uma historiografia tradicional e “oficialista” e os discursos da imprensa escrita, sobretudo quando abordavam os migrantes e os bairros periféricos da cidade.

A partir das discussões geradas pela segunda onda do Movimento Feminista, primeiramente com a utilização da categoria mulher e depois com a introdução da categoria gênero⁹ - que permitiram pensar as relações entre homens e mulheres como relações construídas socialmente - a perspectiva de gênero passou a ser, aos poucos, abordada nos estudos acadêmicos, sobretudo nas ciências humanas. Segundo Adriana Piscitelli, “a efervescência acadêmica provocada pelos interesses feministas deu lugar à crescente acumulação de um corpo de dados sobre a situação da mulher. Assim, constituíram-se e consolidaram-se os estudos da mulher nas mais diversas disciplinas – a antropologia da

⁷O roteiro de entrevistas está disponibilizado nos Anexos deste trabalho.

⁸Apresentados e analisados no primeiro capítulo.

⁹Estas categorias vêm passando por novos debates e reformulações, tanto no âmbito dos estudos acadêmicos como nos dos Movimentos feministas. Sobre esta questão ver: RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Org.) *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p. 31-42.

mulher, a história das mulheres”.¹⁰

Nos estudos históricos, a contribuição dos movimentos feministas associada às renovações historiográficas trouxe as relações de gênero à tona, principalmente ao incluir na análise histórica a participação de mulheres. Para Joan Scott, porém, essa abordagem não encontrou legitimidade em todas as áreas da historiografia,

não foi suficiente para as/os historiadoras/es de mulheres provar, seja que as mulheres tiveram uma história, seja que as mulheres participaram das principais desordens políticas da civilização ocidental. [...] a reação da maioria das/historiadoras/es não feministas foi o reconhecimento e em seguida a devolução da história das mulheres a um domínio separado.¹¹

Os estudos de gênero, no entanto, vêm conquistando cada vez mais espaço e reconhecimento na disciplina, como uma categoria de extrema importância para a análise histórica. A perspectiva defendida por Scott entende os padrões de masculinidade e feminilidade como construções sociais que se desenrolam em relações de poder, tal qual as enunciadas por Michel Foucault.¹² Segundo Scott, “os historiadores devem antes de tudo examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas”.¹³ Nessa perspectiva, utilizo a categoria gênero associada a outras importantes categorias, imprescindíveis para o estudo deste tema, tais como, família¹⁴, raça/etnia¹⁵, idade/geração e grupo social/classe.

¹⁰PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, C. de L., SCHMIDT, Simone P.(Orgs) *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2004. p. 48

¹¹SCOTT, Joan, Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre. Jul/Dez. 1990. p.06.

¹²FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. vol. I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro, 1999.

¹³SCOTT, Op. Cit. p.15.

¹⁴ Ao longo dos capítulos da dissertação apresentar-se-á o entendimento acerca da categoria família.

¹⁵Segundo dados do IBGE, dos 5.357.864 de habitantes do estado de Santa Catarina, no Censo 2000, 4.786.293 se declaravam brancos, 376.766 se declaravam pardos, e apenas 142.207 se declaravam negros, contabilizando 518.973 pessoas consideradas negras/pretas. Nesta perspectiva, tendo em vista que questões relativas à desigualdade racial não estão presentes nas fontes escritas (as quais não foi possível contabilizar os dados referentes à raça/etnia) e que apenas duas das mulheres entrevistadas eram negras, entendo que o grupo social analisado constitui-se de uma população pobre majoritariamente branca. É importante, todavia, observar que pesquisas recentes afirmam que Joinville é a cidade com o maior percentual de população negra do estado (17,4%). No entanto, como as questões raciais não estiveram presentes no decorrer da pesquisa, apenas tangencialmente, essa discussão não é abordada de forma mais densa nesse estudo. Fontes: *População residente, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação*. IBGE. - 2000. Disponível em < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/tabela07.pdf> Acesso em 12. Jan. 2.010.

Joinville tem maior população negra de Santa Catarina. Disponível em < <http://www.santacatarina24horas.com/Joinville-tem-maior-populacao-negra-de-Santa-Catarina.html>> Acesso em 12. Jan. 2010.

Vinculo-me à perspectiva da História Cultural do social ou da sociedade, tal como defendida pelo historiador Roger Chartier.¹⁶ A partir da História Cultural, a história como disciplina acadêmica sofreu profundas reformulações que tornaram possível novos objetos, fontes e análises, tais como as empregadas neste trabalho. O que foi rotulado como a “crise da inteligibilidade histórica”, ou uma história “à beira da falésia”, expressões utilizadas pelo historiador Roger Chartier¹⁷, pode ser considerado pelos historiadores atuais como a contribuição mais importante para o desenvolvimento da disciplina. Essa história que beira constantemente os abismos, por manter distanciamentos cada vez maiores das certezas e verdades de uma história positivista e que faz florescer questionamentos aos quais, frequentemente, não obtém respostas, também oferece aos estudos históricos novas reflexões teórico- metodológicas e temáticas renovadas e amplas.

Ao circular dentro dos domínios dessa História Cultural do social, este trabalho acaba por estabelecer tênues fronteiras com outras áreas do conhecimento, tais como a Antropologia Social e a Sociologia. Utilizo muitos dos conceitos e categorias cunhados por Michel De Certeau, tais como: práticas, apropriações, estratégias e táticas¹⁸, como também da noção de “grupos sociais”, tendo em vista que me limito a perceber a vivência das mulheres chefes de família enquanto mulheres pobres - em situação de vulnerabilidade social - na medida em que a condição de pobreza interfere profundamente nas suas trajetórias de vida. Da mesma forma, procurei não utilizar a perspectiva de “cultura popular”, ainda que em determinados trechos do trabalho tenha feito uso desse termo ao me referir as população analisada. A noção de “cultura popular” alavanca uma série de controvérsias, na medida em que pode sugerir a existência de um povo culturalmente homogêneo ao mesmo tempo que contrapõe a cultura popular à cultura de elite ou erudita.¹⁹ Porém, é importante afirmar que entendo as práticas das mulheres pobres e dos membros de suas famílias como engendradas a partir de sua condição social. Nesse sentido, como afirmou Chartier:

A ideia de construção cultural se desenvolveu como parte de uma reação saudável contra o determinismo social e econômico, mas é necessário evitar o excesso de reação. Os historiadores precisam explorar os limites da plasticidade cultural, limites

¹⁶CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

¹⁷CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: A história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

¹⁸CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994. Essas questões serão melhores discutidas no segundo capítulo.

¹⁹BURKE, Peter. *O que é história Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

que, embora passíveis de modificação [...], algumas vezes são estabelecidos por fatores econômicos, fatores políticos ou, ainda, por tradições culturais.²⁰

Devido ao fato do recorte temporal desta pesquisa inscrever-se no tempo presente, alguns cuidados foram necessários em relação às fontes documentais. Temas como: mulheres chefes de família ou famílias chefiadas por mulheres no tempo presente, exigem o deslocamento do olhar dos pesquisadores para o singular. Para tanto, é necessário desenvolver uma micro-história que deve estar pautada em um “jogo de escalas”, segundo a perspectiva do historiador Bernard Lepetit²¹, onde o micro deve ser inserido na esfera macro e os detalhes e particulares devem ser observados sem desconsiderar o panorama maior. John Lewis Gaddis, ao abordar os métodos para a pesquisa histórica, afirma que os pesquisadores da área devem ter

a capacidade de seleção, de simultaneidade [...] podem selecionar da cacofonia dos eventos o que é realmente importante; podem estar em épocas e lugares diversos ao mesmo tempo; e podem se aproximar e se afastar dos níveis macro e microscópico de análise.²²

A História do Tempo Presente, apesar de ser uma área que parece estar galgando cada vez mais espaço junto aos estudos históricos, ainda é considerada um campo bastante incerto, tendo em vista a ideia tradicional da História como estudo do passado, que se opõem à perspectiva que considera a História como o estudo dos homens e mulheres no tempo. Nesse sentido, a História do Tempo Presente é um desafio aos historiadores/as, tendo em vista que muitas vezes presenciamos os processos sociais que propomos a avaliar e, sobretudo, frente as transformações da sociedade nas últimas décadas do século XX e início do XXI.

Frente esse panorama, o/a historiador/a do Tempo Presente necessita de um cuidado dobrado com seus métodos e suas análises, estabelecendo critérios de seleção e de interpretação de suas fontes documentais. Como lembra Jean-Pierre Rioux²³, é “o próprio historiador, desempacotando sua caixa de instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho, que cria sempre [...] o famoso 'reco'”, independente do tempo histórico que analisa. Assim como afirmou

²⁰CHARTIER. Op Cit. 1990. p. 129.

²¹LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

²²GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: Como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p.37.

²³RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a História do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p.46

o historiador Keith Jenkins²⁴, todo o/a historiador/a na sua busca por vestígios de um tempo passado, escreve a história a partir do presente.

Para a utilização da memória como fonte documental foi necessário uma série de cuidados. Nisso, vem à tona uma outra responsabilidade, não só do/a historiador/a do Tempo Presente, mas imprescindível para os que trabalham com história oral: o comprometimento com a ética profissional. Em relação às entrevistas orais, foram utilizados nomes fictícios para preservar a identidade das mulheres (e homens) que tiveram suas trajetórias narradas e o mesmo se deu com a documentação escrita.

A memória consiste em uma relação dialética entre o passado e o presente, sendo que a vivência do tempo presente influi fortemente nas lembranças do passado. Nesse sentido, como lembra Alistair Thomson, é importante perceber que a memória é composição, feita por cada um de nós ao narrar seu passado. Para o referido autor, a memória é um processo que pode parecer exclusivamente pessoal, porém “é, na verdade, um processo inteiramente público. Nossas experiências podem ser temerárias e dolorosas se não corresponderem às histórias ou mitos normalmente aceitos”.²⁵ Dessa forma, ao analisar os relatos, foi importante atentar para esta característica de construção das memórias, pois como afirmou Pierre Nora, “está dada a ordem de se lembrar, mas cabe a mim me lembrar e sou eu que me lembro”.²⁶

Entendo que o trabalho dos/as historiadores/as com as fontes orais, a fim de buscar uma nova inteligibilidade para a História, não é mais apenas o de descrever os acontecimentos narrados, mas realizar uma reflexão sobre a maneira com que foram ou não narrados, para perceber mais a relação entre memória e História, desvinculando-se da ideia tradicional de que a memória reflete verdadeiramente o acontecido no passado ou de que a História espelha a memória.

Ainda citando as reflexões de Alistair Thomson, deve-se atentar para “as diferentes estratégias usadas para lidar com as memórias [...] e as diferentes formas de relembrar”.²⁷ É interessante compreender como funciona a memória, perceber suas falhas, lapsos e “não ditos” e como eles podem ter importantes significados, pois se o discurso oral é feito de lembranças, é também composto por esquecimentos. Para Michael Pollak, “existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, ‘não ditos’. As fronteiras desses

²⁴JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

²⁵THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, n.15, abr.1997, p.58

²⁶NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História*. n.10. São Paulo, 1993. p. 17.

²⁷THOMSON. *Ibid* p. 59.

silêncios e ‘não ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento”.²⁸ Os lapsos e os silêncios propositais podem ser ocasionados por inúmeros fatores e torna-se necessário um exercício de sensibilidade para percebê-los, pois são também objetos da História.

Em relação as memórias das mulheres entrevistadas, foi possível perceber que estas eram marcadas por ressentimentos que, segundo Pierre Ansart, são representados pelos “rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte”.²⁹ Nos relatos de Maria, Patrícia, Agnes, Tamires, Dalva e Sônia, em diferentes medidas, estiveram presentes mágoas, pesares e dores. A condição de pobreza presente em suas vidas desde a infância, a falta de oportunidades e o denominado “autoritarismo” paterno ou a “negligência” materna, são algumas das “dores” do passado que se reavivam no presente, no ato de (re)lembrar. De acordo com Ansart:

Os fatos organizados em uma cronologia têm a simplicidade inelutável, pois já passaram, enquanto os ressentimentos são extremamente incertos, quando não mais vividos e sentidos. Frequentemente, o indivíduo tem a tendência a evitar seus próprios ódios quando a história os torna caducos [...] Somos levados a isso, salvo exceção, pelo próprio movimento de nossas novas experiências, pela preocupação de não sentir o peso das psicologias agressivas ou assassinas cujas violências físicas ou simbólicas sofremos.³⁰

Levando em conta essas reflexões, se usados como ferramenta analítica, os ressentimentos podem ajudar a compreender as diferentes relações sociais, como também as subjetividades. Para Thomson, “a investigação e a análise das histórias e silêncios do testemunho oral podem revelar, de forma ampla, a natureza e os significados da experiência e as maneiras como retribuímos nossas reminiscências sobre o passado durante toda a vida”.³¹

Investigar as relações de gênero e as sociabilidades de mulheres chefes de família, a partir de suas memórias, implica reconhecer suas subjetividades. Todavia, como defendeu Pierre Nora, a memória opera em uma “relação dinâmica constantemente em movimento”, na qual têm influência o individual, o compartilhado e o coletivo, ou público. Para o autor, “não

²⁸POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

²⁹ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Org.) *Memória e (Res) sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004. p.15.

³⁰ANSART, Op. Cit. p. 31.

³¹THOMSON, Op. Cit. p.67

é apenas com a hipótese da polaridade entre memória individual e memória coletiva [tal qual pensada por Maurice Halbwachs³²] que se deve entrar no campo da História, mas com a de uma tríplice atribuição da memória: a si, aos próximos, aos outros.³³ Logo, todas as facetas da memória-composição devem ser consideradas no processo de apreensão de uma realidade possível. Para Alexandre Porteli, “a história oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém formam um todo coerente depois de reunidos”.³⁴

De acordo com François Bédarida³⁵ a História do Tempo Presente tem um caráter inacabado e está em constante mudança e é este o principal desafio para os historiadores e historiadoras. O/A historiador/a que pesquisa o tempo presente assume uma responsabilidade social ao abordar temas recentes, que fazem parte diretamente da sua vida.

Apesar dos cuidados necessários com relação às fontes documentais e métodos, a perspectiva da História do Tempo Presente mostra-se importante para o trabalho do/a historiador/a, sobretudo frente às novas preocupações contemporâneas que precisam, também, ser analisadas pela historiografia, como discutem Agnès Chauveau e Philippe Tétart:

O historiador é cada vez mais parte integrante do contemporâneo – porque a força da história passadista, factual e historicista se esfumaça diante de uma demanda social insistente, resolutamente ancorada no presente e no modo “interpretativo”. Em sua intervenção pública a história [...] é um fator de compreensão do presente e vetor de opinião para o corpo social.³⁶

Considerando essas observações teóricas e metodológicas, o esforço desta pesquisa consiste em entender as práticas das famílias chefiadas por mulheres e das mulheres chefes de família das camadas pobres da cidade de Joinville, no tempo presente. Procuo conhecer as relações entre os membros da família, existentes nesse grupo social, os distintos arranjos familiares, as estratégias de sobrevivência e as práticas que permaneceram ou se modificaram no decorrer da história, de acordo com a bibliografia analisada. O meu último objetivo, neste

³²HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

³³ NORA, Pierre. Op. Cit. p.142

³⁴PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*. São Paulo, abr.1997. p. 16.

³⁵BÉDARIDA, François. Tempo Presente e Presença na história. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996, p. 221.

³⁶CHAVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAVEAU, A ;TÉTARD, Ph. (org.) *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.p.36.

trabalho, foi compreender a relação das mulheres chefes de família de Joinville com a assistência social, identificando suas diferentes demandas. Visando levar a cabo essa proposta, a dissertação é dividida em três momentos.

No primeiro capítulo, apresento considerações sobre o espaço onde a pesquisa foi realizada, a cidade de Joinville. A história de Joinville é abordada, especialmente após o processo de industrialização, na década de 1950. Inicialmente, realiza-se uma crítica à historiografia produzida sob uma perspectiva tradicional, que privilegiava os estudos relativos à imigração alemã exaltando a figura dos europeus e seus descendentes, frente os milhares de brasileiros das mais diversas origens que também habitavam a cidade e ajudaram a construí-la. Na outra parte desse capítulo, busco descrever os bairros em que as mulheres entrevistadas habitavam e sua relação com os mesmos e com a cidade de Joinville.

No segundo capítulo, opto por investigar as relações no âmbito da família entre os pobres, primeiro a partir de uma revisão bibliográfica sobre a temática de História e família e, depois, utilizando-me de dois eixos para entender essas questões: a relação entre as mulheres chefes de família e seus companheiros e a relação entre estas mulheres e seus filhos/as. Assim, busco conhecer as vivências das famílias chefiadas por mulheres neste grupo social, durante o período estudado, além de perceber as permanências e rupturas de práticas associadas aos grupos pobres, em relação a outros períodos da História do Brasil.

O terceiro e último capítulo dedica-se à relação entre as mulheres chefes de família de Joinville e a assistência social na cidade. Primeiramente busco fazer uma breve análise histórica sobre a questão da assistência social e das políticas sociais no Brasil, tarefa demasiadamente difícil tendo em vista que são raros os trabalhos de historiadores/as na área. Dessa forma, me vali dos trabalhos de profissionais da área do Serviço Social, Sociologia, Educação, etc, afim de traçar um panorama histórico sobre essas questões contemporâneas. Ainda nesse capítulo, procuro entender em que medida as novas políticas sociais, adotadas a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, alcançaram tais mulheres, e podem ou não estar mudando sua condição de pobreza, além de perceber em que sentido há permanências na noção histórica de assistência social.

1. MULHERES CHEFES DE FAMÍLIAS NA JOINVILLE DO PRESENTE: TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS NA CIDADE.

1.1. JOINVILLE: “CIDADE DE (I)MIGRANTES”.

Joinville, cidade localizada na região nordeste de Santa Catarina, foi colonizada por imigrantes europeus, sobretudo alemães, noruegueses e suíços, que se estabeleceram na localidade a partir de 1851, por intermédio da Sociedade Colonizadora de Hamburgo – até então, a região era historicamente habitada por indígenas da etnia Xokleng³⁷, além de algumas famílias e indivíduos de origem brasileira, portuguesa, africana e afro-brasileira, estes, na maioria dos casos: escravos³⁸. Alguns fatores contribuíram para que Joinville se desenvolvesse industrialmente ainda na primeira metade do século XIX, como a proximidade com o porto de São Francisco do Sul e a facilidade de locomoção para as regiões do planalto catarinense e para cidades como Curitiba, no Paraná.

O desenvolvimento precoce de atividades fabris proporcionou a auto-suficiência da colônia denominada “Dona Francisca”, logo nas primeiras décadas de seu surgimento e propagou atividades comerciais que deram base ao seu desenvolvimento econômico. Esse panorama fez com que Joinville fosse, continuamente, destino de imigrantes vindos de diferentes países da Europa e também de pessoas provenientes de outras regiões do Brasil. Durante todo o início do século XX, sobretudo a partir da década de 1940 e mais efetivamente a partir da década de 1960, acompanhando o contexto histórico nacional, Joinville teve um grande aumento no número de indústrias e na capacidade das já existentes, levando à necessidade de mão-de-obra e a um processo migratório ainda maior, primeiramente com a

³⁷SANTOS, Silvio Coelho. Índios arredios em Joinville. *Joinville: Ontem e Hoje*. Câmara de vereadores de Joinville. n.3. Março de 2005. pp. 10-16.

³⁸SILVA, Janine Gomes; FONTOURA, Arselle de Andrade. “Quer ser declarado livre”: Histórias sobre a presença negra em Joinville no século XIX. Op. Cit. pp. 22-25.

vinda de pessoas provenientes do interior de Santa Catarina e posteriormente, de outras regiões do Brasil, especialmente do interior do Paraná.

Apesar da diversidade de faces que habitavam Joinville desde do início do século XX, a historiografia da cidade, durante muito tempo, registrou apenas a história dos imigrantes europeus, principalmente os alemães, que eram enaltecidos por um discurso saudosista. Exemplares são as obras do historiador/jornalista Apolinário Ternes. Em texto publicado em 1981, época de amplo processo migratório, o historiador afirmou:

Temos ainda que destacar, que o processo econômico estará sempre intimamente relacionado com o conteúdo da cultura alemã e que Joinville sofrerá, como toda a Alemanha, o processo de degeneração dessa mesma cultura [...] os primeiros 50 anos do século XX, oportunidade em que Joinville se engrandeceu economicamente e decresceu culturalmente...³⁹

Os livros e as reportagens que o referido historiador publica há mais de 30 anos em importantes jornais, são amplamente lidos e consultados pelas pessoas que procuram informações sobre a história de Joinville. O trecho citado estabelece, mesmo não abordando abertamente as migrações internas iniciadas na década de 1950/1960, uma relação bastante desfavorável para os moradores da cidade não descendentes de alemães. Para o autor, a cidade “decreceu culturalmente” durante o início do processo de industrialização – os primeiros 50 anos do século XX – período em que se intensificou a vinda dos primeiros migrantes e ocupação de áreas periféricas da cidade, além do período de “nacionalização”, iniciado na década de 1930 e que atingiu seus habitantes, sobretudo os de descendência alemã. Em outro trecho da mesma obra, o autor ressalta a importância da cultura “trazida” pelos imigrantes alemães, considerados os primeiros colonizadores da cidade. Esta cultura, segundo o autor, produziu uma Joinville diferente de outras localidades brasileiras não colonizadas pelo “elemento” anglo-saxão, colocado pelo mesmo como sinônimo de “tenaz e obstinado”:

a constituição racial do Brasil, formada em sua essência pelo elemento indígena, pelo negro africano e pelo branco europeu, notadamente os portugueses ou os habitantes da Península Ibérica, latinos, portanto, têm profundas e oceânicas diferenças do elemento anglo-saxão, do elemento germânico, prussiano, tenaz, obstinado.⁴⁰

Os textos de Ternes, assim como outras obras tradicionais sobre a história de Joinville,

³⁹TERNES, Apolinário. *História de Joinville: uma abordagem crítica*. Joinville: Meyer, 1981.p.162.

⁴⁰TERNES. Op. Cit. p.163

ajudam a perceber que a relação histórica entre imigração e as migrações internas, tão comum a várias cidades brasileiras, pode ser pensada sob um ponto de vista particular quando se analisa o município de Joinville. A questão da imigração européia é extremamente evidenciada, não só pelas perspectivas tradicionais da História, mas também em discursos oficiais, especialmente nas datas comemorativas, tal como o aniversário da cidade. Observa-se este fato também - a ênfase nos “pioneiros” imigrantes do século XIX - em relação ao turismo histórico e cultural. Este ponto de vista negligenciou e omitiu durante bastante tempo, na história do município, a diversidade cultural existente na cidade, a partir de seus diferentes habitantes.

Desde a década de 1990, entretanto, a partir de novos olhares para a história de Joinville, outros sujeitos históricos passaram a ser incluídos nos registros históricos da cidade. Joinville é hoje, a partir do trabalho de historiadoras/es locais⁴¹, considerada uma “cidade de (i)migrantes”. Sobretudo a partir das comemorações dos 150 anos do município de Joinville em 2001, vêm sendo veiculados discursos sobre os novos sujeitos presentes na história da cidade. Nessa comemoração de aniversário, a importância dos imigrantes europeus foi lembrada, porém de forma diferente. Junto com os imigrantes do século XIX “faces” dos que habitavam Joinville já na segunda metade o século XIX e, sobretudo, nos séculos XX e XXI foram mencionadas.⁴²

Notadamente, Joinville vem reconhecendo cada vez mais os “novos” sujeitos que passaram a fazer parte da cidade, ajudando na sua construção, a partir de meados do século XX, homens e mulheres migrantes, vindos em diferentes períodos para a cidade e por diferentes motivações. Pessoas ligadas à cultura e às artes, bem como historiadores/as que vêm pesquisando a cidade no tempo presente, têm dado relativa importância a esses “novos personagens”. Esse destaque é dado até mesmo no campo político, sobretudo, na campanha eleitoral, onde o *slogan* do prefeito Carlito Merss, eleito em 2008, era o seguinte: “Por uma Joinville de toda a sua gente”.

Apesar dessas novas perspectivas sobre a história de Joinville, para a historiadora Janine Gomes da Silva, que analisou os discursos relativos à comemoração do Centenário da cidade,

⁴¹GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.). *História de (I) Migrantes*: o cotidiano de uma cidade. Joinville: UNIVILLE, 1998.

⁴²Ver: MACHADO, Diego Finder. *Redimidos pelos passado? Seduções nostálgicas em uma cidade contemporânea* (Joinville, 1997-2008). Florianópolis, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina.

[...] antigos monumentos do 'tempo do Centenário' permanecem firmes, não só porque foram construídos em bronze e granito, como o Monumento ao Imigrante, mas porque ainda hoje, apesar da polifonia que ecoa das histórias e das vivências dos novos moradores da cidade, a história do 'tempo da imigração' é enfatizada.⁴³

Nesse sentido, os discursos da cidade - a mais populosa do estado de Santa Catarina, que apresenta na sua vida urbana uma grande diversidade étnica e cultural, e que é por muitos considerada cosmopolita – que ainda dão ênfase à hegemonia dos imigrantes europeus do século XIX, podem parecer contraditórios, em especial quando se pensa no viés dado ao turismo na cidade, no qual Joinville é ainda pensada como uma cidadezinha germânica, ordeira e pacata. A todo momento esses detalhes se fazem ver nos monumentos ou museus homenageando os imigrantes, como bem lembra Janine Gomes da Silva, e nos prédios, mesmo os construídos recentemente, como o que sedia a Prefeitura Municipal ou mesmo o Mercado Público e cujas arquiteturas remetem ao estilo enxaimel – técnica de construção típica da Alemanha, no período renascentista. Para Emerson César de Campos e Maria Bernadete Ramos Flores, esses discursos de uma “cidade das flores ou dos príncipes, com suas belas palmeiras” contrapõe-se ao que pode-se ver visitando as diferentes áreas da cidade, habitadas pela maior diversidade de pessoas, como “a área de manguezais, para onde acorrem os trabalhadores, na busca de moradia”.⁴⁴

Para Andréas Huyssen, a contemporaneidade é marcada pelo nascimento de uma “cultura de memória”, expandida especialmente após a queda do Muro de Berlim, a descolonização dos países africanos e o fim das ditaduras latino-americanas. Esse panorama lega ao contemporâneo a noção de “dever de memória”, facilitadora de um processo de musealização do passado. Na historiografia, essa “inflação de memórias” aparece presente, sobretudo, na profusão de projetos testemunhais baseados na memória individual e coletiva, onde muitas vezes, o ofício do historiador, o de “fazer” História analisando e questionando as fontes documentais, torna-se irrelevante.

Na cidade de Joinville, frente às transformações aceleradas do presente, a memória de um passado onde tudo era melhor parecem ser os esteios do Tempo Presente. Para François

⁴³SILVA, Janine Gomes da. *Tempo de lembrar, tempo de esquecer...* As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. Joinville: Univille, 2008, p. 262.

⁴⁴CAMPOS, Emerson César. FLORES, Maria Bernadete Ramos. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). *Revista Brasileira de História*. vol.27 no.53 São Paulo. Jan./June 2007 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100012#tx11> Acesso em 23.Jul.09.

Dosse, porém, essa relação com o passado na contemporaneidade “se dá como a–histórica, eterna reciclagem das diversas configurações do passado”.⁴⁵ Dosse ilustra essa afirmação com o exemplo das comemorações, tão comuns no estado de Santa Catarina e em Joinville. Lugares de memória que “não são revisitados numa perspectiva reconstrutiva, mas simplesmente considerados como os restos de um passado recalçado, desaparecido. Conservam ainda valor simbólico e inauguram uma relação arquivística com o tempo passado”.⁴⁶

Nesse sentido, as especificidades regionais e étnicas estão vindo cada vez mais à tona - em comemorações, festas e monumentos - em busca de afirmação e reconhecimento. Em Joinville, essa característica está associada às disputas simbólicas com relação às etnias fundantes da cidade. Na literatura histórica tradicional, como vimos, os alemães aparecem quase como únicos representantes dos europeus vindos pra Joinville. Nas últimas décadas, no entanto, trabalhos e associações têm dado conta de novas etnias na fundação da cidade, como noruegueses e, principalmente, suíços. Outros grupos, formados principalmente por migrantes vindos de outras cidades de Santa Catarina, também têm buscado destaque dentro do discurso histórico sobre a cidade, tais como, os italianos, os afrodescendentes, açorianos, etc. Para o historiador Diego Finder Machado, “passando a ser reconhecida como uma cidade cosmopolita, o passado de Joinville foi recontado sob novos matizes, visando conceder legitimidade às novas etnicidades que passaram a reivindicar seu direito ao reconhecimento”.⁴⁷

No espaço dessa profusão de etnias, que buscam a afirmação a partir da distinção, está a cidade contemporânea, marcada na realidade, por fronteiras étnicas cada vez mais tênues e permeáveis, onde vivemos um “hibridismo cultural”, coexistência de “diversas mesclas interculturais”, como afirma Nestor Garcia Canclini.⁴⁸

Para a historiadora Ilanil Coelho⁴⁹, a história de Joinville pode ser considerada a “história de desterritorializados”, tendo em vista seus sujeitos históricos, não apenas os imigrantes europeus que aqui chegaram durante o século XIX, mas, sobretudo, as pessoas que vieram de outras regiões do país para Joinville, durante as diferentes décadas do século XX e

⁴⁵DOSSE, François. *A história à prova do tempo: Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp. p.179.

⁴⁶ Op Cit. p. 180

⁴⁷MACHADO, Diego Finder. *Fronteiras tênues: Memórias e etnicidades em uma cidade cosmopolita*. Anais do IX Encontro Nacional de História Oral. UNISINOS, 2008.p.04.

⁴⁸CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 1998. p.19.

⁴⁹COELHO, Ilanil. Migrações e identidades: Um debate para o estudo da história de Joinville. *Revista da Univille*. n. 08. 2003. p.95-106.

XXI. No entanto, como citado, embora essa pluralidade de sujeitos e sua diversidade étnica e cultural sejam consideradas pela historiografia atual, antigos e tradicionais trabalhos como os de Apolinário Ternes, permanecem sendo lidos e citados. Neste trabalhos, como visto, há a presença, não só da exaltação à figura do imigrante alemão, mas da discriminação aos migrantes denominados da “primeira leva”, já que os textos em que o autor reflete sobre o período de industrialização e migração são repletos de afirmações pejorativas. O período não foi apenas considerado como o motivador do “decrécimo” ou do “atraso” cultural na cidade, mas também o autor deixa margem a entender os novos moradores da cidade como agentes “da desordem e selvageria”.⁵⁰ As reflexões do historiador Ancelmo Schörner, que pesquisou a migração paranaense para Jaraguá do Sul no período de industrialização, podem ser auferidas para Joinville. Segundo o autor:

os migrantes são os portadores concretos de um padrão de transformações, diversificações e perdas pelas quais passou a cidade com o aumento da população. [...] O migrante é um excelente bode expiatório para as perdas de referência da cidade branca, alemã, asséptica, ordeira, pacata.⁵¹

Para se entender não só a história da cidade de Joinville, mas de quaisquer outras localidades, é imprescindível olhar para todos os seus habitantes como sujeitos históricos com o mesmo grau de importância. As histórias que conheci durante a realização desta pesquisa estavam todas elas ligadas de alguma forma a esses diferentes processos migratórios, nessa “história de desterritorializados”. Dessa forma, para conhecer Joinville no tempo presente é necessário entender como esses processos aconteceram em cada momento histórico.

1.2. A INDUSTRIALIZAÇÃO DE JOINVILLE: PROCESSOS MIGRATÓRIOS E FORMAÇÃO DOS BAIRROS PERIFÉRICOS.

A partir da década de 1960, a instalação de um Governo Militar – que pretendia modernizar o Brasil com a introdução de uma nova ordem econômica e social - desencadeou

⁵⁰TERNES, Apolinário. *História econômica de Joinville*. Joinville: Meyer, 1986.p. 246.

⁵¹SCHÖRNER, Ancelmo. *Experiências (com)partilhadas: os “fios” da vida: mulheres migrantes no Morro da Pedra- Jaraguá do Sul (SC) – 1980-2000*. Anais do Fazendo Gênero 7. p.04. 7 Disponível em <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/A/Ancelmo_Schorner_41_A.pdf> Acesso em 15.05.09.

um crescimento industrial em todo território nacional, acompanhado de uma “crise” do trabalho no campo. A cidade de Joinville, dentro desse contexto, teve seu primeiro grande processo migratório, ocasionado pela falta de emprego para os trabalhadores rurais, o aumento no número de indústrias e a necessidade de mão-de-obra. A partir desse período, o município passou a receber migrantes vindos sobretudo da região sul e áreas litorâneas do estado de Santa Catarina. De 1960 em diante, a área urbana da cidade que já vinha crescendo substancialmente desde a década de 1940, tomou feições inteiramente novas. O crescimento populacional de Joinville, que era entre 1940 e 1950 de 3,7% saltou para 6,4% entre 1970 e 1980.⁵² Os migrantes que chegavam em Joinville nesse período, em busca de trabalho nas indústrias, eram sobretudo, camponeses e agricultores sem nenhum tipo de experiência no trabalho industrial.

A partir de meados da década de 1970 e, sobretudo, na década de 1980, Joinville passou a receber grande número de migrantes vindos do interior do Paraná, mão-de-obra que, da mesma forma que no período anterior, era proveniente da agricultura. Segundo Isa de Oliveira Rocha essa foi a principal característica com relação a mão-de-obra das indústrias joinvillenses, “ a maior parte da mão-de-obra disponível em Joinville sempre foi de origem agrícola, seja dos arredores do Estado ou, mais recentemente (décadas de 80/90), do Paraná, cuja desqualificação foi uma dificuldade para as indústrias locais”.⁵³ A procura pela mão-de-obra desses migrantes partiu das indústrias, principalmente dos setores de metalurgia, plástico e refrigeração, que se encarregaram de uma intensa propaganda nas regiões de origem.

A partir da década de 1990 e mesmo em 2000, a realidade com relação aos movimentos migratórios para Joinville pareceu ser um pouco diferenciada, pois as indústrias, mesmo que continuassem crescendo e fortalecendo o caráter de Joinville como uma “cidade industrial”, dispunham de mão-de-obra mais especializada e com experiência industrial. Tendo em vista o mercado de trabalho bem diversificado na cidade, que passou a receber pessoas de diversas regiões do país e do mundo, com diferentes formações profissionais e classes sociais diversas. Apesar das origens dos migrantes da década de 2000 serem mais variadas, a presença de pessoas vindas do interior do Paraná ainda é grande, mesmo sendo este contexto bastante diferente das décadas anteriores. A formação de redes sociais pelos

⁵²Dados do: *Perfil socioeconômico de Joinville*: edição 2002. Joinville, SC: Editora UNIVILLE, 2002. p.23.

⁵³ROCHA, Isa de Oliveira. *Industrialização de Joinville-SC: Da gênese às exportações*. Florianópolis.[S.N.] UFSC, 1997.p.76.

migrantes vindos para Joinville nas décadas de 1970, 1980 e 1990 possibilitaram a comunicação e a manutenção de um sistema de relações entre migrantes e não-migrantes, entre a cidade de destino e a localidade de origem. Este sistema torna mais facilitada a vinda de pessoas de determinadas regiões, já que em Joinville encontram apoio de amigos e parentes já aqui estabelecidos. Segundo Marcos Saquet e Marcos Mondardo,

[...] a construção das redes de relações sociais perpassa pelas *representações* sociais, pelas ajudas entre parentes que formam as *cadeias* familiares e que passam pelos estranhamentos, pelo jogo de identidades, pelas alteridades e pelos contatos tecidos e criados que constroem as trajetórias espaciais dos migrantes. As trajetórias, nesse sentido, são realizadas através de estratégias adotadas pelos migrantes que produzem interações em rede através de solidariedades, de apoios, de conflitos.⁵⁴

Esses diferentes processos migratórios, especialmente a partir da década de 1980, modificaram amplamente a paisagem da cidade de Joinville. Os limites da cidade foram sendo moldados, as regiões periféricas foram ocupadas e formam seus cerca de 40 bairros⁵⁵. Segundo Ilanil Coelho,

Se num primeiro momento a imigração, como experiência histórica de grupos que atravessaram o Atlântico para 'fazer a América', propiciou o desenvolvimento de uma identidade étnica traduzida nas práticas cotidianas, a migração do século XX modificou profundamente a paisagem urbana da cidade. Novos sujeitos, diferentes modos de vida, novos significados para (e sobre) a cidade. Expandida em direção norte-sul e mais recentemente na direção leste-oeste, novos bairros foram sendo criados, modificando o traçado da cidade.⁵⁶

Ao percorrer as ruas de Joinville – considerada a maior cidade do estado de Santa Catarina - não só as regiões norte, sul, leste e oeste, mas também os bairros ainda mais recentes, nas regiões sudoeste, sudeste e nordeste, foi possível perceber que por mais que se chegue a determinados lugares auxiliada por um mapa, este não é suficiente para compreender a cidade em toda sua diversidade. Como reflete o historiador Emerson César de Campos, ao pensar a cidade de Criciúma,

Afinal o que diz uma mapa?Seria nele possível se perceber a desordem e as

⁵⁴SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. *Revista Nera* - Ano 11, n. 13 – Julho/Dezembro de 2008 p.123.

⁵⁵Um mapa dos bairros de Joinville, de 2009, encontra-se nos “Anexos” desse trabalho.

⁵⁶COELHO, Ilanil. Op. Cit. p.02.

diferenças postas e vividas numa cidade? Afora o sentido de orientação mais ou menos preciso que um mapa qualquer indica, seu observador tende a alcançar um olhar, e mesmo uma experiência, onde ida e volta se equilibram. Isto significa que ao encontrar a orientação pretendida, o observador, além dela, muito pouco acrescentará a sua compreensão sobre a cidade ou região analisada. Este modo particular e convencional de se estudar uma cidade faz com que, o passear e errar caminhos, o labiríntico e o desconhecido, sejam excluídos da compreensão. Enfim, o mapa, como referência absoluta, impede a construção de um guia da cidade mais próximo do que se pode efetivamente viver nela. Pontos de vistas diferentes e, as vozes da cidade, não podem ser vistas ou ouvidas através do mapa.⁵⁷

Nos espaços da cidade percorridos, no decorrer dessa pesquisa, foi possível conhecer histórias de diferentes mulheres - mulheres migrantes, algumas das quais saídas de suas cidades natais ainda crianças, ou “há tanto tempo que já não lembro mais”, ou mulheres nascidas em Joinville, com pais migrantes ou não, mas que fazem parte de um grupo social comumente deixado de fora dos registros históricos da cidade. O fato das mulheres entrevistadas estarem passando por situação de “vulnerabilidade social” fez com que, durante as entrevistas, as memórias relacionadas à situação financeira e familiar que estavam vivendo no momento fossem evidenciadas em suas falas. Porém, a origem familiar dessas mulheres e o fato de algumas delas, tais como Dalva⁵⁸, Sônia e Patrícia, serem migrantes, ou filhas de migrantes – vindos para Joinville nas mais diferentes épocas – deve ser considerada como parte fundamental de suas histórias de vida.

A experiência da migração marca profundamente a trajetória de vida das pessoas que migram, como será possível verificar na história de Tamires. Alistair Thomson, ao refletir sobre essas memórias, afirma que “nossas lembranças de quem somos e de onde viemos moldam nosso sentido do 'eu' ou de identidade no presente e, dessa forma, afetam as maneiras como construímos nossas vidas”.⁵⁹

Nesse sentido, um olhar dos historiadores/as para uma esfera microanalítica permite perceber essas singularidades nas experiências dos indivíduos e entender mais profundamente algumas questões. Como bem observa Jacques Revel, “a aposta da análise microsocial – e sua opção experimental – é que a experiência mais elementar, a do grupo restrito, e até mesmo

⁵⁷CAMPOS, Emerson César de. *Territórios Deslizantes: recortes, miscelâneas e exibições na cidade contemporânea - Criciúma (SC) (1980-2002)*. Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 87.

⁵⁸Todas as entrevistas orais foram gravadas com gravador de voz e autorizadas pelas entrevistadas, a partir de um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”. As entrevistas foram transcritas pela pesquisadora, com algumas correções gramaticais e os nomes verdadeiros foram substituídos por nomes fictícios.

⁵⁹THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n.44. p.358

do indivíduo, é a mais esclarecedora porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes⁶⁰, diferente de análises exclusivamente macrossociais, que focam dinâmicas generalizantes.

A história oral é uma metodologia importante, na medida em que dá voz a sujeitos que de outra forma não teriam oportunidade de contar suas histórias, tais como, as mulheres entrevistadas para essa pesquisa. Para a historiadora Silvia Salvatici⁶¹, as similitudes entre o surgimento da história oral e da história das mulheres – ambas originadas na Escola dos Annales e com a proposta de “escrever” a história de grupos excluídos – fez com que contribuíssem significativamente uma para com a outra.

O espaço ocupado historicamente pelas mulheres vem sendo modificado aos poucos conforme as mudanças ocorridas em diversos campos sociais⁶², porém, sobretudo entre as mulheres dos grupos populares, tarefas culturalmente ligadas ao sexo feminino, como o cuidado da casa e dos filhos ainda permanecem como práticas fortemente presentes no seu cotidiano. Para a historiadora Michelle Perrot, em função dessas circunstâncias, a memória feminina “é uma memória do privado, voltada para a família e o íntimo, aos quais elas foram de alguma forma delegadas por convenção e posição”.⁶³ Para entender as relações que se dão no âmbito da família, o mundo do doméstico e as sociabilidades de um bairro popular, é necessário ouvir as vozes das mulheres, que têm suas memórias vinculadas a esses espaços sociais. Para Perrot, “na rememoração, as mulheres são em suma os porta-vozes da vida privada”⁶⁴.

Tamires, compartilhou suas lembranças sobre a infância e adolescência entre lágrimas. Sua narrativa traçou uma ligação de causalidade entre o tempo passado e o tempo presente. A realidade vivida na infância, está, na fala de Tamires, diretamente relacionada ao vivido no presente. A memória, como destaca o historiador Alistair Thomson⁶⁵, é uma composição de reminiscências na qual utilizamos linguagens e significados conhecidos de nossa cultura.

⁶⁰REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 32.

⁶¹SALVATICI, Sílvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*. v. 8, n. 1, p. 29-42, jan-jun. 2005.

⁶²Mudanças tais como: Tecnologias reprodutivas, a possibilidade de planejamento familiar, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a “libertação” sexual feminina. Ver: PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, C. de L., SCHMIDT, Simone P.(Orgs.) *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2004. p. 48.

⁶³PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v. 9. n 18. Ago. 89/set.89. p.15.

⁶⁴Id. Ibid. p.17.

⁶⁵THOMSON. Alistair. Reconstituo a memória: Questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, n.15, abr.1997

Nossa memória é composta a partir do presente em que vivemos e é influenciada por ele.

[...] a minha infância, foi assim meio complicada, porque meu pai sempre foi aquelas pessoas rígidas, não permitia que a gente brincasse, que a gente saísse, então era só em casa. Era de casa pra igreja, porque a gente é evangélico, né? E foi assim... era aquele pai que não tinha aquele amor pelos filhos, sabe? Era só aquilo ali, aquela obrigação, aquela coisa assim. Então foi uma infância muito traumatizada pra mim... eu nunca tive o apoio da minha mãe...⁶⁶

Tamires narrou sua história de vida de forma cronológica. A infância vivida na periferia de São Paulo - onde se estabeleceu ainda bebê, com os pais, migrantes pernambucanos – é sucedida pelas lembranças do relacionamento com o primeiro namorado e atual marido, com quem casou ainda adolescente, segundo Tamires, “para ter um pouquinho de liberdade”. Já com três filhos e casada com João, Tamires mudou-se para Joinville em 2004 em busca de uma oportunidade de emprego para o marido.

As memórias de Tamires relacionadas à cidade de Joinville são marcadas por ressentimento. O sonho de uma vida melhor, trabalho estável para o marido, casa própria e melhores condições para a família foi substituído pela decepção. Um acidente de trabalho do companheiro, que o deixou incapacitado fez com que Tamires, que já dividia as despesas de casa com João, assumisse sozinha a chefia da família, enfrentando diversos problemas. Essa situação permeia suas memórias e suas falas. Para a Tamires, a cidade de Joinville parece ser um lugar de desilusão.

Tamires relembrou a sua chegada na cidade, quando estabeleceu-se com sua família em um bairro onde sofreu duplo preconceito: por ser migrante e negra. Sua narrativa leva a pensar a cidade como um mosaico, composta por diferentes partes, ou, como define J. G. Magnani⁶⁷, dividida em pedaços. Para Magnani, os bairros podem ser entendidos como os diferentes pedaços que compõe a cidade, o espaço onde,

diante do conjunto da cidade, atravancado por códigos que o usuário não domina mas que deve assimilar para poder viver, [...] diante dos desníveis sociais internos ao espaço urbano, o usuário sempre consegue criar para si algum lugar de aconchego, itinerários pra o seu uso ou seu prazer, que são as marcas que ele soube, por si mesmo, impor ao espaço urbano.⁶⁸

⁶⁶TAMIREES. 34 anos. Moradora do bairro Paranaguamirim e mãe de 03 filhos. Entrevista concedida a Sara Simas no dia 16 de maio de 2009, na residência da entrevistada, em Joinville-SC.

⁶⁷MAGNANI, José Guilherme C. *Festa no pedaço* – Cultura Popular e Lazer na Cidade. São Paulo: HUCITEC, 2004.

⁶⁸CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAOL, Pierre.(Org.) *A invenção do cotidiano 2. Morar, Cozinhar*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.p.41-42.

Na cidade, o bairro é muito mais do que ruas, arquitetura, topografia... ele é um espaço de práticas culturais. O espaço físico do bairro nada mais é do que um palco para a “encenação da vida cotidiana”. Como afirma Italo Calvino, ao referir-se a Zaíra, a cidade é feita “das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado”.⁶⁹ E o bairro é um espaço ainda mais singular das relações sociais. É, para Luce Giard, o espaço onde

a fixidez do habitat dos usuários, o costume recíproco do fato da vizinhança, os processos de reconhecimento - de identificação – que se estabelecem graças à proximidade, graças à coexistência concreta em um mesmo território urbano, todos esses elementos 'práticos' se nos oferecem como imensos campos de exploração em vista de compreender um pouco melhor esta grande desconhecida que é a vida cotidiana.⁷⁰

Moradora de um loteamento no bairro Paranaguamirim, Tamires narrou sua chegada na cidade a partir das vivências do primeiro bairro em que foi morar. Segundo a entrevistada,

Quando a gente foi morar no [bairro] Nova Brasília [...] lá é um lugar de classe um pouco mais... média, né? Então o pessoal são mais assim... os vizinhos não falavam com a gente e eles têm preconceito com as pessoas que vêm de São Paulo... devido à violência que é lá, né? E eles lá, tipo assim, falam “Ah, porque vem da favela”[...] Então o pessoal do Nova Brasília não falava... nem a dona da casa, ela não falava comigo assim, aí eu chorava... ele ia trabalhar e eu passava a tarde toda chorando... Porque não tinha parente, não conhecia ninguém... nada... então ficava só eu e os meninos o dia todo dentro de casa assistindo televisão... Então eu vi que uma hora eu ia entrar em depressão [...] O povo aqui não fala... tinha medo da gente! Às vezes olhavam pra gente, principalmente pra mim e para os meninos porque tem muito preconceito da cor, também, né? Porque ele é mais claro, né, e a gente... os meus três são mais, puxaram pra mim, morenos, né? Às vezes olhavam pra gente “de cima em baixo”, sabe? E aquilo doía, né? Eu falei, Meu Deus, não é porque a gente é “de cor” que a gente é pessoa do mal, né?⁷¹

A experiência de Tamires em Joinville foi narrada a partir de suas impressões sobre os bairros em que morou. Estas são fortemente marcadas pela condição de pobreza e também pela questão racial/étnica, já que o fato de ser negra influenciou fortemente em sua trajetória de vida. A rejeição, o preconceito e a solidão, que Tamires afirmou ter vivido no primeiro bairro em que morou quando chegou em Joinville, estão relacionados, segundo a mesma, ao fato do

⁶⁹CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro: O Globo. São Paulo, 2003. p. 14.

⁷⁰CERTEAU. Op. Cit. p. 40.

⁷¹TAMIREES. Op. Cit.

bairro ser de “classe média”. Nesse cenário a entrevistada e sua família eram diferentes, já que, além de serem migrantes e ela e seus filhos serem “de cor”⁷², eles também “não tinham nada”. Tamires compara essa situação com a mesma realidade vivida na sua cidade de origem,

Que nem lá em São Paulo, tem lugar de classe média também, se você é uma pessoa de classe baixa e vai morar no meio... vai sentir aquele preconceito porque eles não vão te valorizar porque tu não tem nada!

[...] Porque tu olha de um lado tem uma mansão, um carrão... do outro lado, na tua frente, atrás... e tu não tem nada! Tu só tem aquela humilde casinha... então para eles tu não é nada ali! Então tu vai falar com quem? É a mesma coisa aqui, se tu já vai para uma classe que é do teu nível, todo mundo vai te falar, todo mundo vai te cumprimentar, pelo menos um bom dia vão te dar ⁷³.

Para Tamires, bairro é bairro em qualquer lugar, seja em São Paulo, seja em Joinville e as sociabilidades são essenciais para se viver em um bairro. Em um lugar onde os vizinhos não mantêm relações de amizade e “olham” para o novo habitante da cidade “de cima em baixo”⁷⁴ com total estranheza é impossível viver bem. As coisas mudaram quando a entrevistada mudou-se com a família para um bairro onde, segundo ela, “os vizinhos eram pessoas mais humildes, igual nós”. Neste sentido, há identificação entre os indivíduos de um mesmo grupo social, com histórias e vivências em comum e a partir dessas identificações Tamires e sua família estabeleceram redes sociais:

Aqui já foi diferente porque os vizinhos já eram mais humildes e começaram a conversar, conversar, aí já foi mudando o semblante, né? Melhorou... porque o vizinho da frente conversava, o vizinho do lado também e perguntava se queria alguma coisa... “Ah, da onde veio?”⁷⁵

É necessário darmos atenção ao bairro na medida em que ele se insere na história dos sujeitos. Para os grupos populares urbanos brasileiros as relações que se estabelecem entre os vizinhos sempre foram bastante importantes, são redes de solidariedade que servem como auxílio diante da pobreza e da vulnerabilidade. Para Luce Giard, no livro *A Invenção do Cotidiano 2*,

O bairro é, por conseguinte, no sentido forte do termo, um objeto de consumo do

⁷²TAMIREES. Ibid

⁷³TAMIREES. Ibid

⁷⁴TAMIREES. Ibid

⁷⁵TAMIREES. Ibid

qual se apropria o usuário no modo da privatização do espaço público. Aí se acham reunidas todas as condições para favorecer esse exercício: conhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança, relações com os comerciantes, sentimentos difusos de estar no próprio território, tudo isso como indícios cuja acumulação e combinação produzem, e mais tarde organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas o *lugar de um reconhecimento*.⁷⁶

1.3. “O PARAÍSO NÃO É O PARAÍSO”: RELAÇÃO ENTRE O BAIRRO E AS VIVÊNCIAS DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA.

O Jardim Paraíso, localizado na região nordeste de Joinville, é um espaço social peculiar para se perceber as relações entre o bairro e seus habitantes. O bairro é conhecido na cidade de Joinville como um local violento e pobre. Essa imagem, que foi durante muito tempo amplamente veiculada pela mídia local, influi diretamente na vida de seus moradores/as. A localidade pertencia ao município de São Francisco do Sul até 1992 e passou a integrar o município de Joinville oficialmente a partir de 1997.⁷⁷ “Oficialmente”, porque desde que começou a se constituir como um núcleo de povoamento, a localidade tinha ligações, principalmente econômicas, muito mais próximas a Joinville do que a São Francisco do Sul, já que a distância entre o bairro e a região central da primeira cidade é de 15km, enquanto a distância entre este e o município do qual fazia parte era de 80 km. A anexação do referido bairro ao município de Joinville gerou uma grande polêmica nos jornais da região entre as décadas de 1980 e 1990. Os moradores argumentavam que se encontravam “abandonados” tanto pelo município do qual faziam parte legalmente, quanto pelo município de Joinville onde trabalhavam, produziam e consumiam.

Problemas com relação à energia elétrica, saneamento básico, falta de água encanada, telefone, pavimentação nas ruas, linhas de ônibus que atendessem à região e escolas, sempre fizeram parte da vida dos moradores do bairro Jardim Paraíso. Enquanto as cidades se expandiam e a chamada infra-estrutura chegava até aos bairros mais afastados de Joinville, os moradores do Jardim Paraíso viviam em situação precária, especialmente entre 1992 e 1997. Neste período, em função de um plebiscito e da vontade dos próprios moradores, a localidade desmembrou-se de São Francisco do Sul e ficou sem pertencer oficialmente a nenhum

⁷⁶CERTEAU. Op. Cit. p. 45.

⁷⁷Jardim Paraíso: moradores se unem pelo progresso. *A Notícia*. Joinville, 23.07.2000. p. B9.

município, já que a prefeitura de Joinville tentava protelar sua anexação à cidade. Esta anexação, porém, sempre foi uma luta dos moradores do Jardim Paraíso. Em matéria publicada no dia 24/02/1988, no jornal *A Notícia*, moradores reclamam do tratamento dispensado ao bairro pela prefeitura de Joinville,

O prefeito Wittich Freitag alega que a anexação oneraria em muito os cofres públicos e afirma que a prefeitura não tem recursos pra implantar as melhorias que se fazem necessárias [...] uma moradora da quadra 26, lote 41 (um pequeno casebre de madeira) contestou as afirmações do prefeito [...] Para ela, as afirmações do prefeito são 'absurdas' e explica com uma pergunta: “Por acaso não somos nós que nesses anos todos contribuimos com o enriquecimento dos cofres da prefeitura de Joinville, produzindo e consumindo o necessário para a nossa sobrevivência sem receber nada em troca?” E faz outra reclamação: “A prefeitura de Joinville diz não ter nada a ver com esta localidade, contudo, utiliza saibro de nossos morros para fazer aterros em outros bairro”.⁷⁸

Este cenário habitacional fez com que o bairro Jardim Paraíso fosse um destino para pessoas que chegavam na cidade sem recursos financeiros, principalmente a partir da década de 1980. As notícias publicadas sobre o bairro, nos jornais da cidade neste período, quase sempre estiveram relacionadas à sua situação legal e ao abandono gerado por esta, que influenciava todos os serviços públicos básicos. As matérias com relação à localidade também eram constantes na coluna “Polícia”, do jornal *A Notícia*, o de maior circulação na cidade. Reportagem publicada no dia 25 de junho de 1994, afirmava: “O Jardim Paraíso é zona neutra que pela facilidade de acesso a Garuva ficou conhecido como rota de carros roubados. Pelo seu quase absoluto abandono, o Jardim Paraíso é conhecido como 'terra de ninguém’”.⁷⁹

Mesmo após a incorporação oficial da localidade à cidade de Joinville, em 1997, a infra-estrutura e os serviços públicos básicos do bairro continuaram em desvantagem com relação ao restante da cidade, em especial no que se refere à segurança pública. O Jardim Paraíso permaneceu sendo alvo constante da mídia local, especialmente em função da criminalidade associada ao tráfico de drogas. O bairro tornou-se um dos mais povoados do município de Joinville. Dados do Diagnóstico de Exclusão Social de Santa Catarina, realizado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente em 2003, confirmam que, neste ano, moravam cerca de 23 mil pessoas no bairro, porém, a população declarada oficial pela Prefeitura da cidade, nesse mesmo ano, era de apenas 12,6 mil pessoas. Esse mesmo diagnóstico revela que, em 2003, da população total do bairro, 16% viviam com

⁷⁸Jardim Paraíso está à procura de um “dono”. *A Notícia*. Joinville, 24.02.1988. p. 05

⁷⁹Jardim Paraíso continua terra de ninguém. *A Notícia*. Joinville, 25.06.1994. p.05.

renda considerada insuficiente, igual ou menor a R\$90,00 por mês.⁸⁰

Esses dados relativos a população e a renda dos moradores do Jardim Paraíso podem nos informar sobre o grande número de ocupações ilegais de terrenos situados no bairro, sobretudo realizados por famílias vindas de outras cidades ou estados. Entre as décadas de 1980 e 1990, auge do processo migratório para a região do Jardim Paraíso, era comum que a imprensa da cidade publicasse matérias que tivessem os migrantes como alvo, e em muitos casos, estes eram responsabilizados pela desorganização e criminalidade vigente na região. Em matéria publicada em 1989 o jornal *A Notícia* denunciava o aumento no número de crimes em Joinville, onde “autoridades culpam a invasão de migrantes”. Segundo o jornal:

Autoridades atribuem à invasão desordenada de migrantes, sem qualquer qualificação profissional e dinheiro para pagar um local para morar, o aumento da violência na cidade. O tenente-coronel Lourival de Souza, comandante da 8 BPM, está preocupado com o resultado do levantamento feito pela Prefeitura, que aponta 38 migrantes por dia na cidade. “Basta analisar que a maioria dos crimes são cometidos à faca. Isso dá ideia do nível das pessoas envolvidas”, declarou.⁸¹

Essas questões, de diferentes ordens, relativas ao bairro Jardim Paraíso estão diretamente relacionadas às trajetórias de vida das mulheres entrevistadas, que habitavam o local. Assim como questões relativas à geração, raça e etnia, a realidade de morar em uma localidade como o Jardim Paraíso influencia nas vivências de seus moradores e moradoras.

Patrícia e Maria, moradoras do bairro, com respectivamente 27 e 47 anos, narraram parte de suas vidas. Ambas declararam serem nascidas em Joinville e contaram sobre suas experiências como mulheres e chefes de família, falas em que o bairro tem lugar especial.

Patrícia, que se mudou para o bairro com 16 anos - um ano após engravidar e casar-se com o primeiro namorado – sentia o peso de morar no Jardim Paraíso até mesmo na hora de trabalhar, pois, segundo a mesma, quem mora “no Paraíso tem a fama de ladrão”. O preconceito com relação aos moradores do bairro se manifesta em olhares, expressões faciais, comentários sobre como o bairro é violento, e resulta, muitas vezes, na dificuldade de se conseguir emprego. Segundo Patrícia,

Tipo assim, te olham, assim... Essa casa que eu trabalhei dois dias ali... Enquanto não sabiam da onde eu era... eu trabalhei dois dias, nós almoçando, conversando, eu acho que foi por causa disso, nós conversando ele perguntou da onde eu era, daí eu

⁸⁰Violência e problemas sociais. *A Notícia*. Joinville, 30.11.2003 p.03.

⁸¹Aumenta o número de crimes em Joinville. *A Notícia*. Joinville, 22.10.1989 p.61.

falei que era do Paraíso... Daí, tipo assim, eu trabalhava segunda, quarta e sexta... isso foi na quarta, quando chegou na quinta ele ligou dizendo que não queria mais.... Daí eu fui atrás pra saber se eu tinha feito alguma coisa errada, ele disse que não. Depois de um tempo, foi semana passada, eu conversei com um ex - vizinho meu, no caso, mora ali embaixo, que ele que me arrumou esse serviço, e ele comentou que foi porque eu morava no Paraíso e eles tinham medo que eu entrasse lá dentro e roubasse... Aí eu fui lá e disse “Ó, Pode ligar pra onde eu trabalhei, nunca mexi em nada do que é de ninguém...o que é meu é meu, o que eu não tenho eu não tenho”. Ele disse “Ah, vou falar com a minha mulher e vou te retornar”, tô esperando até hoje. Então, pelo que o homem falou, foi porque eu morava no Paraíso e no Paraíso tem a fama de ladrão, de... [...] sempre tem aquela, “Ah, tu mora aonde?”, “No Paraíso.”, um olha para o outro e faz aquela carinha, sabe?⁸²

Apesar de ter sofrido com as manifestações preconceituosas de pessoas que, na maioria das vezes, nem conhecem o bairro, a entrevistada reconheceu os problemas existentes no bairro, entre estes se destaca os associados ao tráfico de drogas. Para a mesma, “Todo mundo diz, 'Ah, o Paraíso é um bairro violento, o Paraíso é ruim'. Eu gosto de morar aqui, é como eu sempre digo, se a gente não deve não fazem nada. Claro, matam, agora pararam, mas matam quem deve...”.⁸³

Essa realidade repercute diretamente na vida de Patrícia. Seu ex-marido - de quem estava separada há aproximadamente três meses quando concedeu a entrevista – encontrava-se internado em uma clínica de reabilitação para usuários de drogas pela segunda vez. Segundo Patricia, o ex-marido foi para a clínica graças aos esforços de sua família e dela, não tanto com o intuito de recuperar-se da dependência química, mas para proteger-se, já que estava “jurado de morte” no bairro.

Porque no começo ele até ajudava, usava a droga dele fora e eu nunca via... eu via que faltava dinheiro mas... Aí depois de uns tempos ele começou a usar em casa, começou a demonstrar para os filhos... Trabalhava o mês inteirinho, não vinha um real pra casa... desde que eu tive a minha menina de no caso, 10 anos, que ela tem hoje, eu trabalho, eu tenho que me virar... ele ajudava assim, mas... aos poucos, o que sobrava... vamos dizer, se pegasse 400, sobrava 100 ele dava, ainda brigando, a gente tinha que correr para o mercado, porque senão... no outro dia já não tinha, porque ele rouba... ele roubava... Até hoje... hoje, graças a Deus, nós conseguimos internar ele, ele tá internado, tá se recuperando, porque estavam querendo matar ele aqui, né? Tá roubando em supermercado, tá roubando em tudo quanto é lugar...⁸⁴

Patrícia afirmou que gosta de morar no Jardim Paraíso. De acordo com a mulher, “Eu

⁸²PATRÍCIA. 27 anos. Moradora do bairro Jardim Paraíso e mãe de 03 filhos. Entrevista concedida a Sara Simas, no CRAS Jardim Paraíso, no dia 06 de maio de 2009.

⁸³PATRÍCIA. Ibid.

⁸⁴PATRÍCIA. Ibid.

moro aqui há 10 anos, nunca me incomodei, nunca me incomodei com nada, nada [...] Nunca roubaram a minha casa. Não tenho nada contra o Paraíso”.⁸⁵ No caso do marido, porém, foi diferente. Este teve problemas porque “estava envolvido com drogas”, ficou devendo para traficantes, cometeu furtos e assaltos em casas e estabelecimentos do bairro e é por isso que deve ficar na clínica o máximo de tempo possível, “é questão de tirar ele lá de dentro ele chegar aqui no Paraíso e matarem. Ele levou duas “coças”, antes de ele ser internado, levou duas “coças” de pessoal diferentes aí...”.⁸⁶ A realidade do ex-marido influenciou porém, a vida de Patrícia. Sozinha com três filhos – a mais nova não é filha do ex-marido, mas de um namorado que teve quando se separou dele pela primeira vez - Patrícia enfrenta muitas dificuldades financeiras. Mesmo quando casada com o ex-marido, a entrevistada relatou que sempre teve que trabalhar porque nunca tinha certeza de quanto dinheiro o companheiro traria para casa ou se traria algum dinheiro.

Patrícia se considerava chefe de família mesmo antes de ficar sozinha com os filhos, pois, mesmo o marido trabalhando, ela sempre teve que “se virar” com relação às despesas de casa, pois o companheiro gastava quase tudo com drogas. Nos momentos mais críticos da dependência química, roubava de tudo em casa, desde roupas dela e dos filhos, sabonete, shampoo, fraldas descartáveis da criança menor, até alimentos, mesmo que estivessem com as embalagens abertas. Patrícia afirmou ser ainda abordada na rua em função das dívidas do ex-marido,

Nós moramos em duas casas, e ele tá devendo aluguel até hoje. No caso, passam e cobram de mim porque ele não tá aqui, né? Ele tá internado... e daí sobra pra mim... até ontem eu fui lá pra baixo onde a gente morava o homem já me parou e falou pra mim “ Ah, o aluguel?”, eu digo “Ah, vai ter que cobrar dele” porque, da onde eu vou tirar? [...] Agora tem um que tá me incomodando... que vive me... ontem me encontrou na rua “Onde tá o J.? Ele me deve umas parada” [...] Só que até agora não sei que “parada” é essa que ele deve... e é tipo, um outro drogado, sabe?⁸⁷

Apesar dos constrangimentos que Patrícia sofreu no bairro em função do envolvimento do marido com as drogas, esta afirmou que não se mudaria do Paraíso para outro bairro de Joinville, principalmente porque lá é uma pessoa muito conhecida, construiu redes de amizade e solidariedade e até laços de parentesco. Esta mantém uma relação de amizade com a ex-sogra e as ex-cunhadas, além da madrinha da filha ser uma vizinha.

⁸⁵PATRÍCIA. Ibid.

⁸⁶PATRÍCIA. Ibid.

⁸⁷PATRÍCIA. Ibid.

A madrinha da minha pequeninha mora aqui... tem a minha ex-sogra, amigos é o que não me falta no Paraíso. Se tu precisar correr, se tu realmente precisar correr e pedir alguma coisa tem quem me ajude. Minha irmã, agora não mora no Paraíso, mas já morou... nós duas morávamos no Iririú viemos as duas para o Paraíso... muitos colegas meus de escola do Iririú moram no Paraíso... aonde eu morei eu fiz amizade com todo mundo...não tenho [...] Todo lugar que eu vou... Às vezes eu tô na rua, principalmente quando eu tô com as crianças “Oi tudo bom, Pati⁸⁸”, “Oi tudo bom!”, eles falam “Meu Deus mãe, da onde tanta gente que tu conhece?”. Daí eu trabalhei também uma época tipo distribuindo papelzinho de política, sabe? Na política do ano passado, então conheci lugares aqui do Paraíso que eu não sabia que existia, conheci pessoas... Eu conheço tudo quanto é lugar daqui... Tu diz assim “Sabe onde é tal rua?” Sei. Conheço alguém de lá, entendeu? Aqui onde eu tô morando agora, tô morando só dois meses, então tenho poucos conhecidos mas até eu sair daqui acho que faço mais uns conhecidos... [risos]⁸⁹

Na narrativa de Patrícia pode-se perceber, ao declarar conhecer “todos os cantos do Paraíso”, conhecer “pelo menos uma pessoa de cada rua”, que o bairro era para a mesma, como bem analisou Certeau, mais do que um lugar de conhecimento, um “lugar de reconhecimento”.

Maria, também moradora do Jardim Paraíso há aproximadamente 20 anos, não deixou claro exatamente em que situação se estabeleceu ali, informando que morou muitos anos de aluguel no bairro e que, após se inscrever na Secretaria de Habitação de Joinville, e esperar cinco anos, conseguiu um terreno no seu nome, ali mesmo no Jardim Paraíso. Maria afirmou que saiu de casa com dezoito anos para “cuidar da sua vida”. Não declarou se quando saiu de casa estava grávida ou não, mas a partir daí, segundo a mesma, “ eu fui tendo filho, fui tendo filho...”, enquanto trabalhava de empregada doméstica em uma casa de família. De acordo com Maria, ela tem nove filhos, sendo que cinco moram na mesma residência e quatro são casados habitando com os companheiros/companheiras. A entrevistada tem impressões diferentes de Patrícia sobre o bairro em que moram, apesar de alegar também gostar de morar ali.

Para Maria, “O Paraíso não é o Paraíso”. Segundo a mesma, a violência, expressa na expressão “aqui tem muita morte”, e o tráfico de drogas são os principais problemas do bairro. Narrando sobre suas dificuldades financeiras, Maria afirmou que, apesar de tudo, hoje ela está bem melhor do que quando chegou ao bairro, “hoje eu tenho um banheiro, é de madeirinha mas vai... eu tenho um bacio com o cano pra fora que dá para o esgoto [...] no

⁸⁸Nome fictício. Mudado para preservar a identidade da entrevistada.

⁸⁹PATRÍCIA. Ibid.

começo quando eu vim morar pra cá não existia isso, a gente não sabia como é que fazia... a gente fazia privada fora, entende?”.⁹⁰ Nesse sentido, Maria, usa como exemplo a situação do banheiro para lembrar que existem pessoas que vivem pior do que ela no bairro, “não é só eu pobre, eu ainda tenho um chuveiro e tenho um banheiro...e tem gente aí que tem só privada de patente [...] que corre lá para o valetão, para o rio...”.⁹¹

A principal preocupação de Maria era que os filhos viessem a se envolver com drogas e com a criminalidade. Por esse motivo, os filhos mais velhos que moram com ela participavam de atividades educacionais, tais como capoeira e aula de música, toda a semana, em horário extra escolar, em uma comunidade evangélica do bairro. Segundo a entrevistada, o que piorou mesmo a localidade foi a “chegada dos paranaenses”, não as famílias e os casais, mas os rapazes jovens que vem do interior do Paraná para o bairro, e que, segundo a mesma, “vieram mexer com negócio de droga”.

As considerações de Maria sobre a vinda de migrantes paranaenses e o aumento da criminalidade no bairro Jardim Paraíso são semelhante aos discursos veiculados, durante muito tempo, em jornais da cidade pelas autoridades municipais e policiais. Tal fato levou Maria a afirmar que é “catarina”, apesar de morar em um bairro com um grande número de migrantes. A situação do bairro, considerada alarmante, é tida por muitos, inclusive muitos de seus moradores, como gerada pelos habitantes - especialmente os migrantes que chegaram mais recentemente – e não como um problema histórico, gerado pela situação de abandono pelo qual o bairro passou durante anos.

Maria, de forma diferente das outras entrevistadas, afirma não ter muitas amizades verdadeiras no bairro em que vive, “eu não posso contar com os outros... eu tenho que contar com eu mesma, entende?”. Apesar disso, no dia em que a entrevista foi realizada, no Centro de Referência em Assistência Social do Jardim Paraíso, foi possível perceber como ela era popular no bairro, sendo chamada por todos pelo apelido de “galega”. Apesar de mencionar que os vizinhos preferem cuidar das suas vidas e que “não dá para contar com os vizinhos”, Maria narrou alguns episódios em que ofereceu algum tipo de ajuda e também alguns casos em que recebeu algum tipo de auxílio dos mesmos. Maria contou que gostaria de ter uma relação mais solidária com os vizinhos e, a partir de sua narrativa, pode-se perceber que as relações de solidariedade são bastante necessárias para a sobrevivência dos grupos populares urbanos,

⁹⁰MARIA. Op. Cit.

⁹¹MARIA. Ibid.

Então de favor de vizinho eu não posso contar, sabe, porque...Esse tempo faltou o meu gás, fui cozinhar na casa de um vizinho lá, ele já não gostou porque sujou o fogão... então é assim, sabe, então eles não ... eles preferem não te arrumar, não te ceder.. então prefere cada um ter o seu... Mas não é assim que se leva, cada um tinha que ter amizade. [...] Mas só que se tu servir um hoje, igual eu servi uma vizinha lá, ela vinha todo dia... pegava arroz, açúcar, feijão... arroz, açúcar, feijão [...] tinha dias que ela vinha pedir arroz, tinha outro dia que ela vinha pedir açúcar, tem outro dia que ela vinha pedi... era tudo de quilo, sabe? Então se quisesse dar pouquinho na xícara ela não aceitava... e ela nunca me devolveu, sabe? Então daí eu cortei... porque eu não posso... já não tenho pra mim como é que eu vou tá dando...⁹²

Assim como o Jardim Paraíso, foi possível conhecer histórias de mulheres moradoras dos bairros Morro do Meio e Paranaguamirim, bem como de algumas localidades próximas a esses bairros. Além disso, a partir dos documentos da SBES pesquisados, foi possível ter contato com histórias de mulheres e homens das mais diferentes localidades da cidade. Por intermédio destas fontes, pode-se perceber que cada um desses homens e mulheres têm uma experiência diferente de vida e uma relação diferente com o bairro em que vivem e com a cidade de Joinville.

Os bairros que abrigam estas mulheres entrevistadas passaram a ser oficialmente considerados bairros, apenas muito recentemente. O Jardim Paraíso, foi anexado oficialmente ao município pela Lei nº. 3.508, de 25/06/1997. O Morro do Meio, localizado na região sudoeste da cidade, passou a ser considerado oficialmente bairro em 12 de janeiro de 1990 e o Paranaguamirim, pertencente a região sudeste do município, tornou-se bairro pela Lei nº. 3.436, de 17/03/1997.⁹³ O motivo para que apenas tão recentemente essas localidades fossem oficializadas, é que, apesar de já serem habitadas desde o início do século XX por algumas poucas famílias, foi apenas durante o processo de industrialização da cidade, a partir de 1950 e sobretudo a partir de 1960, que elas passaram a ser amplamente povoadas.

O bairro Morro do Meio, cujas moradoras Sônia e Dalva concederam entrevista, foi umas das localidades da periferia da cidade de Joinville, habitada por algumas poucas famílias de agricultores, que durante meados da década de 1950 recebeu um grande contingente demográfico. “Atraídos por melhores empregos, aportaram no cruzamento das Estradas Lagoinha e Morro do Meio as principais famílias de agricultores vindas do interior catarinense”⁹⁴, esses migrantes vindos do interior de Santa Catarina, eram principalmente

⁹²MARIA. Ibid.

⁹³Dados retirados de: JOINVILLE. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville. *Joinville Bairro a Bairro*. 2006. Prefeitura Municipal de Joinville. 2006.

⁹⁴CORRÊA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes.(Org.) *História dos bairros de Joinville*. Arquivo

famílias de ascendência italiana que se estabeleceram na margem direita do rio Piarizinho, que cruzava a localidade, e se dedicaram a atividades ligadas à agricultura. A partir da década de 1960, porém, com o aumento nas indústrias locais e a vinda de mais migrantes, dessa vez de diversas localidades do estado e também algumas pessoas do interior do Paraná, passa a haver conflitos entre os próprios migrantes, já que

[...] na margem direita moravam os descendentes de italianos bastante religiosos e laboriosos. Na margem esquerda estabeleceram-se os caboclos brasileiros, como foram denominados, um tanto despreocupados e pouco religiosos. Até hoje os mais idosos de ambos os lados tratam os do lado oposto com um tom pejorativo: “os do lado de lá da ponte”.⁹⁵

A localidade, a partir da vinda desses primeiros migrantes, aumentou consideravelmente o índice populacional, recebendo na década seguinte um grande contingente de moradores vindos do interior do Paraná em função dos terrenos com preço acessível. Sônia e Dalva, moradoras do bairro, as quais entrevistei, chegaram no local nesse contexto, quando este ainda não era bairro, mas sim considerado como parte de uma outra localidade da cidade, com quem faz fronteira, o Nova Brasília.

Dalva,⁹⁶ de 50 anos, diz ter nascido em Minas Gerais e ter se mudado ainda criança, com os pais, para o interior de Santa Catarina. Ao ser interrogada sobre qual cidade morava antes de chegar em Joinville, Dalva citou várias localidades do interior catarinense, que pareciam confundir sua memória, “Cândido Abreu, Três Bicos, Salderanha”, o que indica que ela, até se estabelecer em Joinville, sempre foi uma migrante. Provavelmente nem soubesse o motivo de tantas mudanças de cidade e de estado, mas simplesmente acompanhava seus pais, quando criança e adolescente, em busca de um lugar que oferecesse melhores condições de sobrevivência para a família de agricultores. Quando chegou em Joinville foi diferente. Dalva joga que morava em Salderanha quando ela e o marido, recém casados, resolveram vir para Joinville, ela “tinha 21 aninhos” e eles até então só haviam trabalhado na “roça”. Segundo “as contas” de Dalva, eles chegaram a Joinville mais ou menos em 1980, período que se deu o auge da vinda de outros tantos migrantes. O marido conseguiu emprego em uma “firma”, onde trabalhou 08 anos, mas depois foi demitido. Dalva, que nunca havia trabalhado fora de casa, na “cidade” também assumiu um posto de trabalho, na “lavação de ônibus”, mas logo

Histórico de Joinville. Joinville-SC. 1992. p.111.

⁹⁵Idem Ibid. p. 112.

⁹⁶DALVA. 50 anos. Moradora do bairro Morro do Meio e mãe de 10 filhos. Entrevista concedida a Sara Simas, no dia 23 de abril de 2009, no CRAS Morro do Meio.

saiu desse emprego, e desde então, dedica-se a cuidar dos filhos e do marido que, desempregado e adoentado, passou a fazer alguns “bicos” ou trabalhos informais para a sobrevivência da família.

Sônia tem 30 anos e chegou em Joinville em 1987, no contexto da grande migração paranaense. A migração foi uma experiência pouco lembrada ou pouco dita na entrevista com Sônia, tendo em vista o contexto em que a mesma foi realizada – em uma sala do Centro de Referência em Assistência Social do Morro do Meio, enquanto a entrevistada esperava pelo atendimento da assistente social - é compreensível que as memórias e/ou a fala da entrevistada estavam associadas muito mais às vicissitudes de alguma forma ligadas a sua situação atual. Um outro motivo para esse interdito pode ser o fato de a experiência de ter se mudado com a família, ainda criança, para Joinville - um fato que aconteceu há tantos anos - não seja uma lembrança que valha a pena acionar nessa situação. Sônia, porém, apesar de jovem, tem uma história de vida repleta de experiências comoventes e o pouco que contou sobre a infância e do fato de ser migrante, parecem reavivar dores e traumas. Com apenas 08 anos, Sônia chegou a Joinville, vinda do Paraná, como relatou:

Eu até os seis anos me criei rolando... ela [sua mãe] deu eu para os outros criar. Daí quando ela firmou com o meu padrasto ela me buscou e me criou. Eu fiquei com ela, mas eu já tava com uns seis, sete anos. Aí viemos embora pra cá. [...] Eu vim pra cá... o primeiro lugar que a gente morou, com o meu pai [padrasto] e com a minha mãe foi no Jativoca... Aí lá eu passei a minha adolescência assim... até os 14 anos [...] Daí engravidei de F. dentro da casa dela, como mãe solteira[...]A minha mãe era muito rígida [...] e por causa disso que eu casei cedo, sabe... praticamente fugindo...⁹⁷

Uma outra localidade da cidade, habitada por algumas das mulheres sujeitos dessa pesquisa, o Paranaguamirim, foi ainda mais recentemente oficializado como bairro, apenas em 1997. Segundo levantamento feito pela Prefeitura de Joinville em 2006, o bairro era composto, neste ano, por cerca de seis diferentes localidades e loteamentos, como o Jardim Edilene, Jardim Ana Júlia, Loteamento Estevão de Mattos, Itaipu, Gabriela e Maria Francisca. As mulheres que entrevistei, Tamires e Agnes, eram moradoras, respectivamente, do Jardim Edilene e do Loteamento Estevão de Matos. Esse grande número de localidades dentro do bairro, além de sua oficialização tão recente, revela-nos que ele também surgiu a partir dos diferentes processos migratórios na cidade. Loteamentos e localidades vão aparecendo de acordo com o aumento populacional do bairro, que recebe constantemente novos habitantes,

⁹⁷SÔNIA. 30 anos. Moradora do bairro Morro do Meio e mãe de 04 filhos. Entrevista concedida a Sara Simas, no dia 23 de abril de 2009, no CRAS Morro do Meio.

muitos deles migrantes, como Tamires.

Os bairros que citei, onde habitaram as mulheres entrevistadas para esta pesquisa, são bairros populares, com alta densidade demográfica e baixa renda per capita. Se compararmos dados relativos a renda, por exemplo, entre esses bairros e outros bairros de Joinville, mais centrais, pode-se perceber as desigualdades sociais que só são mais nítidas se caminhamos por suas ruas. Segundo o Censo Demográfico do IBGE, em 2000, 48% da população moradora do Jardim Paraíso recebia entre 1 e 3 salários mínimos. Entre os moradores do bairro Morro do Meio, no mesmo ano, 45% recebiam apenas de 1 a 3 salários mínimos. No Paranaguamirim também em 2000, 37% da população recebia de 1 a 3 salários mínimos e 29% de 3 a 5 salários mínimos. Já em bairros mais centrais a realidade com relação a renda dos habitantes é inversa a dos bairro já citados. No bairro América, segundo o senso de 2000, 29% da população tem renda de mais de 20 salários mínimos. A mesma realidade é vista no Atiradores, outro bairro central, onde 30% da população recebe mais de 20 salários mínimos. No centro da cidade a percentagem de pessoas com renda superior a 20 salários mínimos é ainda maior, 35%.⁹⁸

Essas diferenças de renda entre os moradores dos bairros de Joinville estão relacionadas a estrutura física de cada uma dessas localidades. Tradicionalmente os bairros centrais são habitados, sobretudo, pelas elites da cidade, grande parte pertencentes a famílias com origem alemã. Os bairros que aqui citei são bairros localizados nas regiões periféricas de Joinville, e os chamo de bairros populares em função da realidade social e econômica da maioria de seus habitantes, como já analisado anteriormente, grande parte composta por migrantes.

Localidades como o Jardim Paraíso, Morro do Meio e Paranaguamirim têm sérios problemas em sua infra-estrutura e serviços urbanos. Além de questões relativas à segurança pública, como já exemplificado pelo bairro Jardim Paraíso, problemas com relação a educação, áreas de lazer e trânsito assolam esses bairros mais afastados do centro. Ao acompanhar as reportagens referentes a esses bairros publicadas nos jornais da cidade nos últimos anos deparei-me com um grande número de notícias relacionadas a carências nestas áreas.

Um reportagem do Jornal A Notícia no dia 21/07/2009⁹⁹, dava conta dos números

⁹⁸Dados retirados de: JOINVILLE. Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Joinville. *Joinville Bairro a Bairro*. 2006. Dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2000.

⁹⁹Violência é tema de Debate em Joinville. *A Notícia*. 21/07/2009. Disponível em <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2587705.htm>> 01.ag.09.

relacionados à violência na cidade, durante o ano corrente. Segundo a reportagem, no que se refere a assassinatos, até o período, “caiu 31%. Eram 39 até ontem, contra 57 no mesmo período do ano passado”. Todavia, o bairro que, segundo o jornal, “liderava” no *ranking* de assassinatos deste ano, até o mês de julho, era o Morro do Meio, com cinco mortes. Em anos anteriores a “liderança do *ranking*” variava entre outros bairros periféricos da cidade, como o Jardim Paraíso.

Em reportagem do mês de fevereiro de 2009, o mesmo jornal havia entrevistado o Delegado Regional Dirceu Silveira. Quando perguntado sobre o grande número de homicídios e tentativas de homicídios no bairro Morro do Meio o delegado revela que há “Uma migração do tráfico de drogas, provavelmente. A desestabilização de pontos de droga ou quadrilhas no Jardim Paraíso, por exemplo, contribuem para que a criminalidade procure outras áreas”.¹⁰⁰

Entre as reportagens nos jornais da cidade, vários outros problemas aparecem relacionados aos bairros citados. Em matéria de 18 de maio de 2009, o Jornal A Notícia¹⁰¹ aborda o deficiente atendimento do CEI - Centro de Educação Infantil - de responsabilidade da Prefeitura de Joinville, que fica localizado no Morro do Meio, onde a demanda é muito grande, mas o número de vagas bastante limitado. Segundo o jornal “Há cerca de 70 crianças na fila de espera, mesmo com os dois turnos do CEI”. Além disso, a reportagem denuncia, a partir da reclamação dos moradores do bairro, a falta de reparos à estrutura física do prédio, que tem 25 anos e foi reformado apenas uma vez. Os problemas do bairro são numerosos, segundo a reportagem. Entre eles estão: “Áreas de lazer abandonadas, valas a céu aberto e a ponte da Rua Minas Gerais”, via principal de acesso ao bairro, que apresenta inúmeros problemas nas épocas de chuva.

No bairro Paranaguamirim, há uma série de problemas de natureza infraestrutural que resultam em grande número acidentes de trânsito¹⁰² e em constantes enchentes¹⁰³ - em função das chuvas – e também de natureza fundiária, pela ocupação de terrenos em áreas de

¹⁰⁰Delegado Regional Dirceu Silveira fala sobre o número de tentativas de assassinato em Joinville. *A Notícia*. 07/02/2009. Disponível em <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2397409.htm>> Acesso em 01.Ag.09.

¹⁰¹“Café na Associação” quer mostrar problemas do Morro do Meio às autoridades de Joinville. *A Notícia*. 18/05/2009. Disponível em <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2514263.htm>> Acesso em 01.Ag.09.

¹⁰² Garoto de 12 anos que pilotava moto e sofreu acidente permanece na UTI, em Joinville. *A Notícia*. 19/05/2009 Disponível em <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2515590.htm>> Acesso em 05.Ag.09.

¹⁰³Chuva causa pontos de alagamento em Joinville. *A Notícia*. 10/03/2009 Disponível em <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2433448.htm>> Acesso em 05.Ag.09.

preservação ambiental, onde há constante pressão da Prefeitura para que os moradores deixem suas casas. O Ulysses Guimarães, bairro fronteiro ao Paranaguamirim, tem um grande número de famílias habitando estas áreas. Segundo matéria do Jornal A Notícia do dia 04 de abril de 2009,

Um grupo de fiscalização formado por duas secretarias municipais — de Habitação e do Patrimônio — e a Fundação do Meio Ambiente (Fundema) derrubou seis casebres de madeira que estavam em construção no loteamento Juquiá, que fica no bairro Ulysses Guimarães, em Joinville. Segundo a prefeitura, a ação foi uma decisão do conselho, formado na semana passada, com o objetivo de conter as áreas de invasão na cidade.

A ação da prefeitura reuniu dezenas de moradores (inclusive crianças pequenas) nas ruas do loteamento. Lá vivem cerca de 120 famílias. Eles tentaram impedir a derrubada das casas[...] Houve confronto entre os moradores e a PM, que usaram balas de borracha e spray de pimenta.

A mesma fiscalização ocorreu no Paranaguamirim, no loteamento Ana Júlia onde “dez piquetes (a base dos casebres em construção) e duas casas quase concluídas foram desmanchadas. [...]. Há ações judiciais encaminhadas para retirar todos os moradores”.¹⁰⁴

Outra fonte de incômodos aos moradores do bairro Paranaguamirim é uma realidade percebida por todos que conhecem a localidade: a Estação de Tratamento de Esgoto, que fica localizada no bairro, próxima a uma avenida bastante movimentada e povoada. Um informativo da Câmara de Vereadores de Joinville, no dia 06/07/2007¹⁰⁵, dava conta de uma Audiência Pública para discutir a situação dos moradores que residem próximo à Estação de Tratamento de Esgoto. A reivindicação dos moradores do local era para que, se não fosse possível deslocar a Estação para uma região mais afastada, que fosse adotado um novo tipo de procedimento no tratamento do esgoto, para que o mau cheiro diminuísse no bairro. Segundo o informativo,

O público se manifestou desabafando os problemas que a comunidade enfrenta com o mau cheiro. Os moradores falaram que se trata de uma luta antiga e, para eles, é questão de saúde pública. “Estamos desanimados, quase não acreditamos em solução. Os órgãos públicos não tratam o assunto com responsabilidade”, se

¹⁰⁴Prefeitura de Joinville derruba casas em área de preservação permanente. *A Notícia*. 04/04/2009. Disponível em <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2465403.htm>> Acesso em 05.Ag.09.

¹⁰⁵Audiência Pública discute situação de Estação de Tratamento de Esgoto. *Câmara de Vereadores de Joinville*. 06/07/2007. Disponível em <http://www.cvj.sc.gov.br/index.php?goto=noticias_view&cd=3234> Acesso em 05.Ag.09.

queixaram. Eles afirmaram que por causa do cheiro forte, são obrigados a tomar analgésicos para a dor de cabeça diariamente.

A questão da Estação de Tratamento de Esgoto, como cita o próprio informativo da Câmara, é uma luta antiga dos moradores do Paranaguamirim, mas o problema é sempre adiado pelos órgãos ambientais municipais e estaduais e pela CAJ- Companhia Águas de Joinville. Na audiência, um dos funcionários da Águas de Joinville afirmou que infelizmente “Padaria tem cheiro de pão, estação de tratamento de esgoto, tem cheiro de esgoto”. Segundo representante FATMA – Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, “os loteamentos naquela área” onde moram centenas de famílias, “não deveriam ser licenciados”. Para os porta-vozes dos órgãos ambientais responsáveis, o grande problema é que a Estação, que pertenceu 30 anos a CASAN - empresa privada – não tem licenciamento ambiental. Ainda segundo Julio Serpa, “No dia 03 de julho deste ano a CAJ pediu o licenciamento, pois sem isso, não poderão mudar o sistema de tratamento e nem construir”. Apesar da Audiência, os moradores do Paranaguamirim voltaram para suas casas mais uma vez sem soluções. Apenas adiamentos e previsões. Segundo o informativo “ Para a comunidade, que queria solução imediata, nada de concreto ficou definido. Os moradores devem entrar no Ministério Público para buscar seus direitos”.

Além dos bairros aqui apresentados, que foram analisados porque eram os espaços onde se localizavam os CRAS de Joinville até o ano de 2009 e, conseqüentemente, habitados pelas mulheres entrevistadas na pesquisa, é importante ressaltar a existência de dezenas de outros bairros, também localizados nas regiões periféricas da cidade e cuja a população sofre com problemas de infra-estrutura, na contemporaneidade. As informações e dados sobre os bairros de Joinville, sobre as situações enfrentadas por seus habitantes e as lutas e reivindicações dos seus moradores, podem ajudar a perceber a dinâmica da urbe e compreender um pouco das tensões e desigualdades sociais que existem em um mesmo espaço urbano. Ao mesmo tempo, nada é mais revelador de uma cidade do que o caminhar por suas ruas, a conversa com seus habitantes e a percepção dos diferentes usos de seus lugares. No entanto, quando se faz referência às diferenças sociais no ambiente da cidade é necessário pensar em uma vivência negociada entre os diferentes grupos sociais e não em uma “luta de classes” no sentido literal do termo. Segundo Emerson César Campos e Maria Bernadete Ramos Flores,

Fora do lugar-comum de se enxergar ações polarizadas entre as populações do centro e da periferia, e para além de uma simples integração de ambas possibilidades, as produções culturais da cidade indicam este deslocamento: o lugar intervalar onde, não esquecendo as diferenças, inscritas sejam elas na expressão corporal, na vestimenta ou mesmo no alimento ingerido, as negociações se apresentam. Falamos então de uma temporalidade e de uma espacialidade, capazes de articular, de misturar, elementos díspares, antagônicos, inusitados. Seguindo esta perspectiva buscamos, na medida do possível, detalhar a constituição de espaços e tempos na cidade onde a polifonia, por exemplo, demarca territórios, promove inclusão e exclusão sociais, inventa linguagens e símbolos, arranja identificações, cria novos sujeitos, afeta desejos, inova mercado e mercadorias.¹⁰⁶

As cidades são “lugares praticados”¹⁰⁷, como nos permite refletir Michel De Certeau, que só adquirem significados pela ação das pessoas que o utilizam. É através das vivências e experiências das pessoas nas suas ruas, interagindo no transporte coletivo e nos estabelecimentos comerciais que se estrutura a trama social. Segundo Michel Maffesoli, a cidade “ é um lugar dinâmico, feito de ódios e amores, de conflitos e distensões, é uma 'casa' objetiva onde uma socialidade é vivida diariamente, na palidez e no brilho, fundada, como toda situação mundana, no limite”.¹⁰⁸

As vivências e histórias conhecidas a partir das fontes desse trabalho propiciaram a aproximação do cotidiano das famílias dos bairros populares urbanos, em especial das famílias chefiadas por mulheres nesse grupo social. A partir das histórias dessas mulheres chefes de família foi possível, por alguns momentos, conhecer diversas “cidades imaginárias”: a cidade da decepção, da acolhida, da solidariedade, da injustiça social, palco das mais variadas experiências... todas dentro da mesma “cidade real”.

¹⁰⁶CAMPOS, Emerson César. FLORES, Maria Bernadete Ramos. Op. Cit.

¹⁰⁷CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 202.

¹⁰⁸MAFFESOLI, Michel. O poder dos altares. In: *Notas sobre a pós-modernidade: o lugar faz o elo*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004. p.58.

2. MÃES, COMPANHEIROS E FILHOS.

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas ruínas, nos namoros de esquina. Disso eu quis fazer a minha poesia, dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não têm voz.

Ferreira Gullar

2.1 FAMÍLIAS POBRES NO BRASIL: QUESTÕES HISTÓRICAS.

Na sociedade ocidental é na família que acontecem em primeira instância as relações sociais. Estando, dessa forma, família e sociedade mutuamente implicadas, torna-se indispensável entender que as relações neste âmbito se dão de forma distinta em diferentes espaços sociais. Sendo assim é necessário perceber a família no plural - “famílias” - dando conta da diversidade de arranjos, inscritos em diferentes grupos sociais, ambientes e períodos históricos.

Nas últimas décadas do século XX e início do XXI, a questão da chefia familiar feminina tem estado em evidência em função da proliferação de pesquisas e estatísticas com relação às mulheres e à família. Esses dados talvez revelem o motivo da emergência de trabalhos sobre essa temática nas diversas áreas das Ciências Humanas. Dados da pesquisa “Retrato da desigualdade por gênero e raça”, divulgados no início de 2008 e desenvolvidos em uma parceria entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, dão conta do crescimento no número de famílias com chefia feminina no Brasil, entre os anos de 1993 e 2006. Segundo a referida pesquisa, “ao longo da última década observa-se a manutenção da tendência de aumento na

proporção de famílias chefiadas por mulheres, que passou de 19,7%, em 1993, a 28,8%, em 2006. Tal tendência vem sendo acompanhada com atenção por pesquisadoras do tema”.¹⁰⁹

Estes dados podem auxiliar na percepção da dinâmica das relações entre homens e mulheres, bem como, podem nos levar a pensar que estamos caminhando para uma mudança nas representações sociais, no que se refere às relações de gênero - que tradicionalmente estão ligadas à desigualdade social entre os sexos. No entanto, a emergência desses dados podem levar a crer, erroneamente, que a chefia familiar feminina é um fenômeno exclusivo da contemporaneidade, e que as famílias em outros períodos históricos, na sociedade ocidental, estavam limitadas ao padrão de chefia masculina presente na norma familiar burguesa.

O que é necessário perceber quando analisamos os dados sobre chefia familiar e sobre os espaços das mulheres na família e no mercado de trabalho é que, apesar da chefia familiar feminina ser uma realidade contemporânea, não é um fenômeno exclusivo desse tempo histórico. Devemos levar em conta que os olhares das políticas sociais estão cada vez mais direcionados para as mulheres, deixadas durante muitos anos de lado como cidadãs e agentes sociais. Essa mudança de olhar se deve a aspectos culturais e sociais que tiveram impulso, especialmente, através das reivindicações dos Movimentos Feministas, a partir da década de 1970.

Tendo em vista esse panorama, os dados com relação às mulheres e às famílias passaram a ser vistos com mais atenção nos últimos anos. A PNAD- Pesquisa Domiciliar por Amostra de Domicílio, por exemplo, cujos dados foram a base da pesquisa anteriormente citada, sofreu várias alterações desde que foi criada, em 1967. As principais reformulações na PNAD aconteceram entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, e a partir de 1992 é que foram introduzidos dados com relação às mulheres no que se refere a temas tais como, mercado de trabalho e família.¹¹⁰ Antes da criação do PNAD, esses dados não eram contemplados pelos censos do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dessa forma, não se tem, no Brasil, dados consistentes sobre a chefia familiar feminina até meados do século XX.

Os estudos sobre família, no Brasil, foram iniciados pela Antropologia Social e pela Sociologia, tendo sido um importante nome neste campo o do pensador Gilberto Freyre. Durante muito tempo a temática da família, no país, ficou restrita à interpretação freyreana,

¹⁰⁹*Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Análise preliminar dos dados. 3a.ed. Brasília. Set. 2008. p.03 Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf> Acesso em 01.Ag.09.

¹¹⁰IBGE - *Memória Institucional*. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/historiaoral/>> Acesso em 29.Jun.2009.

iniciada com o livro *Casa Grande & Senzala*. Segundo o autor, fatores culturais associados ao meio ambiente e à nutrição determinavam um caráter paternalista no Brasil colonial e oitocentista, caráter este desenvolvido a partir de um modelo patriarcal. Este modelo teria como características a família numerosa, composta não só pelo núcleo conjugal, mas também por empregados, agregados, escravos e membros da família extensa, todos submetidos ao poder do homem mais velho, pai e marido, o patriarca.¹¹¹ Freyre e seus seguidores estabeleceram, assim, um padrão brasileiro no que se refere à organização da família, a partir do conceito de família patriarcal.¹¹² As mulheres, neste contexto, eram colocadas em situação de submissão absoluta e suas atuações nestes espaços não foram problematizadas na análise desenvolvida pelo sociólogo pernambucano.

A partir da década de 1970 as pesquisas sobre a temática família vêm se firmando no Brasil como área de análise, vinculadas, sobretudo, à história das mulheres. Os esforços dos novos estudos na área de história da família visaram revelar que o modelo de família patriarcal freyreano não era presente de forma homogênea em todo o Brasil, formulando uma crítica que o acusava de generalizar a família patriarcal a partir da realidade das famílias do engenho de açúcar pernambucano. Estas novas perspectivas voltaram-se para a esfera da microanálise, percebendo a família a partir, sobretudo, de especificidades regionais, porém atentando para outras formas de organização que coexistiram com o modelo patriarcal e que escaparam à análise freyreana. Algumas vertentes, no entanto, defendiam que parte das características da família patriarcal freyreana servia de referência ideológica mesmo para núcleos que não eram organizados pelos traços básicos desse arranjo, sobretudo porque a família patriarcal seria uma configuração fortemente identificada com as características do período colonial brasileiro.¹¹³

A presença das mulheres na família e na sociedade brasileira em diferentes períodos da história do Brasil também passou a ser o foco de análise de muitas historiadoras e historiadores. Nesse sentido, a partir das diferenças regionais, bem como das diferenças entre grupos sociais, alguns estudos mostram que a chefia familiar feminina era uma prática comum às mulheres em vários períodos da história do Brasil.

Segundo a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, em São Paulo, “a presença maciça de mulheres na população da cidade – mulheres sós de maridos ausentes – era parte

¹¹¹FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

¹¹²CORRÊA, Mariza. (Org.) *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹¹³ALMEIDA, Ângela Mendes de. (Org.) *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo/ Editora UFRJ, 1997.

integrante da tradição da vila desde o século XVII”.¹¹⁴ Em trabalhos que problematizam o Brasil nos séculos XIX e XX, a chefia familiar feminina mostra-se como uma prática existente, especialmente entre os pobres. Segundo Claudia Fonseca, em certos lugares do Brasil, no decorrer do século XIX, “a família chefiada por uma mulher, o suposto protótipo da família desagregada, chegava a ser tão comum quanto a família conjugal”.¹¹⁵

A mãe solteira e a família sem a figura de um homem provedor, principalmente a partir da Primeira República, tornaram-se alvo de políticas sociais e discursos de poder. Para Maria Odila Leite da Silva Dias,

aos poucos, de forma preconceituosa e canhestra, os contemporâneos foram tomando consciência da sua presença [de mulheres chefes de família]. Nos anos que se seguiram a 1822, tanto se devassava os carbonários, como os costumes sexuais das mulheres pobres. Em agosto de 1822, exagerava-se a moda europeizante e reformista, pois as autoridades municipais pediam providências contra casamentos de uso costumeiro, que eram largamente disseminados na população.¹¹⁶

As intenções de modernização do Brasil, que se intensificaram com a República emergente, buscavam o distanciamento de um país com feições paternalistas e patriarcais, a partir da construção de um espaço urbano ordenado e moralizado. Almejava-se que o novo trabalhador assalariado fosse um homem dedicado ao trabalho e à nação. Dessa forma, o controle de sua vida iria além do indivíduo voltando-se para a normalização de todos os membros da família. A família passou a ser, dessa forma, foco central nos discursos médico, jurídico e da imprensa. Segundo Jurandir Freire Costa,

As preliminares do bom casamento mudaram de tom. As razões higiênicas desarticularam as razões familiares e impuseram novas regras ao contrato conjugal. O compromisso essencial do casal era com os filhos. Não se tratava mais de amar o pai sobre todas as coisas, e sim a raça e o Estado como a si mesmo.¹¹⁷

Para Jacques Donzelot, a ligação entre família e Estado é uma questão presente no ocidente desde o Antigo Regime, quando se buscou o reforço da autoridade paterna na família, através da figura central do chefe de família,

¹¹⁴DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 29

¹¹⁵FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Ed. Cortez, 1995. p. 07.

¹¹⁶DIAS, Op. Cit. p. 30.

¹¹⁷COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e Norma Familiar*. São Paulo: Graal, 1989. p. 218.

Em relação aos aparelhos centrais, o chefe de família responde por seus membros. Contra a proteção e o reconhecimento da situação de que se beneficia, ele deve garantir a fidelidade à ordem pública daqueles que dela fazem parte; deve também fornecer uma contribuição em imposto, em trabalho e em homens.¹¹⁸

Segundo Michel Foucault, em todo ocidente, sobretudo a partir de inícios do século XIX, a família tornou-se instrumento privilegiado para o governo da população. Sendo ela um elemento interno da população, serviria como instrumento de moralização do corpo social.¹¹⁹ Jurandir Freire Costa, sob essa perspectiva, defende que o discurso médico teve papel fundamental na formação das famílias normalizadas e “higiênicas”, que deveriam ter como principal preocupação a procriação de herdeiros saudáveis, educados e futuros bons trabalhadores, alinhados com os novos princípios modernos e republicanos. Os referidos discursos emitidos no início do período republicano criticavam os padrões patriarcais associados às relações de gênero, tais como, o casamento entre mulheres jovens e homens velhos, a sexualidade masculina desregrada e a maternidade negligenciada. De acordo com Costa, o “machismo” foi um discurso que surgiu como compensação pela perda do poder patriarcal masculino, teoricamente fora de qualquer tipo de controle. Sendo assim, as figuras dos homens promíscuo, celibatário e homossexual foram combatidas em detrimento do posicionamento de pai, provedor e chefe de família.

As mulheres, por sua vez, foram alvo ainda mais focalizado das intervenções do Estado. Como nos lembra Michel Foucault, a sexualidade feminina foi o principal foco dessa “bio-política” - que permeou a modernização em todo ocidente – e que agia a partir de constante policiamento, vigilância e gestão da população.¹²⁰ A historiadora Ana Paula Vosne Martins, em pesquisa sobre o foco da medicina no corpo feminino entre os séculos XIX e XX, constatou que, neste período, as especialidades médicas da ginecologia e da obstetrícia ganharam reconhecimento no Brasil. As teses médicas com relação às mulheres, que iniciaram seu desenvolvimento no século XIX, estavam sintonizadas com as discussões dos meios científicos de fora do Brasil, sobretudo da Europa. Essas especialidades trataram de “esquadrinhar” o corpo feminino, que até então permanecia enigmático para a ciência masculinizada. Neste sentido, os estágios biológicos de transformação do corpo das mulheres,

¹¹⁸DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. p. 50.

¹¹⁹FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

¹²⁰FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*, vol. I A Vontade de Saber. Rio de Janeiro, 1999.

em especial a menstruação, passaram a ser associados a transformações psíquicas e morais e a partir disso a medicina iniciou a prescrição de regras de conduta para jovens moças e mulheres. Segundo a historiadora,

[...] os médicos aproximaram-se das mulheres como especialistas em assuntos relativos à natureza feminina ou como conselheiros quanto ao casamento, à educação dos filhos e à organização da vida familiar. A transformação do médico em conselheiro familiar com autoridade para expressar suas ideias e prescrever condutas só se deu através da aliança estabelecida com a mulher, personagem central tanto para a entrada das ideias médicas e científicas no meio familiar quanto para a construção da reputação e da fama dos médicos.¹²¹

A medicina surgiu como um saber que preconizava condutas no seio das famílias da elite brasileira e assim, estabeleceu-se pela atuação das próprias mulheres. Os discursos normalizadores da medicina foram alçados posteriormente para os demais grupos sociais e de diferentes formas. Nesta direção se encontra o trabalho da historiadora Joana Maria Pedro, sobre a cidade de Desterro, atual Florianópolis, entre os séculos XIX e XX. Um dos focos do trabalho da historiadora foram os discursos da imprensa do período, sobre as mulheres. Para Joana Pedro, estes discursos, publicados em Desterro, no período citado, eram simétricos aos discursos iniciados na Europa, sobretudo no século XVIII, preocupados com a valorização e moralização da família e da infância, que colocavam as mulheres na posição exclusiva de mães. Para a historiadora, uma série de eventos iniciados na década de 50 do século XIX levou a formação de uma elite na cidade, que reformulou sua área urbana e pretendeu delimitar também novos espaços e papéis sociais, de acordo com a emergente ordem burguesa. Nesse sentido, para esses membros da elite, as mulheres tornaram-se essenciais para a honra familiar e o foco central dos discursos, que foram sendo levemente modificados durante os séculos XIX e XX, de acordo com os interesses e as disputas das elites da cidade.

De acordo com Joana Maria Pedro, essas referências serviam apenas para a elite e para uma parte da classe média local, as mulheres das camadas populares sofreram outras formas de repressão por serem mulheres e pobres. Afirma a autora,

Através de inúmeras práticas, os representantes do poder público tentaram impedir a livre circulação dessas mulheres, no bojo de uma política que visava retirar das áreas centrais os “inconvenientes”, que desabonavam a imagem de cidade “limpa” e “civilizada” que pretendiam construir.¹²²

¹²¹MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004. p. 140.

¹²²PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da

A partir dessas referências pode-se perceber como as mulheres foram alvo preferencial destes discursos que visavam normalizar a família e seus elementos, sendo reservado à esta a função de esposa fiel e dedicada e, principalmente, mãe. A medicina e a imprensa esforçaram-se para desqualificar as figuras consideradas desviantes, tais como a prostituta e a celibatária. O mesmo fez a lei republicana, que teve como uma das preocupações centrais a honra sexual e a virgindade feminina.¹²³ Com vistas a fortalecer a família higiênica e disciplinada, a lei e a repressão policial agiram mais efetivamente entre os pobres. Silvia Maria Fávero Arend, que pesquisou sobre a família nos grupos populares urbanos de Porto Alegre, no final do século XIX, afirma:

Através da adoção de uma punição mais severa para determinados crimes - maus tratos infantis, incesto e infanticídio - a Justiça procurou impor novos padrões de conduta para essa população. Isto ocorria em função do novo Código Penal da República que introduziu penas mais severas para determinados crimes, como também da interpretação que os juizes faziam da lei.¹²⁴

A reprodução do arranjo nuclear burguês, porém, ficou comprometida em função do cotidiano e das vivências da população. Apesar desses discursos terem alcançado uma parcela significativa da população e se perpetuado entre alguns grupos sociais no decorrer do século XX, entre os pobres urbanos os discursos moralizadores não surtiram todo o efeito esperado. As práticas desse grupo social deslizavam entre os espaços e lacunas destes discursos.

Vários estudos, alguns deles já citados neste trabalho, apontam para a vigência de uma moral própria entre os pobres urbanos. Nesse grupo, os arranjos familiares, devido à vulnerabilidade social dos pobres, foram muito diferenciados. Segundo Sidney Chalhoub, as relações familiares, amorosas e de gênero entre os pobres durante a *Belle Époque*, no Rio de Janeiro, estavam diretamente relacionadas às condições de vida destes indivíduos. O problema com relação à moradia, muitas vezes, fazia com que um casal tivesse que dividir a habitação com outros casais na mesma condição - amigos, compadres ou parentes. As relações de gênero vividas pelos pobres tinham um caráter bastante diferente do ideal defendido pela nova família burguesa.

UFSC. 1998. p.115.

¹²³CAUFIELD, Suenann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro: 1918 -1940*, Campinas: Unicamp. 2000.

¹²⁴AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. p.91.

Segundo Silvia Maria Fávero Arend, apesar da defesa do casamento civil, a partir da introdução do novo Código Civil Republicano e “mesmo havendo a possibilidade legal do casamento e ainda a expectativa de realizá-lo, os populares preferiam o amasiamento”.¹²⁵ Mesmo sofrendo fortes influências do modelo divulgado como ideal e sentindo desejo de segui-lo e estabelecer uma família nuclear, geralmente suas condições de existência não lhes permitiam essa realidade. O trabalho era uma necessidade para as mulheres pobres e era ligado, sobretudo, às funções domésticas que estas já realizavam, tais como: limpeza de casa e cuidado de crianças. O serviço poderia ser executado em casa ou na residência de uma família que a empregava. Havia ainda o trabalho nas fábricas, no comércio como ambulantes, etc. Dessa forma, conseguir um emprego mostrava-se mais fácil, nesse contexto, para as mulheres do que para os homens. Segundo Sidney Chalhoub,

Apesar de estas tarefas serem em geral mal remuneradas [...] muitas mulheres conseguiam sobreviver exclusivamente daquilo que conseguiam obter com o seu trabalho [...] o ato de desempenhar atividades remuneradas, mesmo que intermitentes em muitos casos, era parte da experiência real de vida dessas mulheres [...] essa possibilidade de arrumar trabalho com alguma facilidade colocava a mulher pobre em posição de relativa independência em relação a seu homem, e ela soube muitas vezes asseverar esta sua condição com altivez e, até, orgulho.¹²⁶

Portanto, a premissa essencial da nova família burguesa, o controle das mulheres, limitadas ao espaço do lar e, por consequência, a figura do homem provedor, não foi seguida pelos pobres durante vários períodos da história do Brasil. As mulheres trabalhavam, viviam sua sexualidade e chefiavam suas famílias, sendo elas casadas, como mostra o estudo de Sidney Chalhoub, ou solteiras com filhos, como infere Maria Odila Leite da Silva Dias, em sua análise:

Essas mulheres não estavam integradas nas instituições do poder: não eram assalariadas, não tinham propriedades, não gozavam de direitos civis nem tinham acesso à cidadania política. Nem por isso deixaram de ter a sua organização familiar e de sobrevivência e relações próprias, de convívio comunitário.¹²⁷

Apesar dos discursos com relação à família não serem instituídos na prática entre a maioria dos pobres urbanos, conforme afirma Sidney Chalhoub, “é necessário ter em conta

¹²⁵AREND. Op Cit. p. 72 .

¹²⁶CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001. p. 204.

¹²⁷DIAS. Op. Cit. p.52.

que as mulheres pobres muito provavelmente interiorizavam pelo menos em parte os padrões dominantes do 'ser mulher' que as bombardeavam ao longo da vida [...] os estereótipos de passividade e submissão”.¹²⁸

Durante a segunda metade do século XX e no início do século XXI, as conquistas femininas, a partir das lutas feministas, bem como das transformações sociais e culturais mais amplas, propiciaram grandes mudanças no que se refere às relações de gênero. No entanto, entre os pobres urbanos brasileiros, as condições de existência ainda bastante precárias fazem com que as relações no âmbito da família e de gênero tenham características singulares, próximas ainda, de valores patriarcais. Segundo a antropóloga social Cynthia Andersen Sarti, em trabalho publicado em 1996, “estudos recentes sobre os pobres urbanos mostram [...] a força simbólica destes padrões [patriarcais] ainda hoje”.¹²⁹ Ao analisar o cotidiano e as vivências das famílias pobres de Joinville pode-se perceber muitas das características sugeridas pela autora.

2.2. “SEM TER UM COMPANHEIRO DO LADO NÃO DÁ!”: MULHERES E HOMENS POBRES EM JOINVILLE.

As famílias atendidas na Secretaria de Bem Estar Social, durante o período estudado, tinham em comum o fato de estarem em situação de pobreza e vulnerabilidade social. O trabalho informal para homens e mulheres é uma característica presente na quase totalidade das famílias atendidas. Esse trabalho informal era realizado, quase sempre, como uma única opção à situação de desemprego.

Os levantamentos selecionados, já contabilizados na introdução deste trabalho, referem-se a famílias chefiadas por mulheres, sejam estas monoparentais ou não. Entre o início do período analisado até o ano de 2002, era comum que homens procurassem auxílio para sua família junto a SBES de Joinville. A partir de 2003, iniciou-se um processo de mudança bastante significativo nas políticas da assistência social no Brasil, quando então este contexto adquiriu outra conotação: os atendimentos nos órgãos assistenciais passaram a ser voltados, sobretudo, para as mulheres.¹³⁰

¹²⁸CHALHOUB. Op. Cit. p. 230.

¹²⁹SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: FAPESP, Ed. Autores Associados, 1996. p. 37.

¹³⁰Este processo histórico será analisado no capítulo 3.

Nos levantamentos, grande parte das/dos usuárias/os, eram citadas/os como desempregadas/os, claramente em referência à falta de trabalho formal. A partir do registrado pelas assistentes sociais, foi possível conhecer parte da “realidade” de chefia feminina em muitas destas famílias. Mesmo nos casos em que os usuários eram homens e identificados nas fontes documentais como responsáveis ou porta-vozes da família, a partir dos relatos ficava claro que eram as mulheres as principais mantenedoras da casa.

No levantamento de 14 de julho de 2000 verifica-se este fato. Manuel¹³¹ procurou a SBES em busca de auxílio para a compra de um par de óculos para um de seus filhos, e afirmou que “está desempregado e realiza trabalhos eventuais como auxiliar de pedreiro. No momento está sem nenhum serviço. A esposa é empregada doméstica com registro em carteira, no momento é a sua renda que mantém a casa. Possuem quatro filhos”.¹³²

O labor das mulheres dos grupos populares de Joinville estava, no período estudado, quase sempre relacionado a atividades tradicionalmente consideradas femininas. Segundo as informações contidas nos relatos dos Levantamentos Sócio Econômicos do período analisado, cerca de 90% das mulheres exerciam as atividades de diarista e empregada doméstica. Em segundo maior número estavam as mulheres que faziam “bicos” - quase sempre ligados a atividades domésticas - como lavar e passar roupas “para fora”, cuidar de crianças e idosos, limpar quintais, ou mesmo atividades ligadas à pescaria, trabalho com lixo reciclável e prostituição. Em número bem menor estavam as mulheres que tinham um trabalho mais estável, como balconista de padaria ou supermercado. As ocupações masculinas, por sua vez, eram também ligadas ao trabalho informal. Os homens das famílias pobres que foram atendidos pela SBES no período analisado, exerciam funções associadas ao universo masculino, tais como: atividades na construção civil (pedreiro e auxiliar), carpinteiro, jardineiro, etc. Em nenhum dos Levantamentos analisados havia relato de homens que exerciam trabalho formal.

Apesar de exercerem, em grande parte do tempo, algum tipo de atividade remunerada, a característica do trabalho desses homens e mulheres pobres era a instabilidade, além da baixa remuneração. Por esse motivo, necessitavam do auxílio dos programas assistenciais, além do constante recurso a redes de solidariedade e ajuda entre parentes e vizinhos. Para as mulheres, todavia, a demanda de trabalho informal parece ter sido maior. Esta mesma

¹³¹ Assim como a identificação das mulheres entrevistadas para a pesquisa, todos os nomes citados, referentes aos Levantamentos Sócio Econômicos, são fictícios, para preservar a identidade dos usuários.

¹³² Levantamento Sócio – Econômico - 14/07/2000. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

característica foi constatada por Sidney Chalhoub, durante a *Belle Époque* carioca, quando o “trabalho remunerado das mulheres pobres, era, em geral, uma extensão das suas funções domésticas [...]. Sendo assim, era relativamente fácil para essas mulheres arrumarem uma colocação como lavadeiras, cozinheiras, etc.”.¹³³

Os relatórios sociais analisados demonstraram a maior presença do trabalho feminino em relação masculino entre as famílias pobres. Esses dados caracterizavam a situação de chefia familiar feminina, uma vez que, mesmo nos casos em que os homens procuravam a Secretaria, declaravam essa situação. Em um atendimento ocorrido no dia 29 de setembro de 1999, na SBES, observamos este fato. Segundo o relato, a “usuária é diarista e trabalha duas vezes por semana. No final do ano costuma fazer docinhos de natal. O esposo trabalha muito esporadicamente como trabalhador avulso [...] a neta e as filhas da irmã vivem com ela”.¹³⁴ Situação parecida foi relatada no atendimento realizado em 18 de julho de 2000, pela SBES. Gilson afirmava que, “encontra-se desempregado há mais de oito meses. Faz biscates como pintor, mas nem sempre consegue trabalho. A única renda fixa da família é a da esposa (R\$ 190,00)”.¹³⁵

A dificuldade de empregabilidade entre os homens pobres é motivo de atritos entre os membros da família, principalmente porque a utilização de bebida alcoólica é bastante presente no cotidiano masculino. Os conflitos entre homens e mulheres, muitas vezes, são motivados pela não realização das funções historicamente definidas, a partir da normalização burguesa, para cada um dos sexos. A provisão da família, por exemplo, função historicamente reservada aos homens, é muitas vezes impossibilitada aos mesmos em função da falta de emprego.

Apesar das vivências cotidianas dos pobres não se enquadrarem, na maioria das vezes, na configuração da família nuclear, a hierarquização entre homens e mulheres, especialmente no que se refere à divisão de tarefas - homem provedor e mulher mãe e dona de casa - é também uma realidade nesse grupo social, talvez na tentativa idealizada de constituir o arranjo considerado “verdadeiro”.

Agnes, 46 anos, chefe de família moradora do bairro Jardim Edilene, entrevistada no ano de 2009, narrou sobre sua infância e adolescência com um misto de sentimentos. A

¹³³CHALHOUB. Op. Cit. 204.

¹³⁴Levantamento Sócio – Econômico - 29/09/1999. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

¹³⁵Levantamento Sócio – Econômico - 18/07/2000. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

princípio, a entrevistada pareceu nostálgica, lembrando da infância que, segundo ela, apesar de ter sido um tempo de dificuldades, foi um momento único e importante na sua vida.

Meu pai trabalhava, minha mãe era dentro de casa, só dentro de casa... eu estudei pouco, minha mãe nunca disse assim “Minha filha, estuda! Você precisa de estudo”, minha mãe nunca falou isso, sabe, e eu sinto isso agora. Minha mãe nunca falou assim, “Minha filha, é assim a vida...”. Aí eu só brincava, sabe? Eu tinha um jeito mais de menino do que de menina... Eu brincava de pipa, eu jogava bola... eu brincava de se esconder com as minhas colegas. Brincava, brincava... Era pobre. Na casa, aquele tempo, não tinha luz... Era vela...¹³⁶

Posteriormente, mais especificamente após mencionar a morte do pai, Agnes explicitou em sua narrativa os sofrimentos que sua família passou em função da ausência do provedor. Agnes enfatizou o quanto para ela era difícil a vida sem a presença masculina, seja para assumir uma função efetiva de provedor da família, seja para assumir uma figura que faria a “defesa” desta ou seria seu “porta-voz”. Segundo a mesma, “eu gostava muito do comportamento do meu pai e da minha mãe que era muito bom, sabe? Minha mãe só dentro de casa, meu pai trabalhando”.¹³⁷

O pai de Agnes adoeceu, permanecendo muitos anos acamado e impossibilitado de trabalhar, após esse período, faleceu. A vida dos membros da família, sob a chefia de sua mãe, tornou-se muito “complicada”. Agnes, como tantas outras mulheres pobres, amasiou-se muito cedo, com 15 anos, após sua primeira gravidez. Permaneceu morando durante algum tempo com a mãe, na casa que o pai havia legado. Mas, com o tempo a relação tornou-se “insustentável”. Agnes e o companheiro então alugaram uma casinha onde viveram por 10 anos em uma relação em que esta “cuidava só da casa e ele trabalhava”.¹³⁸ Teve com o primeiro companheiro três filhos que, no momento da entrevista já eram adultos e que Agnes dizia se orgulhar muito, pois “foram bem educados e têm uma vida certa. Não estão aí no mundo”.¹³⁹

Apesar de viver com o primeiro companheiro em um arranjo de família que Agnes admirava, em que o marido cumpria sua função de provedor, a mulher era responsável pelas tarefas da casa e o casal empenhava-se na educação dos filhos, o relacionamento terminou após 10 anos de duração. O que motivou a separação foi o o fato de Agnes não admitir o comportamento autoritário e controlador do companheiro. Segundo ela, separou-se porque

¹³⁶AGNES. 46 anos. Entrevista concedida a Sara Simas, no dia 14 de maio de 2009, CRAS Paranaguamirim.

¹³⁷AGNES. Ibid

¹³⁸AGNES. Ibid

¹³⁹AGNES. Ibid

Ele tinha muito ciume de mim. Eu não podia conversar com vizinho, eu não podia nada... eu não podia sair... sabe? Aquilo ali foi me deixando enjoada... viver aquela vida com ele. Ele vivia brigando comigo, eu não podia conversar, rir com uma pessoa, sabe? E aquilo ali foi me deixando cansada, aí eu deixei dele, deixei dele e quando eu deixei dele a minha caçula (sic) [referiu-se a filha mais velha] já havia casado [...] Aí eu saí de casa e levei os meus dois filhos...¹⁴⁰

Agnes saiu de casa e foi morar sozinha com os dois filhos, ao mesmo tempo em que trabalhava como empregada doméstica. Em pouco tempo, porém, ela conheceu um outro homem, que pareceu oferecer uma oportunidade de formar uma família considerada ideal. Entretanto, segundo a mesma, novamente sofreu uma decepção. “Ele me fez promessas, que era da Igreja Assembleia... esse papo de homem, sabe, que a mulher acredita. Que ele era uma pessoa boa, que ele... Aí eu fiquei contente, 'Poxa, esse homem é crente, é da Assembleia de Deus, é da igreja’”.¹⁴¹

A possibilidade de ter um companheiro correto e “crente”, que a acompanharia na igreja e a ajudaria a educar seus filhos, deixou Agnes muito motivada. Além disso, o novo companheiro era trabalhador e tinha uma boa profissão: era pedreiro profissional. Com este homem Agnes viveu cinco anos e teve mais três filhos. Logo no primeiro ano de relacionamento, no entanto, ela percebera que houvera se enganado. Segundo ela,

Ele é pedreiro profissional. E ele tinha condições de dar uma vida boa para mim, só que, como ele bebia, ele jogava o dinheiro todo fora [...] eu vi que ele não ia parar de beber, né? Que meus filhos iam se criar no meio, ali... vendo ele toda vida bêbado e sempre foi ruim para as crianças, né?.¹⁴²

Sendo assim, Agnes pediu ajuda para a filha casada, acionando, como muitos pobres, as redes de solidariedade. Estabeleceu-se em uma casinha cedida pela filha no mesmo terreno em que esta morava. Passou a sustentar os cinco filhos sozinha, pois a ajuda que recebia do primeiro companheiro era pouca e direcionava-se aos dois filhos mais velhos. O segundo companheiro não a auxiliava com “nada”.

Decepcionada com relação aos homens, Agnes afirmou que depois disso ainda “caí em mais uma cilada, de mais um homem”.¹⁴³ Certo dia, Agnes recebeu uma visita de seu primeiro companheiro, José, que a fez uma proposta: moraria com ela na mesma casa, e em

¹⁴⁰ AGNES. Ibid

¹⁴¹ AGNES. Ibid

¹⁴² AGNES. Ibid

¹⁴³ AGNES. Ibid

troca a ajudaria a sustentar e a educar os filhos. José aceitou, porém, de acordo com as limitações impostas por Agnes, que não teriam nenhum tipo de relacionamento amoroso, viveriam juntos apenas como amigos. Parecia uma troca justa, afinal, apesar de não amar mais o primeiro companheiro e não querer mais sofrer com seu autoritarismo e seus desmandos, a figura de um homem para ajudar no sustento da casa e na educação dos filhos era importante para Agnes. Por outro lado, para José, era importante viver com a ex-mulher que sempre assumiu todas as tarefas domésticas. Mais uma vez, porém, Agnes decepcionou-se, já que o ex- companheiro não respeitou suas limitações e voltou a querer controlá-la. Eis as afirmações de Agnes:

Começou a ficar lá em casa, começou a me ajudar, ajudar, ajudar... aí chegou um tempo que ele começou a querer mandar em mim, entende? Começou a cobrar... a cobrar o que ele estava me ajudando. Tipo assim “Ah, eu vou ficar com ela... vou ajudar ela com os filhos dela, mas eu vou mandar nela”. A intenção dele era essa. Eu não podia sair, eu não podia trabalhar, eu não podia... Eu comecei a estudar à noite, né? Não deu para estudar, porque ele ia lá, me seguia. Se eu ia trabalhar ele estava me seguindo. Sabe? Começou a mandar, mandar, mandar em mim. Aí eu disse assim, falei para ele “Meu, a gente conversou que você ia morar aqui, que a gente ia ser amigo, não ia ter nada de marido e mulher”, falei para ele, mas não adiantou.¹⁴⁴

Mesmo decepcionada e arrependida da decisão de dividir a casa com o primeiro companheiro, Agnes cada vez mais se tornava dependente dessa relação. Em pouco tempo, a filha que cedia a casa separou-se do marido e Agnes teve que deixar a mesma. O trabalho que exercia como diarista era muito instável e não dava condições para que ela sozinha pagasse o aluguel de uma casa para viver com os filhos. Apesar de contrariada, Agnes foi viver em outra casa com José, que estava aposentado e tinha um imóvel próprio em outro bairro da cidade. Era neste contexto que Agnes estava vivendo quando concedeu a entrevista. A situação inverteu-se, portanto, e agora era ela quem estava “de favor” na casa do homem e cada vez mais dependente dele, pois o que ganhava com seu trabalho não a permitia sustentar os filhos, que estavam cada vez mais apegados a José, tendo em vista que o pai das crianças era ausente. Nessa situação, Agnes procurou encontrar algumas saídas: o filho mais velho amasiou-se para sair de casa e a filha adolescente, de 16 anos, foi residir com a irmã mais velha, onde cuidava dos sobrinhos.

O relato de Agnes demonstra como a vida dos pobres urbanos é marcada por mudanças, instabilidade e adaptações. O núcleo familiar de Agnes, assim como os de muitas

¹⁴⁴AGNES. Ibid

outras mulheres, passou por inúmeros “rearranjos” na busca de melhores condições de vida. Para Agnes, a maneira mais fácil - e também a mais correta, do ponto de vista moral – de manter uma família, é com a presença de um homem. Primeiro porque, muitas vezes, os recursos financeiros que recebe uma mulher pobre e quase analfabeta não eram suficiente para sustentar uma casa e segundo, porque apesar de todos os desapontamentos com os companheiros que passaram por sua vida, Agnes ainda parecia buscar aquela figura ideal que para ela foi a de seu pai, uma referência de homem para a família e para os filhos.

Observamos que a mudança de companheiro era uma prática bastante presente entre as mulheres pobres de Joinville. Em função da necessidade de uma presença masculina, muitas mulheres, mesmo reclamando do comportamento dos homens, não se conformam em ficar sozinhas. Quando o homem não consegue mais assumir a provisão da família, no entanto, ou sequer ajudar nas despesas da casa, é hora de separar-se e ficar só ou, como acontece na maioria das vezes, encontrar um outro companheiro.

A história de Sônia, já parcialmente apresentada no primeiro capítulo, leva-nos a refletir sobre essa característica nas relações entre homens e mulheres pobres. Sônia teve vários companheiros durante a vida, saiu da casa da mãe com 18 anos e foi viver com um namorado com quem permaneceu três anos e teve uma filha. Quando o relacionamento terminou, Sônia voltou para a casa da progenitora, em busca de moradia e ajuda para cuidar da filha. No entanto, a mãe, segundo Sônia, sempre foi “muito rígida”¹⁴⁵, afirmando que só a aceitaria se esta trabalhasse e pagasse a sua estadia na casa. Foi nessa situação que, com dificuldade para encontrar emprego, Sônia passou a trabalhar como prostituta:

Tinha me separado e tava com a menina [...] Ela queria que eu arrumasse serviço, eu saía atrás do serviço, não conseguia... ela disse “Ai, já que tu... tu não é mais virgem mesmo... arruma um homem pra te dar dinheiro, então”. E nessa que eu caí na rua fazendo programa.¹⁴⁶

A ideia de “arrumar um homem” para sustentar ou para “dar dinheiro” pareceu a alternativa mais sensata segundo a mãe de Sônia, frente a realidade da filha não conseguir arrumar emprego ou sustentar-se sozinha. A entrevistada, não conseguindo ou não querendo arrumar um companheiro fixo, passou a prostituir-se. O ex-companheiro, sabendo que esta estava prostituindo-se, entrou na justiça e ganhou a guarda da filha, com quem Sônia até o momento da entrevista não tinha contato. Na “rua”, Sônia logo engravidou de uma menina e

¹⁴⁵SÔNIA Op. Cit.

¹⁴⁶SÔNIA. Ibid.

passou a gravidez toda trabalhando, até a hora de dar à luz.

Durante a gravidez, a entrevistada já guardava dinheiro para passar o resguardo em casa, porém, este logo acabou em função dos gastos que teve com a filha recém-nascida. Sônia não querendo voltar a “fazer programas” e não conseguindo outro emprego, ainda com a filha recém-nascida, foi mandada embora da casa da mãe. Dessa forma, conheceu um homem que poderia ajudá-la, sustentando a ela e à filha. Segundo Sônia,

uma amiga arrumou de eu ir viver com um rapaz que eu mal conhecia... ir embora pra Nova Trento. Fui prá Nova Trento por causa da menina, que eu não queria dar a menina para ninguém... fui viver com esse rapaz. Ele arrumava um serviço fora e voltava no final de semana... e bebia... aí descobri que o rapaz era... era gay. [...] Ele não gostava de mulher... ele casou comigo só pra mostrar para a família dele que ele não era... afeminado.¹⁴⁷

Para uma mulher sem estudo, desempregada e com uma filha recém-nascida, encontrar um companheiro que trabalhasse e sustentasse a casa poderia ser uma questão de sobrevivência, mesmo que para isso tivesse que se relacionar com alguém que mal conhecia e mudar-se para outra cidade. Nesse sentido, Sônia estabeleceu com o novo companheiro uma relação de troca, onde ela assumiria a função de dona-de-casa, cuidando das atividades domésticas e mantendo uma vida sexual com o companheiro, enquanto ele assumiria a posição de provedor. Pouco tempo depois, porém, Sônia percebeu que o companheiro queria, com o relacionamento, “mostrar para a família que ele não era gay”.¹⁴⁸ A relação entre os dois aos poucos se tornou insustentável. Segundo a mesma, “quando ele bebia, ele queria bater em mim... ele ficava louco... Queria que eu colocasse coisas nele... enfiasse coisas... objetos nele... Aí me joguei de lá pra cá, né? [...] Voltei de Nova Trento para cá”.¹⁴⁹

Esse caso pode levar a uma importante reflexão: a questão da provisão familiar, apesar de parecer essencial, não é a única responsável pela manutenção dos relacionamentos conjugais entre os pobres. A existência de afeto, vínculos de amizade e da sexualidade também são pontos que devem ser destacados quando se pensa na continuidade de um relacionamento (a violência doméstica será uma tema abordado mais à frente). Essas questões, no entanto, não estão presentes na fala da maioria das entrevistadas, principalmente quando se trata da sexualidade, “interdição” no discurso feminino. Segundo Foucault, a sexualidade, assim como a política, seria o principal tabu social, sobretudo em circunstâncias como a da entrevista,

¹⁴⁷SÔNIA. Ibid.

¹⁴⁸SÔNIA. Ibid.

¹⁴⁹SÔNIA. Ibid.

sobre isso não se pode falar. O discurso da sexualidade, principalmente quando se trata das mulheres, pode ser pensado, mas não pronunciado¹⁵⁰.

Após a separação, Sônia voltou para Joinville e se estabeleceu no porão da casa de sua mãe. A entrevistada relatou que não conseguia vaga em nenhuma creche para deixar a filha, ao mesmo tempo em que ninguém a empregava, tendo ela uma criança de colo. Em função disso, Sônia afirmou que, apesar de não ter voltado a se prostituir nas ruas, passou a se relacionar com alguns homens que a ajudavam. Segundo ela, “não tinha ninguém pra cuidar dela prá eu poder sair atrás de serviço. E eu saía com ela no colo e ninguém queria me pegar pra trabalhar... [...] E eu não queria voltar pra rua, né? Aí depois comecei arrumar namorado, uns velhos lá... aí os velhos foram me ajudando”.¹⁵¹

Mais uma vez, Sônia se relacionava com homens visando a sobrevivência. Um dia, esta conheceu Euclides, que ofereceu-lhe a possibilidade de assumir sua filha e construir uma família.

Ele conheceu eu, assim... Ficamos juntos... ele gostou de mim e perguntou se eu não queria viver com ele! Parar com essa folia de ficar arrumando namorado [...] Aí ele assumiu a F. E nós saímos de lá [da casa da mãe] e ficamos pagando aluguel.¹⁵²

Viveu oito anos com Euclides, mesmo sofrendo novamente agressões, motivadas pelo uso de bebidas alcoólicas, “ele começou a beber, me batia... ele ia prá zona... voltava de madrugada... me espancava[sic]”.¹⁵³ Logo no início do relacionamento, Sônia já sofria violências, mas em função dos filhos continuava com o companheiro.

Estava com uma menina no colo e outra na barriga...aí por causa dos filhos fui ficando... aí descobri que eu tinha uma ferida no colo do útero, não podia tomar remédio, era só camisinha. Aí ele não queria usar camisinha [...] Mais dois. Um fez, dia onze, agora, cinco anos e o outro vai fazer quatro. Um bem pertinho do outro... Daí eu com a F. mais três filhos dele, quatro! Aí eu fiquei com ele até o meu pequeno começar a andar... Ele começou a andar eu larguei dele e fui morar com a minha mãe.¹⁵⁴

Mesmo depois da primeira separação, Sônia retornou a morar com Euclides, pois toda vez que se separava tinha que assumir sozinha a responsabilidade do sustento dos filhos. “Me

¹⁵⁰FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1995.

¹⁵¹SÔNIA. Ibid.

¹⁵²SÔNIA. Ibid.

¹⁵³SÔNIA. Ibid.

¹⁵⁴SÔNIA. Ibid.

separava dele e dava conta sozinha dos filhos... voltava e ficava os filhos... e sempre na luta”.¹⁵⁵ Depois que os filhos já estavam com mais idade, Sônia saiu de casa e foi procurar abrigo na casa da mãe. Esta, em troca da moradia exigiu que ela trabalhasse em seu bar, que ficava na parte de baixo da casa e, durante o dia, a ajudasse nas tarefas de casa.

Peguei as quatro crianças, larguei dele, catei minhas coisinhas velhas, meus movezinhos e a troco do teto para eu morar... por moradia... ela colocou eu trabalhar no bar, no balcão, vendendo cerveja... e fazia o serviço da casa para ela, todo dia eu levantava seis horas da manhã, deixar tudo limpo, roupa, casa, tudo brilhando porque quando ela levantasse ela queria tudo limpinho.¹⁵⁶

Trabalhando no bar, Sônia conheceu mais um homem com quem viveria, “O João sempre foi muito bom para as crianças, o problema dele é que ele é viciado, né? Consegui tirar ele no começo, depois ele teve uma recaída...”.¹⁵⁷ Sozinha novamente e cansada de se submeter àquele trabalho no qual ela tinha que se relacionar com os usuários do bar, já que segundo a mesma devia “beber para dar lucro para o bar”¹⁵⁸, mais uma vez encontrar um companheiro que a ajudaria a criar os filhos parecia ser a melhor saída. Novamente, no entanto, teve problemas com a sua escolha, o novo companheiro era viciado em drogas. Na ocasião de nosso encontro, Sônia estava com João e demonstrava a partir de sua fala, que estava vivendo com ele um bom momento. Segundo a entrevistada, João nunca foi violento, sempre tratou muito bem seus filhos e sempre trabalhou. No momento da entrevista, Sônia não trabalhava fora do lar, apesar da principal renda da família ser gerada pelo aluguel da casa que herdou de sua mãe, após a morte da mesma. Apesar da renda principal ser dela, com o relacionamento que tinha com João, havia a possibilidade de não trabalhar fora de casa e de dedicar-se ao cuidado dos filhos, ainda bastante pequenos. O tempo de duração do relacionamento, no entanto, assim com grande parte dos relacionamentos entre homens e mulheres dos grupos pobres urbanos, não poderia ser previsto.

Diante dessa história de vida, na qual com 30 anos, Sônia teve 4 companheiros, pode-se perceber que para algumas mulheres pobres possuir um cônjuge, alguém para dividir as despesas da casa e da família, a responsabilidade pelos filhos e os problemas do dia-a-dia, além da relação afetiva e sexual – que aparece de maneira tímida na fala de Sônia, ao lembrar

¹⁵⁵SÔNIA. Ibid.

¹⁵⁶SÔNIA. Ibid.

¹⁵⁷SÔNIA. Ibid.

¹⁵⁸SÔNIA. Ibid.

do atual companheiro - é uma questão de sobrevivência. Nesse sentido, Sônia concorda e admite que “Sem ter um companheiro do lado não dá!”.¹⁵⁹

A instabilidade de grande parte dos relacionamentos entre homens e mulheres pobres, como vimos, podem ocorrer devido a incapacidade do cumprimento de comportamentos culturalmente tidos como femininos e masculinos – nesse sentido, pode-se citar a insubmissão feminina e o homem não - provedor. Além disso, alguns fatores podem abalar ainda mais certa estabilidade nos relacionamentos, como o uso de bebidas alcoólicas e outras drogas, geralmente pelo homem, e principalmente a violência física motivada pelo uso dessas substâncias.

Grande parte das mulheres que procuraram a Secretaria de Bem Estar Social entre os anos de 1997 e 2002 declararam, nos Levantamentos Sócio Econômicos, que os companheiros até tinham um emprego, porém, em função da bebida ou uso de drogas, gastavam todo o dinheiro que recebiam fora de casa, ou seja, não assumiam a provisão da família, tarefa que acabava ficando sob responsabilidade delas.

No dia 18 de junho de 2002, Olivia, diarista, procurou a SBES em busca de auxílio com alimentos, já que, “o atual companheiro é alcoólatra e os serviços eventuais que faz, bebe tudo, ou seja, transforma em bebida, não ajuda em nada”.¹⁶⁰ No mesmo ano, em 05 de março, uma outra mulher, também diarista, procurou a mesma instituição, relatando que “trabalha duas vezes por semana e recebe R\$80,00 por mês. Seu marido é servente de pedreiro, não soube dizer a renda do mesmo. Ele é alcoolista e gasta boa parte do dinheiro com bebida e outras mulheres”.¹⁶¹

O alcoolismo e o uso de diferentes drogas pareceu ser um comportamento bastante comum entre os homens pobres de Joinville, no período analisado. A utilização dessas drogas, muitas vezes, pode ser vista como “recurso” ou “fuga” da realidade de pobreza, desemprego ou más condições de trabalho. Além disso, é importante ressaltar o bar como um aparente espaço próprio de sociabilidade masculina. Michel de Certeau, ao analisar as relações de conveniência em um bairro francês, defende que o bar está em oposição ao comércio no que se refere a delimitação sexual destes espaços. Para o autor, enquanto o comércio é um espaço tipicamente frequentado pelas mulheres, o bar, por sua vez, é um ambiente masculino.

¹⁵⁹SÔNIA. Ibid.

¹⁶⁰Levantamento Sócio – Econômico - 18/06/2002. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

¹⁶¹Levantamento Sócio – Econômico - 05/03/2002. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

O 'bar do bairro' [...] pode ser considerado, sob certos pontos de vista, como o equivalente da 'casa dos homens' das sociedades tradicionais [...] é também o vestíbulo do apartamento onde os homens se encontram por algum tempo na volta do trabalho antes de irem jantar em casa [...] ele é um espaço ambíguo, ao mesmo tempo altamente tolerado por ser a “recompensa” de um dia de trabalho, e terrivelmente temido, por causa da propensão ao alcoolismo que parece autorizar.¹⁶²

Entretanto, enquanto a frequência ao bar e o conseqüente uso de bebidas alcoólicas age como um instrumento de sociabilização *entre os homens*, parece agir no sentido contrário entre *os cônjuges*, gerando conflitos no ambiente familiar. Nos casos analisados, pode-se perceber que o uso de álcool e outras drogas pelos homens aguçam atitudes autoritárias com relação às companheiras e geralmente levam a algum tipo de agressão.

Pesquisa coordenada pelas historiadoras Janine Gomes da Silva e Arselle de Andrade da Fontoura, teceu um amplo panorama sobre as violências de gênero na cidade de Joinville entre os anos de 1991 a 2006, onde “a violência doméstica é indiscutivelmente a que mais leva as mulheres a procurarem ajuda”¹⁶³, tendo em vista seu caráter que associa agressão psicológica e física. De acordo com os dados do trabalho, a maioria dos registros nos diferentes órgãos que atuam na defesa das mulheres estão relacionados a violências praticadas contra mulheres pobres (considerando que muitas das mulheres com melhor situação financeira não buscam auxílio). Segundo Silva e Fontoura, “as histórias das mulheres que pesquisamos demonstram que elas são, na maioria, 'donas de casa', empregadas domésticas e diaristas, que têm entre 21 e 40 anos e ensino fundamental incompleto”.¹⁶⁴ Frente esse dados, sobre a cidade de Joinville no tempo presente, devemos levar em conta que a violência doméstica, física ou psicológica, especialmente agravada com o uso de álcool, é uma questão presente entre os pobres em vários períodos. Especialmente quando se pensa no contexto da modernização e moralização burguesa no Brasil, essa questão é visível, devido a tentativa, muitas vezes frustrada, dos homens pobres assumirem a chefia de suas famílias e a autoridade sobre suas companheiras. Segundo a historiadora Rachel Soihet, ao referir-se ao Brasil na Primeira República,

O homem pobre, por suas condições de vida, estava longe de poder assumir o papel de dominador, típico desses padrões [burgueses]. Ele sofria a influência dos

¹⁶²CERTEU. Op. Cit. 2008. p.57.

¹⁶³SILVA, Janine Gomes da Silva; FONTOURA, Arselle Andrade. Histórias de mulheres em situação de violência. *Revista Univille*. v. 12. n. 01. junho de 2007. p. 109.

¹⁶⁴Ibid. p. 110.

referidos padrões culturais e, na medida em que sua prática de vida revelava uma situação bem diversa em termos de resistência de sua companheira a seus laivos de tirania, era acometido de insegurança. A violência surgia, assim, de sua incapacidade de exercer o poder irrestrito sobre a mulher, sendo antes uma demonstração de fraqueza e impotência do que de força e poder.¹⁶⁵

No dia 11 de agosto de 1999, uma mulher chamada Lia procurou a SBES afirmando ter se separado do marido em função do alcoolismo e agressividade do mesmo. Porém, segundo ela, mesmo depois de separados, o homem continuava perseguindo a ela e a família. “J. está separada há 05 anos, pois o marido era alcoólatra, vivendo a família em pânico em função dos maus tratos e agressividade que este ainda demonstra, os perseguindo. Está desempregada há uma semana, mas já conseguiu um bico como diarista em uma casa”.¹⁶⁶

A questão da violência de gênero parece estar bastante associada à ideia de controle e autoridade do homem sobre a mulher, especialmente quando associada aos pobres, onde os homens - totalmente desprovidos de poder no espaço público - segundo os discursos moralizadores da família nuclear, teriam seu poder assegurado no ambiente privado. Quando o controle sobre a mulher e a família não acontece, o homem sente sua autoridade ameaçada e a violência pode ser uma reação imediata. A atitude das mulheres pobres frente a violência pode ser bastante variada, incluindo reações também violentas. Segundo Rachel Soihet, a partir de pesquisas junto a Processos Crime, no Rio de Janeiro, “ muitas populares vítimas da violência rebelaram-se contra os maus-tratos de seus companheiros numa violência proporcional, precipitando soluções extremas; mais uma vez desmentindo os estereótipos correntes acerca de atitudes submissas das mulheres”.¹⁶⁷

Apesar das mulheres pobres, muitas vezes, também assumirem reações violentas, na grande maioria dos casos, o comportamento agressivo parte dos homens. Esta realidade está diretamente relacionada às características construídas historicamente sobre o comportamento masculino e feminino. A noção de superioridade do homem, que teria o direito de propriedade sobre sua companheira, além da ideia de força e agressividade, estão em contraponto à delicadeza e passividade femininas. Segundo Sidney Chalhoub,

os estereótipos de passividade e submissão feminina, gerando assim a auto-imagem da mulher-vítima, talvez servissem como uma espécie de freio aos possíveis

¹⁶⁵SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo. Contexto, 2000. p. 370.

¹⁶⁶Levantamento Sócio – Econômico - 11/08/1999. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

¹⁶⁷SOIHET. Op. Cit. p. 370.

impulsos femininos para recorrer à violência física direta contra o parceiro amoroso.¹⁶⁸

A atitude de pôr fim ao relacionamento é em grande parte das vezes, das mulheres. Patrícia, de 27 anos, que já teve um pouco de sua história contada no primeiro capítulo, vivia sozinha com os filhos quando foi entrevistada. O motivo da separação foi o envolvimento do companheiro com a “criminalidade”, sendo levado a isso pelo uso de drogas. Patrícia contou que quando conheceu o companheiro, ainda adolescente, ele já usava drogas, porém, “usava a droga dele fora e eu nunca via”.¹⁶⁹ O aumento no consumo começou a atrapalhar o relacionamento quando o companheiro parou de pagar as contas e de trazer dinheiro para casa. Segundo Patrícia,

Ele até levava [dinheiro para casa], só que eu sempre paguei aluguel... então, tipo assim, ele chegava e dizia assim: “Oh, eu paguei o aluguel”, e eu acreditava! Depois de dias, o homem vinha, o dono da casa ou a dona, “Oh, o aluguel tá atrasado!” entendeu? Assim que eu descobria...¹⁷⁰

A mulher afirmou que mesmo sempre tendo trabalhado, no início do relacionamento, quando as coisas entre o casal iam bem “ele trabalhava e eu não precisava trabalhar!”¹⁷¹, dessa forma podia se dedicar exclusivamente aos filhos e à casa. Mesmo assim, segundo Patrícia, o casal sempre dividiu as despesas de casa, “trabalhei em casa, trabalhava na Embraco, na limpeza da Embraco... e trabalhava assim em outros lugares... trabalhei numa fábrica de salgadinho, trabalhei numa lanchonete, eu sempre trabalhei!”¹⁷² O problema começou a ficar sério quando ela passou a sustentar a casa praticamente sozinha, já que o companheiro,

Trabalhava o mês inteirinho, não vinha um real pra casa... desde que eu tive a minha menina de 10 anos, que ela tem hoje, eu trabalho, eu tenho que me virar... ele ajudava assim, mas... aos poucos, o que sobrava... vamos dizer, se pegasse 400, sobrava 100 ele dava, ainda brigando. A gente tinha que correr para o mercado, porque senão... no outro dia já não tinha, porque ele rouba... ele roubava...¹⁷³

A situação familiar agravou-se mais ainda quando ele passou a consumir drogas na frente dos filhos, assim como a roubar dinheiro e objetos de comércio, casas de terceiros e

¹⁶⁸CHALHOUB. Op. Cit. p. 230.

¹⁶⁹PATRÍCIA. Op. Cit.

¹⁷⁰PATRÍCIA Ibid.

¹⁷¹PATRÍCIA Ibid.

¹⁷²PATRÍCIA Ibid.

¹⁷³PATRÍCIA Ibid.

também da própria casa. Esse fato, agravado pela situação do companheiro não ajudar com a provisão da família, não “trazendo” o dinheiro do trabalho para “dentro de casa”, foi o estopim para o término do relacionamento.

Então, ele se perdeu de um jeito assim que não adiantava a gente... eu no começo até aconselhava, conversava... Só que chegou um tempo que eu trabalhava pra sustentar meus filhos, pra poder morar... larguei de mão, entendeu? Porque não tinha... fazer o que? Ainda o que eu ganhava eu tinha que chegar em casa correr.. gastar... e ainda se pudesse esconder a comida... botar de baixo da cama onde eu dormia.¹⁷⁴

Não assumir a tarefa de provedor, nem sequer dividindo as despesas com a companheira, que também trabalhava, tendo o agravante de roubar da própria mulher e filhos e colocar a família em perigo - já que estava correndo risco de morte em função das dívidas e também dos roubos que praticara no bairro - foram motivos mais que suficientes para Patrícia terminar o relacionamento com o companheiro. Neste contexto, ficar sem o companheiro é ter uma pessoa a menos para sustentar e para cuidar, dessa forma, muitas mulheres decidem viver sozinhas, mesmo que tenham que assumir uma jornada mais trabalhosa, que inclui além dos cuidados com os filhos e casa, a exclusiva provisão financeira da família.

A maioria das mulheres atendidas pela SBES que vivia sozinha, em famílias monoparentais, já havia sido casada ou amasiada. Muitas dessas mulheres já haviam tido mais de um companheiro e tinham filhos de diferentes pais. Nos relatórios sociais foi possível perceber que em grande parte dos casos das famílias monoparentais femininas, a responsabilidade integral do cuidado dos filhos era delas, tanto em relação à educação, quanto em relação ao sustento. Muitas das mulheres haviam se separado em função do alcoolismo ou uso de outras drogas pelos companheiros.

No dia 05 de abril de 2000, Amanda procurou a SBES relatando que “está separada há 08 anos e que nunca ganhou pensão alimentícia. Este mês entrou com processo contra o ex-marido. Tem 06 filhos com ele. Ela é diarista e recebe R\$30,00 por dia. Trabalha 3 vezes por semana. Paga R\$100,00 de aluguel”.¹⁷⁵ No mesmo ano, em 24 de janeiro, Mirtes procurou a SBES afirmando que “tem 03 filhos, é desquitada e não recebe ajuda do ex-marido. Trabalha como doméstica recebendo R\$ 120,00 por mês. Há um mês alugou uma casa por R\$ 120,00,

¹⁷⁴PATRÍCIA Ibid.

¹⁷⁵Levantamento Sócio – Econômico - 05/04/2000. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

pois antes morava com uma amiga de favor e esta precisou vender a casa”.¹⁷⁶ Um caso de 1997 também relata a mesma situação de uma mulher, separada há 01 ano. No entanto, nesse caso, a própria usuária relata que o ex-marido não tem condições de ajudá-la. “Trabalha como costureira [...] Paga R\$250,00 de aluguel [...] Tem 04 irmãos que lhe ajudam. Seu ex-marido trabalha como entregador de jornais e recebe muito pouco, não ajuda com nada”.¹⁷⁷ Em 2001 a situação continua recorrente, em 13 de fevereiro, Luciana procurou a SBES e declarou que “trabalha como merendeira e sustenta os filhos. Os genitores não colaboram na educação e nos gastos”.¹⁷⁸

Como dito, tendo em vista o desemprego ou as condições precárias de trabalho enfrentadas pelos homens pobres, estes não conseguem, muitas vezes, assumir a provisão familiar. Da mesma forma, em muitos casos, não têm condições de pagar pensão alimentícia para os filhos que ficaram com a/s ex-companheira/s, além do fato de que, “sair de casa” pode significar, para grande parte destes homens, que não têm mais responsabilidades com relação aos filhos, já que essa é uma tarefa historicamente feminina. Neste sentido, muitas vezes a opção das mulheres é permanecer só. O caso de Carmem, que procurou a SBES no dia 24 de janeiro de 2002, é exemplar ,

Atualmente é balconista de uma panificadora. Os pais dos filhos não assumiram a paternidade e ela terá que fazer reconhecimento de paternidade para depois solicitar a pensão. Devido a burocracia e a demora não está querendo entrar com a ação. Diz que prefere sustentá-los sozinha sem a ajuda de nenhum homem.¹⁷⁹

Maria, 47 anos, entrevistada em 2009, relatou que teve muitos companheiros desde que saiu de casa, com cerca de 18 anos. Com esses homens teve nove filhos. Na época em que me concedeu a entrevista, Maria vivia sozinha e sustentava com bastante dificuldade os cinco filhos que moravam com ela, sem ajuda de nenhum pai ou ex-companheiro. Mesmo assim, em nenhum momento da entrevista Maria reclamou da falta de auxílio dos ex-companheiros ou do fato de criar os filhos sozinha. Depois de ter sido “deixada” por alguns de seus companheiros ou de ter terminado o relacionamento em alguns casos, em função de agressões

¹⁷⁶ Levantamento Sócio – Econômico - 24/01/2000. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

¹⁷⁷ Levantamento Sócio – Econômico - 24/10/1997. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

¹⁷⁸ Levantamento Sócio – Econômico - 13/02/2001. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

¹⁷⁹ Levantamento Sócio – Econômico - 24/01/2002. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

e violências que sofria, Maria afirmou: “não quero mais saber de homem. Homem é só para me incomodar”.¹⁸⁰

Observamos, especialmente nos registros de atendimento da Secretaria de Bem Estar Social, que era muito comum entre as famílias monoparentais femininas os casos em que as mulheres afirmavam terem sido “abandonadas” ou “deixadas” pelos companheiros. Os “abandonos” aconteciam geralmente quando a situação financeira da família não estava boa, muitas vezes com o homem desempregado. Este acontecia também quando a mulher descobria uma gravidez ou, com mais frequência ainda, quando o homem conhecia outra mulher ou ainda, como descrevemos, quando este passava a consumir drogas.

No dia 25 de novembro de 1997, Rute afirmou, na SBES, que foi “abandonada” pelo companheiro quando descobriu que estava grávida dele. Segundo o relato da assistente social, pode-se perceber que a mulher enfrentava sérias dificuldades por ser portadora do vírus HIV.

Trabalha de diarista em duas casas, recebe R\$ 15,00 por dia. Recebeu ajuda do Postinho com alimentos no mês passado. Contraiu o vírus HIV há dois anos de um companheiro, sua filha de dois anos também tem o vírus. O companheiro a abandonou quando a engravidou.¹⁸¹

No levantamento do dia 30 de abril de 1997, a assistente social relata o caso de Alice, que buscou auxílio com cesta básica. Esta usuária vivia com outras mulheres da família, mas o relato não especificava se havia algum grau de parentesco entre elas. Segundo o escrito, todas as mulheres da família foram “abandonadas” e junto com elas, sob a responsabilidade da usuária - que parece assumir a chefia da família - mora uma outra mulher idosa, também “abandonada”. Eis o que afirma o documento: “família está passando por sérias dificuldades. Família composta somente por mulheres abandonadas pelos companheiros e inclusive ela [usuária] está se responsabilizando por uma senhora acamada, de 61 anos, que foi abandonada pela filha”.¹⁸²

A partir da análise destas fontes documentais, pode-se chegar à conclusão de que poucas das mulheres chefes de família, alvo da pesquisa, tiveram como escolha ficar sozinhas. Pelo contrário, parece que o desejo de ter um homem do lado parece ser bastante comum entre

¹⁸⁰MARIA. Op. Cit.

¹⁸¹Levantamento Sócio – Econômico - 25/11/1997. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

¹⁸²Levantamento Sócio – Econômico - 30/04/1997. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

elas. No caso de Agnes, por exemplo, fica claro a idealização da mesma, em “perseguir” a construção de uma família nuclear, mesmo que todas as suas tentativas tenham sido frustradas. No entanto, ao mesmo tempo que a mulher idealiza tal configuração, ela não aceita passivamente o comportamento autoritário e “machista” dos seus companheiros, o que faz com que essa família nuclear que Agnes sonha, não seja materializada em sua vida.

Em casos como o de Sônia, percebe-se que para ela é essencial ter um companheiro. Inúmeros podem ser os motivos: além do desejo pelo provedor que também a ajudaria a educar os filhos, a mesma parece desejar um companheiro a seu lado justamente no sentido de “ter companhia”, alguém com quem ela possa dividir, além dos problemas, também os sonhos. Sônia já teve vários relacionamentos simplesmente para garantir sua sobrevivência e a dos filhos, no entanto, a incapacidade desses companheiros assumirem esse papel constantemente faz com que os relacionamentos terminem.

É perceptível, no entanto, que a separação não significa uma escolha de ficar sozinha. Pelo menos essa premissa não ficou clara nas fontes documentais dessa pesquisa, as mulheres estão constantemente buscando uma maneira de sobreviver ou mesmo condições melhores para a família. Dessa forma, ter um companheiro, mesmo em um relacionamento instável, parece ser melhor do que ficar só.

2.3 A CRIANÇA NAS FAMÍLIAS POBRES: QUESTÕES HISTÓRICAS.

A questão da infância permeou a implementação da norma burguesa, primeiro na Europa, entre os séculos XVIII e XIX e depois no Brasil, entre os séculos XIX e XX. A preocupação com o tratamento dado às crianças, nos diferentes grupos sociais, está diretamente relacionado à normatização da família e dos comportamentos de mulheres e homens.

Segundo o historiador Philippe Áries, foi apenas no século XVII que o Ocidente lançou um olhar diferenciado sobre a criança, que até a Idade Média era considerada um “adulto em miniatura”. Até esse período, segundo o autor, a primeira fase da infância era considerada apenas uma transição para o mundo adulto, que findaria tão logo a criança não

necessitasse mais do apoio constante da mãe ou da ama.¹⁸³

No século XVII as ações relacionadas à infância se deslocaram para o campo moral e também científico, já que era necessário conhecê-la nas suas especificidades. As elites, ligada a funções eclesiásticas e governamentais, defendia que a criança era uma criatura frágil que necessitava ser preservada e disciplinada. De acordo com Áries, a família, sobretudo das elites e da classe média, passa a transformar-se - sobretudo no decorrer do século XVIII e XIX - de acordo com essa moral burguesa, devido ao novo interesse pela infância. Neste novo contexto, a criança perde sua invisibilidade e a família passa a se organizar em torno dela.

Entre os pobres, no entanto, essa concepção de infância deu-se de maneira bastante diversa, porque o trabalho infantil era uma questão extremamente importante para a sobrevivência da família. Além disso, a educação infantil e o tratamento diferenciado para as crianças não era acessível para a realidade desse grupo social. Apesar disso, com o tempo, a partir de discursos moralizadores, essa ideia de “sacralização” da infância terminou por alcançar também os pobres, embora, como afirmamos, de forma diferente de como se deu entre a classe média e as elites.

No Brasil, os discursos moralizantes que passaram a agir mais efetivamente nas primeiras décadas do século XX e que tinham como alvo a família, visavam, a valorização da criança, entendida como o futuro do país.¹⁸⁴ Como mencionamos anteriormente, neste contexto, a mulher passou a ser sinônimo de mãe, responsável pela procriação de filhos saudáveis e educação de elementos úteis para o país.

Entre os pobres urbanos, como vimos, este novo padrão familiar não se efetivou totalmente, devido às condições econômicas desfavoráveis. No Brasil, as reformas no ambiente urbano de várias cidades, durante a primeira metade do século XX - sob a égide da higiene e civilidade, importadas da Europa – visaram primeiramente excluir dos espaços centrais os modelos desviantes do novo padrão, os pobres. Dessa forma, foram alvo de discursos e ações repressivas, homens e mulheres pobres em suas práticas costumeiras, principalmente com relação aos filhos. Segundo Silvia Maria Fávero Arend,

Nas primeiras décadas do século XX, os debates na imprensa brasileira sobre os destinos da infância e juventude percebida como abandonada e delinquente foram intensos. Segundo esses discursos formulados pelas elites, sob a ótica dos ideários do Progresso e da Civilização, era preciso “salvar” as crianças e os jovens pobres do

¹⁸³ ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

¹⁸⁴ RIZZINI, Irene. *O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobras – BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária, 1997.

Brasil do ócio e do vício.¹⁸⁵

Segundo a historiadora, os discursos vinculados pelas elites republicanas voltaram-se também para “instituir uma legislação específica para os menores e um aparato burocrático estatal relativo à assistência”¹⁸⁶, com a justificativa de “salvar” crianças e jovens pobres do Brasil. Essas políticas chegaram em Florianópolis, capital de Santa Catarina, na década de 1930, durante o Governo de Getúlio Vargas, com a preocupação principal de tirar crianças e jovens das ruas, onde trabalhavam ou praticavam a mendicância, questões que faziam parte da vida de muitas famílias pobres. Afirma Arend que

Meninos e meninas pobres que frequentemente andavam sozinhos pelas servidões, ruas e praças da cidade pedindo esmolas ou então brincando, a partir de 1936, passaram a ser encaminhados pelos Comissários de Vigilância para o Palácio da Justiça. O magistrado “exigia” que os responsáveis pelas crianças e jovens comparecessem à instituição e os alertava que a reincidência dessas práticas acarretaria a suspensão do pátrio poder. Um pequeno número de infantes voltava a percorrer os logradouros da cidade. Os “trocados” auferidos com as esmolas engrossavam o orçamento daquelas famílias. Estes casos que, segundo as autoridades judiciárias, visavam combater à vadiagem e à mendicância, bem como os relativos aos atos infracionais de outra natureza (roubo, agressões físicas, etc) cometidos por jovens do sexo masculino deram origem a uma pequena parte dos Autos de Abandono Administrativo de Menor.¹⁸⁷

A preocupação com a infância desenvolvendo-se no decorrer do século XX, com a criação de uma série de políticas com relação à proteção e à educação da criança. Estes discursos permearam todas as classes sociais e tiveram como área de ação principal os pobres, mesmo que para isso muitas de suas práticas tenham sido modificadas. Devemos reconhecer, quando se pensa na relação entre governo e grupos populares urbanos, segundo Silvia Maria Fávero Arend, que “a moderna assistência preconizada pelo Estado, nos anos de 1930, foi responsável pela sobrevivência daquela população”. Todavia, não se deve deixar de perceber que “também houve casos em que as autoridades do Juizado de Menores tomaram atitudes extremamente arbitrarias para com essas pessoas pobres em nome da norma familiar burguesa e da introdução de noções de infância e de juventude pautadas também em valores burgueses”.¹⁸⁸

¹⁸⁵ AREND, Silvia Fávero. Relações de gênero e desigualdade em um programa social para a juventude pobre. *Otras Miradas*. vol. 7 n 1. Universidad de Los Andes. Enero - Junio 2007. p 97-113.

¹⁸⁶ AREND. Op cit. p. 99.

¹⁸⁷ AREND. Op. Cit. p.103-104.

¹⁸⁸ AREND. Op. Cit. p. 104.

Apesar das ações com relação à família e à infância desvalida, devemos considerar que muitas das práticas combatidas no âmbito político, nos diferentes períodos da República, continuaram sendo uma realidade entre esta população devido às suas condições de pobreza. Práticas, tais como, a mendicância e o chamado trabalho infantil permaneceram presentes entre algumas famílias pobres.

Outra questão importante quando refletimos acerca da relação entre os pobres e a infância é a questão do abandono de crianças, prática comum em vários períodos da história do Brasil, que foi legitimada pela introdução da Roda dos Expostos, “invenção” trazida de Portugal, na qual associações de caridade responsabilizavam-se pelo cuidado de crianças deixadas no anonimato, até estas completarem sete anos. A intenção era salvar crianças que por algum motivo não seriam criadas por suas famílias de origem, evitando que estas fossem largadas nas ruas. O sistema não se mostrou muito eficiente, no entanto, a Roda dos Expostos sobreviveu, em algumas localidades do Brasil, até a metade do século XX. Segundo a historiadora Diane Valdez,

[...] quanto ao motivo ensejador do abandono, há semelhanças e controvérsias. As pesquisas recentes atribuem o fato a outras causas que não se limitam somente à ilegitimidade e à questão da cor, como atestam trabalhos de algumas décadas atrás. A pobreza era a principal justificativa para a prática do abandono de crianças. Os bilhetes deixados com os expostos, em sua maioria, explicitavam a falta de recursos, por parte da mãe ou do pai, para criar o rebento, porém não era raro os expostos serem filhos de adultério, de concubinato, ou seja, de mães que ocupavam um certo prestígio social e não poderiam criá-los e, por isso, os abandonavam. A roda também servia para as mães cativas livrarem os filhos da escravidão. Outras causas eram doenças na família, nascimentos de gêmeos ou até mesmo doença da criança.¹⁸⁹

Principalmente a partir das décadas de 1930 e 1940, as políticas de assistência à infância foram ainda mais ampliadas. Houve a criminalização do abandono de menores de sete anos e uma série de iniciativas, como a criação de instituições de acolhimento de menores abandonados.

Além do abandono de crianças, outra prática que parece ter sido ainda mais comum entre os pobres urbanos — talvez devido a criminalização dos casos de abandono de menores — foi a “circulação de crianças”. Segundo a antropóloga social Claudia Fonseca,

Essa circulação de crianças entre uma casa e outra não era, de forma alguma, excepcional. Verificamos práticas semelhantes em inúmeras famílias tanto do

¹⁸⁹VALDEZ, Diane. Inocentes expostos: O abandono de crianças na Província de Goiás no século XIX. *Inter-Ação. Rev. da Faculdade de Educação UFG*. Jan./jun. 2004. p.114.

presente como do passado. Trata-se de uma prática particular aos grupos populares que deriva, por um lado, da importância da família extensa, por outro, da necessidade de acionar estratégias coletivas para a sobrevivência das crianças.¹⁹⁰

Para entendermos a relação entre maternidade e paternidade entre os pobres, é necessário situá-la em uma rede social bem mais ampla que a família nuclear. Segundo a antropóloga, desde o século XIX, as condições precárias de sobrevivência desse grupo social levavam a essa prática através da qual, nas situações mais vulneráveis, os filhos menores poderiam ser mandados para a casa de avós, tias e outros membros da família extensa. Em alguns casos, as crianças poderiam ficar temporariamente na casa de não parentes e muitas vezes, quando cresciam um pouco mais e podiam ajudar em algumas tarefas na casa, voltavam para a casa dos pais consanguíneos.

Entregar filhos para serem criados em instituições públicas ou diretamente para alguma família de não parentes, também era uma prática comum como forma de garantir a sobrevivência da prole e da família. Segundo Diane Valdez,

Pode-se também trabalhar a ideia de que, ao contrário de abandoná-lo nas portas, os pais poderiam “dar o filho para criar”, ou seja, delegar aos amigos ou aos parentes a posse da cria como uma opção para não expô-la às ruas. Na São Paulo do século XVIII, segundo Lopes (1998, p.90), era comum os pais deixarem os filhos, principalmente os ilegítimos, em casa de amigos ou conhecidos, pela certeza que tinham da boa criação que a estes seria proporcionada nessas casas. Marcílio (1998, p. 68) lembra que essa prática foi amplamente difundida, e que são raras as famílias brasileiras que não possuíam, em seu seio, um filho de criação.¹⁹¹

2.4. “MEUS FILHOS SÃO TUDO PARA MIM”: MÃES E FILHOS ENTRE OS POBRES DE JOINVILLE.

Como um lavrador. Ela plantara as sementes que tinha na mão, não outras, mas essas apenas. E cresciam árvores. Crescia sua rápida conversa com o cobrador da luz crescia a água enchendo o tanque, cresciam os filhos, crescia a mesa com comidas [...] dava a tudo, tranquilamente, sua mão pequena e forte, sua corrente de vida.

Clarice Lispector.

Algumas práticas historicamente relacionadas aos pobres, como a “circulação de crianças”, mostraram-se presentes em algumas das famílias pobres sob chefia feminina de

¹⁹⁰FONSECA. Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto / UNESP, 1997. p. 535.

¹⁹¹VALDEZ. Ibid. p.119.

Joinville. As principais características em comum, entre essas famílias, como vimos, eram: o número elevado de filhos/as — geralmente de diferentes pais consaguíneos — e a instabilidade nos relacionamentos conjugais.

Em alguns dos casos, seja a partir das entrevistas orais, seja através dos dados dos levantamentos Sócio Econômicos da SBES, foi possível perceber que o núcleo das famílias pobres de Joinville, em especial entre as famílias chefiadas por mulheres — onde há recorrência na mudança de parceiros — altera-se frequentemente, seja pela presença de agregados habitando a mesma casa, muitas vezes crianças, filhas/os de algum familiar, seja pela ida de filhos pequenos para morar na casa de outros parentes, nos momentos de maior vulnerabilidade econômica da família.

Os casos em que era possível perceber a “fluidez” no âmbito do espaço doméstico, eram, sobretudo, os atendimentos de mulheres com mais de 50 anos, já avós, que procuravam a SBES solicitando cestas básicas, pois sustentavam uma família extensa, com a presença de agregados, muitas vezes, filhos e filhas adultos - que retornaram para casa - noras e genros, sobrinhos e principalmente, netos e netas. Em poucos casos é possível saber com exatidão, a partir dos relatos, quantos filhos e filhas habitam a casa da família que utiliza os serviços da assistência social, principalmente, porque o núcleo familiar apresentava arranjos diferenciados ao longo do tempo. No ano de 1999, observamos este processo na casa de uma senhora aposentada e chefe de família, de 57 anos, Ana. Na primeira vez que esta foi à Secretaria, no dia 19 de novembro, afirmou que “Tem muitos problemas de saúde [...] Seu filho A. tem retardo mental e não trabalha”.¹⁹² Após esse primeiro contato, no qual Ana solicitou auxílio com óculos de grau, a mesma dirigiu-se novamente a Secretaria no dia 15 de dezembro do mesmo ano. Segundo o relato, “O filho da usuária que é casado e tem três filhos sendo que a esposa está grávida de dois meses, está morando com ela há uma semana. Vieram de Curitiba [...] Ela cria mais dois netos e o filho está fazendo biscates, mas a renda dele é pouca”.¹⁹³

Neste caso está explícito a constante mudança vigente nas famílias chefiadas por mulheres, sobretudo, quando associamos a questão da geração. Mães e avós, muita vezes viúvas, tornam-se a referência para outros membros da família mais jovens e proporcionam diferentes auxílios nas situações mais críticas.

No caso analisado, Ana, na primeira vez que procurou a Secretaria, com problemas

¹⁹² Levantamento Sócio Econômico. Secretaria de Bem Estar Social. 19.11.1999. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social.

¹⁹³ Levantamento Sócio Econômico. Secretaria de Bem Estar Social. 15.12.1999. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social.

financeiros, se responsabilizava apenas pelo sustento do filho, adulto, porém que apresentava um grave problema de saúde. Apenas um mês depois, Ana retorna à instituição, descrevendo uma configuração inteiramente nova de sua família. Dessa vez, ela relatou que além de estar “criando” dois netos, um de seus filhos se estabeleceu em sua casa com a prole.

O caso analisado, além de possibilitar a reflexão sobre as questões apontadas, pode sugerir que esta é uma característica exclusiva das famílias com chefia feminina, pelo menos entre os pobres. Pode-se acreditar que as mulheres pobres, devido a fatores, tais como, as condições de trabalho e a baixa escolaridade, recebam uma aposentadoria - quando é o caso - de menor valor do que os homens da mesma idade. Esta característica, não parece comum entre as famílias monoparentais sob chefia de homens idosos, pelo menos não entre os casos relatados nas fontes documentais escritas. Devemos entender então este processo à luz das questões de gênero e de geração, pois as mulheres, enquanto mães, mesmo com idade mais avançada e depois dos filhos e filhas “casarem”, continuam com a responsabilidade de cuidadoras, de seus netos e netas.

No dia 24 de outubro de 1997, uma mulher procurou a Secretaria, em busca “de auxílio com alimentos”, já que “está passando muita dificuldade. Ficou com dois sobrinhos para criar, pois a mãe das crianças teve derrame e o pai faleceu faz quatro meses, sendo que os avós não querem as crianças”.¹⁹⁴ As obrigações com as redes de solidariedade fazem com que essa mulher, mesmo estando em uma situação financeira vulnerável, assumia os cuidados de seus sobrinhos, que foram “rejeitados” pelos avós, provavelmente porque estes já tinham que se responsabilizar por outros netos ou dar abrigo a outros membros da família.

Em outro caso citado neste capítulo, também observamos a prática de circulação de crianças. No dia 29 de setembro de 1999, a chefe de família afirma que “a neta e as filhas da irmã vivem com ela”.¹⁹⁵

A partir das entrevistas orais também foi possível conhecer famílias onde a prática da circulação de crianças e da adoção por não parentes eram comuns. É o caso da história de vida de Sônia, que pode levar a refletir sobre a relação entre as famílias pobres e a infância, sobretudo quando se pensa em famílias que têm chefia feminina.

Sônia, durante seu relato, referiu-se constantemente à mãe, que havia morrido alguns meses antes e com quem parecia ter uma relação bastante próxima com a mesma, falando dela

¹⁹⁴ Levantamento Sócio Econômico. Secretaria de Bem Estar Social. 24.10.1997. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social.

¹⁹⁵ Levantamento Sócio Econômico. Secretaria de Bem Estar Social. 29.09.1999. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social.

com uma mistura de admiração e ressentimento.

A entrevistada afirmou que quando criança, antes mesmo de sua família mudar-se para Joinville, foi “doada” pela mãe, que a “deu para os outros criar”.¹⁹⁶ Sua mãe engravidou muito nova e ainda solteira, em função desse fato, mandou-a para a casa de uma família, com a qual permaneceu até a situação da progenitora melhorar. Sônia afirmou que se “criou rolando” até os seis anos e depois voltou para a casa da mãe, vindo logo em seguida residir em Joinville. Segundo ela, só voltou para a casa da mãe quando esta melhorou sua situação, não só financeira, mas também “social”, tendo em vista que ela juntou-se a um companheiro e assim já poderia estabelecer uma família, “quando ela firmou com o meu padrasto, aí ela me buscou e me criou”.¹⁹⁷

A situação dos recém-migrantes, todavia, estava bastante precária em termos econômicos, na nova cidade. Esta vicissitude facilitou para que as outras duas irmãs de Sônia também fossem entregues para diferentes famílias, todavia, diferentemente desta, aquelas não retornaram para a casa materna. Segundo a entrevistada, “as minhas irmãs ela deu para os outros criar... deu tudo pequena [...] E eu que era mais velha ela criou”.¹⁹⁸

Sônia afirmou que trabalhou, desde muito pequena. A partir do momento que retornou para a casa da mãe, com seis para sete anos, ajudava em todas as tarefas da casa e quando completou treze anos passou a trabalhar “fora”, para ajudar nas despesas. “Eu comecei a trabalhar com meus 13 anos, já comecei a trabalhar de babá pra poder ajudar em casa”.¹⁹⁹ O fato de Sônia ter retornado para a casa de sua mãe pode estar não apenas relacionado à melhoria das condições econômicas da família — que assim poderia receber a criança de volta — mas também ao fato de que a criança, com a idade que estava, poderia ajudar em casa, não só nas tarefas domésticas, mas também com atividades de trabalho remunerado.

A entrevistada relatou sua história demonstrando certo rancor pela mãe, devido ao fato de ter sido “criada rolando” ou “dada para os outros criar”²⁰⁰, afirmando que grande parte dos problemas de sua vida estavam associados à progenitora, que sempre foi “muito rígida”. Para Sônia, o comportamento da mãe, que a fazia trabalhar, ao mesmo tempo em que não lhe dava liberdade, foi o principal motivo para ela ter “saído de casa cedo”²⁰¹, ainda adolescente, quando juntou-se a um namorado e logo engravidou – prática que é comum a muitas outras

¹⁹⁶SÔNIA. Op. Cit.

¹⁹⁷SÔNIA. Ibid.

¹⁹⁸SÔNIA. Ibid.

¹⁹⁹SÔNIA. Ibid.

²⁰⁰SÔNIA. Ibid.

²⁰¹SÔNIA. Ibid.

mulheres chefes de família de Joinville. Mesmo tendo tomado essa atitude sem a aprovação da mãe, quando o primeiro relacionamento acabou, foi para casa dela que Sônia voltou com a filha ainda pequena.

Segundo a depoente, a mãe sempre trabalhou fazendo “de tudo” – provavelmente também já tenha exercido a atividade de prostituição – e em função de seu trabalho, conseguiu muita coisa, “conseguiu casa... Um sobradinho de dois andares na frente, casa alugada atrás... Cresceu, sabe?”²⁰² A mãe, mesmo tendo possibilidade financeira de acolher Sônia em sua casa, exigia que esta trabalhasse, nem que fosse “fazendo programa”, para que ajudasse em casa.

Mesmo sustentando que a mãe sempre foi “rígida”, que “nunca me deu nada” ou que “sempre foi muito ruim comigo”²⁰³, a figura da progenitora era central nas memórias de Sônia. Ao mesmo tempo em que esta falava com um certo ressentimento do comportamento da mãe, pode-se perceber na sua trajetória de vida que algumas práticas da progenitora foram repetidas pela depoente. Sônia revelou que deu a luz a seis crianças, sendo que com ela moram quatro, já que a mais velha está sob a guarda do pai e a mais nova, que nasceu recentemente, foi entregue para um casal para adoção.

A entrevistada não se referiu a outras práticas, que são comuns entre mulheres, especialmente entre os pobres, devido a questões relacionadas à sobrevivência: aborto, infanticídio e o abandono de crianças, que foram criminalizadas no Brasil, além de serem condenadas socialmente por uma parcela da população do país.²⁰⁴

É necessário perceber que os “silêncios” podem ser propositais quando lidamos com memórias. Levando em consideração os “não-ditos” e as lacunas que, vez ou outra, se fazem presentes nas entrevistas orais, realizamos a análise do Levantamento Sócio Econômico do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, onde Sônia recebia atendimento no período em que concedeu a entrevista. Dessa forma, foi possível conhecer alguns detalhes não mencionados pela mesma durante a entrevista, mas que podem ajudar a entender a realidade das famílias pobres chefiadas por mulheres do Tempo Presente.

Um documento intitulado “Relatório de Acompanhamento Familiar”, sem data e que estava anexado ao levantamento Sócio Econômico da usuária – provavelmente referente ao atendimento em outra instituição, tal como o Conselho Tutelar, por exemplo – relatava

²⁰²SÔNIA. Ibid.

²⁰³SÔNIA. Ibid.

²⁰⁴PEDRO, Joana Maria. (Org.). *Práticas Proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

brevemente a situação de Sônia. O documento relatava que, naquele momento, a mesma estava morando com a mãe e em troca de moradia e comida trabalhava em seu bar. Sônia havia recém se separado do companheiro, pai de três de seus filhos e por isso havia se mudado para a casa da mãe, já que o mesmo não ajudava com nada no sustento e no cuidado dos filhos, por isso ela tinha que “se virar”.

O documento afirmava que Sônia procurou atendimento porque gostaria de “dar seus filhos para a adoção”, menos a mais velha. Segundo o relatório, a usuária,

sustenta não ter mais condições financeiras e emocionais de ficar com os filhos [...] Tanto a avó quanto a mãe ressaltam diversas vezes que querem ficar apenas com F. que “é mais responsável, já sabe lavar a louça e cuidar um pouco da casa”.²⁰⁵

Tendo em vista essa informação, o caso de Sônia se torna complexo para entendermos essas dinâmicas familiares. Sônia - dois anos depois de ter procurado determinada instituição - afirmou sobre a importância que os filhos têm em sua vida e mostrou-se ressentida pelo fato da mãe tê-la “abandonado”. Em outro momento, como demonstra o relato, a entrevistada tomou em relação a seus filhos a mesma decisão que sua progenitora tivera para com ela e suas irmãs.

Da mesma forma que sua mãe, Sônia, por estar passando por sérias dificuldades financeiras e emocionais - já que tinha três filhos bastante pequenos para cuidar sozinha, além de ter acabado de terminar um relacionamento - decidiu “dar” os filhos para “outros criarem”. Nesse sentido, não fica claro no documento, se Sônia gostaria de entregá-los para a adoção ou apenas deixá-los durante algum tempo junto ao Conselho Tutelar ou em algum Albergue público. Além disso, a entrevistada afirmava que gostaria apenas de ficar com sua filha mais velha, que era mais “responsável”, ou seja, ajudava nas tarefas domésticas.

Analisando o caso de Sônia, verifica-se que permanece entre grande parte dos pobres urbanos, no tempo presente, uma moral diferenciada no que se refere às relações familiares. Devido à sua condição de vida, Sônia pode ter resolvido entregar os filhos para a adoção como uma forma de garantir a sua própria sobrevivência, bem como a de cada um de seus filhos. Esse argumento foi inclusive utilizado pela depoente durante a entrevista, quando esta narrou que entregou a sua filha mais jovem, que havia nascido há poucos meses, para a adoção.

²⁰⁵Relatório de Acompanhamento Familiar. In.: Levantamento Sócio Econômico. Secretaria de Bem Estar Social de Joinville. 19.12.2008. Acervo: CRAS Morro do Meio. Joinville – SC.

Sônia afirmou que engravidou de um novo companheiro, João, depois de pouco tempo em que estavam morando juntos. Quando esta descobriu que estava grávida, o casal havia acabado de se separar e só mais tarde viriam a reatar o relacionamento. A mulher contou que passou a gravidez toda sozinha, pois sua mãe havia morrido - assassinada, cerca de um ano antes de Sônia conceder a entrevista, pois estava envolvida com venda de drogas. Esta enfrentou grandes dificuldades financeiras e emocionais, uma vez que além da gravidez, tinha ainda mais três filhos que viviam com ela.

Sônia decidiu ter a criança, porém dá-la para adoção, durante a gravidez. Sônia afirmou para a funcionária do CRAS, na época do atendimento nesta instituição, que queria “doar seu filho [sendo assim] foi orientada a procurar o Fórum”.²⁰⁶ Todavia, apesar dessa recomendação, Sônia “doou” a criança diretamente para um casal, a partir de contatos com uma vizinha que os conhecia. O acompanhamento aconteceu desde a maternidade, sendo que a entrevistada não deixou claro, mas é possível que o casal tenha dado algum tipo de auxílio financeiro a mesma. A “adoção”, porém, não foi feita através de meios legais. O casal que adotou a criança, no entanto - bem instruídos pelo seu advogado - buscaram obter a guarda da criança. Sônia preferia que a criança permanecesse com o casal, pois desejava que esta tivesse uma vida boa, uma vez que estes são “muito bem de vida”. Segundo a mulher,

Veio a assistente social... não pode fazer doação por fora, né? Mas tá tudo dentro da lei! Teve audiência no Fórum, o juiz não quis dar a guarda, ele disse que não pode fazer doação por fora... foi para o Ministério Público. O juiz me ouviu tudo direitinho, aí eu assinei lá o depoimento, aí ele mandou eu me retirar e pegou o advogado dele de jeito lá... brigou com ele, porque não pode mais! Mandou para Ministério Público, ela tá esperando o resultado, eu tenho medo deles tirarem a menina deles e mandar para o Fórum, para a fila de espera. Aí o advogado falou que não, se tirar deles vai voltar para mim, mas não ir... porque a menina, nossa! A menina tá com um mês e quase quatro quilos de tão bem cuidada que ela é... eles dão de tudo!²⁰⁷

Pode-se perceber que essa prática com relação à adoção, chamada de “adoção à brasileira”, é frequente, apesar de todos os esforços legais contrários. No caso, verifica-se que houve uma negociação entre a progenitora e os pais adotivos, pelo qual a criança seria “muito bem tratada”, teria “do bom e do melhor”.²⁰⁸ Sônia teria informações sobre a menina através

²⁰⁶ Levantamento Sócio Econômico. Secretaria de Bem Estar Social de Joinville – CRAS. 19.12.2008. Acervo: CRAS.

²⁰⁷ SÔNIA. Op. Cit.

²⁰⁸ SÔNIA. Ibid.

de fotos, que seriam entregues para sua vizinha, que intermediou a adoção. Segundo Sônia, o casal que adotou sua filha,

[...]são muito bem de vida [...] Ela é não sei o que... uma pessoa importante lá, não sei do que... Essa uma é que me apresentou para eles, então ela tem o telefone [...] quando eu quero falar com a [...], ela liga e passa o telefone para mim, e a [...] já falou que quando eu quiser ver a menina é só pedir que ela me leva. E ela vai mandar foto, a menina tem muita foto... a menina tá até nesse negócio de orkut, aí, que eu não entendo de computador, sabe?²⁰⁹

Para a mulher, a criança estava muito bem e tinha muitas coisas que ela não poderia oferecer. A partir da história de Sônia, observamos as especificidades presentes nas relações de mães e filhos entre os pobres urbanos, nas quais as funções de gerar e criar não são necessariamente tarefas da progenitora.

Pode-se perceber que a prática de “circulação de crianças”, como também a prática da “adoção”, fazem parte da vivência desse grupo social no tempo presente. Uma das filhas de Sônia, com seis anos, estava morando na casa da ex-mulher do pai, no momento da entrevista. Sônia afirmou que a menina foi passar um final de semana lá e acabou ficando, pois a menina mesmo “não quer mais voltar”.²¹⁰

Apesar dessas características, Sônia afirmou várias vezes durante a entrevista, que se preocupava com o futuro dos filhos e por isso se dedicava quase que exclusivamente aos cuidados dos mesmos, principalmente naquele momento, em que estava com um companheiro que poderia ajudá-la a sustentar a casa e a educá-los. Para a mesma, a escolha do atual companheiro deu-se pelo fato do homem “aceitar” os seus filhos,

quando ele vê que as crianças estão tristes, chamando muito pelo pai, ele leva lá no parquinho final de semana, sábado e domingo, leva lá no parquinho e brinca com eles a tarde toda. Nós gostamos, assim, de assistir um filme com as crianças... aí ele vai lá, faz aquela baciada de pipoca... É isso aí que eu gosto nele... esse carinho que ele tem pelos meus filhos.²¹¹

Sendo assim, Sônia procurava afirmar em seu relato - assim como a maioria das mulheres que entrevistei - que é uma boa mãe e que faz o possível pelos filhos.

²⁰⁹ SÔNIA. Ibid.

²¹⁰ SÔNIA. Ibid.

²¹¹ SÔNIA. Ibid.

A adolescência, né? Do jeito que tá aí fora...Meu Deus... Tem que tá muito [...] Sentar, conversar... Escutar, ter paciência... Sempre procurar ser uma mãe legal, né? Porque se for uma mulher muito rígida, igual minha mãe foi pra mim... você acaba fugindo de casa...

Fazendo escondido que é pior. Então graças a Deus eu aprendi com a minha experiência... que eu passei. Tanto sofrimento... que hoje em dia eu me considero uma pessoa que tem experiência pra passar pra eles, assim... E eu já to com 30 anos, também.²¹²

Os discursos moralizadores com relação à maternidade, como no caso em que acabamos de ver, parecem ser os poucos que permanecem praticamente imutáveis ainda no século XXI. A partir das reflexões de Elizabeth Badinter observamos como o ideário da maternidade, presente na contemporaneidade, foi construída, juntamente com uma série de outros discursos normatizadores, nos países Ocidentais.²¹³ A relação tida como natural entre mães e filhos e a valorização da mulher como mãe aparece presente nos discursos de muitas das mulheres chefes de família que entrevistei nesse estudo, mesmo que suas práticas com relação aos filhos e à família não sejam as mesmas almejadas pelos discursos normatizadores.

A característica compensatória das principais políticas sociais no Brasil, destinadas aos pobres – a partir do início do século XXI - exige das famílias uma atenção especial às crianças, principalmente no que se refere à erradicação do trabalho infantil e à educação das crianças. O Bolsa Família, por exemplo – programa que será melhor discutido no próximo capítulo – cujo benefício a maioria das mulheres entrevistadas no ano de 2009, recebiam, exige que todas as crianças da família, em idade escolar, frequentem a escola e tenham um mínimo estipulado de assiduidade às aulas. Talvez, por isso, grande parte das mulheres que entrevistei afirmou várias vezes que todos os filhos estavam na escola e diziam que achavam isso importante.

Sônia afirmou que “as duas meninas estão na escola, a de seis começou esse ano e ano que vem é o meu menino de cinco anos quem vai começar”²¹⁴, se queixou, porém, que a filha mais velha - que no momento da entrevista estava com oito anos - não queria ajudá-la com as tarefas da casa e além disso, cobrava dela que lhe desse coisas caras, que a mesma tinha quando morava com a avó. “A J. não quer me ajudar em nada. Quando a vó dela morreu ela tava morando com a vó dela, a vó dela dava de tudo. Tudo de marca, tudo os mais caros. Agora ela quer que eu dê esse 'Reebok' [...] Joga as coisas na minha cara, fala que me

²¹² SÔNIA. Ibid.

²¹³ BADINTER. Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

²¹⁴ SÔNIA. Ibid.

odeia”.²¹⁵

Sônia afirmou que se preocupa com o futuro dos filhos e faz de tudo para que eles tenham uma vida boa – dentro de suas possibilidades financeiras. Mas, ao mesmo tempo, suas práticas com relação às crianças fogem de “padrões” difundidos na norma familiar burguesa. Como já analisamos, as relações entre mães e filhos se dão de maneira diferenciada entre os pobres. Isso vem à tona, especialmente, quando analisamos as famílias que tem chefia feminina, onde a mulher – assim como dito por tantas entrevistadas – assume o papel de pai e mãe, ou seja, o papel da provisão, responsabilidade e cuidado dos filhos e filhas.

Outra história a ser analisada acerca deste tema, é a da entrevistada Agnes, que tinha os filhos como assunto recorrente em seu depoimento. Agnes, assim como Sônia e tantas outras mulheres pobres, contou-me que teve uma infância difícil, também pobre e que começou a trabalhar fora de casa com apenas 12 anos de idade.

Conforme mencionamos, Agnes narrou que até o pai ficar doente – quando ela tinha cerca de 11 anos – a família vivia sob a ótica nuclear, o pai sustentava financeiramente a família e a mãe, por sua vez, era responsável pelas tarefas da casa e pelo cuidado dos 8 filhos. Após o pai adoecer e parar de prover a família, a mãe teve que assumir a chefia do lar, mesmo sem nunca ter trabalhado fora de casa. Agnes afirmou que também começou a trabalhar para ajudar a família. Segundo ela,

com 12 anos eu trabalhei fora. Comecei a trabalhar quando era criança, o meu pai adoeceu... ficou doente, aí eu tive que trabalhar... para ajudar minha mãe, né? Aí o dinheirinho que eu pegava de onde eu trabalhava, um pouco a minha mãe dava para a gente comprar uma roupa... e outro pouquinho minha mãe comprava o remédio do meu pai, sabe? Aí meu pai chegou a falecer...²¹⁶

Logo depois que o pai morreu, Agnes, então com 14 anos, amasiou-se e continuou morando na casa da mãe, assim como tantas outras jovens pobres. A situação da família continuava difícil, devido a ausência do pai que assumia o papel de provedor da família. A mãe de Agnes, então, tomou a decisão de “dar” algumas das filhas para a adoção. A entrevistada falou desse acontecimento com bastante ressentimento. “Eu fiquei chocada com a minha mãe, porque a minha mãe ficou sozinha... eu sentia comigo que a minha mãe nunca ia fazer isso que ela fez, sabe?[...] Mas não sei o que aconteceu na cabeça dela que ela pegou e deu três irmãos meu”.²¹⁷ É possível pensar que a decisão de entregar três de seus filhos para

²¹⁵SÔNIA. Ibid.

²¹⁶AGNES. Op Cit.

²¹⁷AGNES. Ibid.

a adoção não deve ter sido muito fácil para a mãe de Agnes, já que fez isso sob os protestos dos filhos. Agnes afirmou que ela devia ter sido adotada, porém se escondeu no momento em que iria ser entregue para a outra família, “Uma dessas três era para ser eu, só que daí eu me escondi, sabe? Quando a mulher foi buscar, uma mulher de São Paulo, foi buscar eu, que era eu, eu me escondi. Aí eles levaram a outra minha irmã. Levaram a M.”.²¹⁸ É possível imaginar que essa era uma prática comum entre as mulheres sozinhas, já que, segundo a depoente, a mãe resolveu “dar” os filhos para a adoção depois de ter sido influenciada por amigas, “ela pegou... começou a conhecer umas amigas dela... pegou três irmãs minha e deu! Porque ela tava sozinha, não sei se ela se assustou de ficar sozinha, sabe? De não dar conta de criar nós... sabe?”.²¹⁹

Todavia, Agnes garantiu que a mãe entregou as filhas com a garantia que seriam bem cuidadas e que iriam estudar – uma realidade que não era possível para a família, uma vez que Agnes afirmou ter estudado apenas os primeiros anos na escola. A mãe então, entregou as filhas, que tinham 04 e 06 anos, tendo em vista o argumento da sobrevivência da família e o bem estar das próprias crianças. Segundo Agnes,

[...] a mulher prometeu para a minha mãe, que ela ia dar estudo, principalmente o estudo completo para a minha irmã [...] Aí eu fiquei chocada, porque o que aconteceu... quando a minha irmã fez 18 anos, completou os 18 anos, a minha irmã conseguiu sair de lá e veio para casa... voltou para Joinville. Só que a minha irmã voltou sem um estudo. Essa mulher que falou que ia dar estudo tudo, para minha irmã, não deu nada. Sabe o que ela deu? Deu faxina para ela. Fazer limpeza. Só isso. A minha irmã mal sabia ler... Isso aí me chocou! E as outras duas que ela deu... Ela deu para uma mulher em Jaraguá...²²⁰

A entrevistada demonstrou sua repulsa com a atitude da mãe, através de seu depoimento sobre os filhos e a família. A mulher mencionou sobre a importância da família e dos sacrifícios que seria capaz de fazer para manter os filhos sempre por perto. Agnes era mãe de seis filhos, porém se referia com mais frequência aos três menores, que ainda moravam com ela. Em relação aos filhos mais velhos, a mulher considerava que já tinha feito o melhor por eles. Segundo ela,

Isso me dói muito hoje. Me dói, me dói muito [a atitude da mãe]. Porque, família é tudo, né? Que nem eu agora. Me casei. Com esse marido eu tive 03 filhos, 03 filhos

²¹⁸ AGNES. Ibid.

²¹⁹ AGNES. Ibid. Aparentemente tratou-se de “adoção à brasileira”.

²²⁰ AGNES. Ibid. Vale lembrar que todas as três irmãs adotadas eram meninas.

bem educados que estão agora grandes. Meus filhos agora estão grandes, esses três que eu tive com meu primeiro marido e eu admiro muito os meus filhos porque eles foram bem educados e têm uma vida certa, né? Não estão aí no mundo...²²¹

O dois filhos mais velhos de Agnes casaram-se, ainda bastante jovens, deixando assim, de ser responsabilidade dela. Nessa nova situação, é a filha que sempre ajuda Agnes quando a mulher está com alguma dificuldade; foi na casa dela que a entrevistada morou quando se separou pela segunda vez e é com ela que mora a irmã de 16 anos, que cuida dos sobrinhos e ajuda nas tarefas da casa em troca de moradia.

Pode-se perceber que a noção de responsabilidade com o cuidado dos filhos, entre os pobres urbanos, é quase sempre exclusivo às crianças pequenas. Para a maioria das mulheres entrevistadas, quando os filhos - em especial as filhas - completavam 12 anos, passavam a ter um conjunto de responsabilidades com os membros da família, tais como, assumir as tarefas domésticas e, principalmente, cuidar dos irmãos menores. A incidência do trabalho remunerado infantil parece ser pequena entre os pobres de Joinville no tempo presente, especialmente depois da introdução dos programas sociais do governo federal. Todavia, o trabalho doméstico não remunerado é uma realidade existente em quase todas as famílias que tem chefia feminina.

Patrícia afirmou que a filha de 10 anos cuidava dos filhos menores, enquanto ela saía para trabalhar. Justificou que este fato acontecia devido a falta de vagas em creches públicas para a sua filha caçula, ainda bebê. Segundo a mulher, “têm várias creches aqui no Paraíso só que tudo pago! Então, adianta botar num lugar? Eu não tenho nem para comer, vou pagar para... tem a menina de dez anos que me ajuda muito, né? Ela é minha salvadora!”²²² Patrícia afirmou que o filho, que tem cerca de oito anos, não gosta de ficar com a irmã, pois brigam muito, já “a pequeninha adora ela! Prefere ficar com ela do que ficar comigo”.²²³ A filha de 10 anos estuda à tarde, sendo assim, Patrícia recorre às amigas ou mesmo à ex-sogra, para que cuidem da filha menor. Nos outros períodos do dia, mesmo Patrícia reconhecendo que “é uma coisa errada”²²⁴, a filha de 10 anos é quem cuida da menor, assumindo toda a responsabilidade pela criança. Segundo Patrícia,

[...] toda vez que eu preciso sair, o que eu posso fazer eu faço tudo de manhã para deixar com a menina de dez anos. A menina de dez anos cuida melhor do que eu. Tá

²²¹ AGNES. Ibid.

²²² PATRÍCIA. Op. Cit.

²²³ PATRÍCIA. Ibid.

²²⁴ PATRÍCIA. Ibid.

certo que é uma coisa errada, não pode deixar né? Só que, Meu Deus, é tudo! A minha pequeninha adora ela, prefere... se for pra escolher entre ficar no meu colo e no colo da de 10 anos... faz tudo as vontades, né? Fica no colo, faz brincadeiras... E eu, se eu tô em casa, tenho que tá fazendo uma coisa ou outra, e tenho que largar ela no chão... e a de dez anos se puder fica o dia inteiro com ela no colo.²²⁵

Nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres pobres, essa prática parece ser um recurso fundamental para a sobrevivência do grupo, tendo em vista que estas pessoas não podem contar com o serviço de maternagem pago, contratando babás ou utilizando creches públicas, pois estas instituições existem em pequeno número na localidades pobres, frente sua grande demanda. Recorrer ao auxílio de uma filha mais velha que está sendo educada para cuidar dos irmãos é a melhor alternativa, sobretudo, porque a pessoa não precisa ficar “devendo um favor” para nenhum amigo, parente ou vizinho – elemento importante nas redes de solidariedade e ajuda mútua.²²⁶

O discurso da maternidade, como mencionamos, no que se refere aos cuidados com os filhos e filhas, esta presente entre essas mães pobres. No depoimento de Agnes, por exemplo, parece haver uma preocupação com o futuro dos filhos menores, tendo em vista que para com os mais velhos esta “havia feito a sua parte” e estes seguiam por “bons caminhos”. Na situação em que vivia, Agnes afirmou se preocupar com o jeito com que o ex-marido, com quem morava no momento da entrevista, educava seus filhos. De acordo a entrevistada,

Ele tá dando má educação... ele dá dinheiro para os meus filhos. Chamam ele de vô, né? Aí eles “Vô... me dá dinheiro?”, aí ele vai lá, dá dois reais, três reais... Isso aí não é um incentivo bom... Porque eu acho que para tu ganhar um dinheiro tu tem que trabalhar, se tu ganha fácil, o que acontece mais tarde? Tu não vai ter, e o que tu vai fazer? Vai roubar, né? E eu sou assim... eu quando tenho dinheiro, “Ah, mãe, me dá dinheiro?”, Eu digo, “Para que você quer dinheiro?”, eles dizem “Ah, quero comprar um bolacha, uma coisa...” Aí eu vou lá comprar a bolacha e dou... eu não dou o dinheiro na mão... porque é um incentivo ruim tu dar dinheiro para a criança, né? Tu já pensou mais tarde... eu vou embora sozinha, eu não vou tá dando dinheiro para os meus filhos, e ele tá dando dinheiro agora... aí chega lá onde eu vou mora, eu “Ah, eu não vou dar dinheiro”. E se eles quiserem dinheiro capaz de eles quiserem roubar, né? De mim... moeda da bolsa... e assim vai indo, né?²²⁷

Uma preocupação central em relação aos filhos, entre as mulheres entrevistadas, era o medo de estes envolverem-se com a considerada criminalidade e com o consumo de drogas, especialmente os meninos. Maria mencionou sobre essa preocupação,

²²⁵PATRÍCIA. Ibid.

²²⁶Sobre redes de solidariedade entre os pobres, ver: SARTI, Cynthia Andersen. Op. Cit.

²²⁷AGNES. Op. Cit.

Porque hoje... eu não quero que amanhã ou depois... o meu piázinho tem quatorze anos, né? Não quero que ele fique fumando, entende? Eu que nunca peguei ele fumando, o coleguinha dele eu já peguei fumando.. Por isso que eu corrijo muito, sabe? [...] até uma filha moça da gente... pode tudo tá fumando escondido, né? Que Deus o livre, pode entrar numa droga, a gente não sabe.... então, até esses dias ele voltou da escola eu conversei com ele, “Tu tá com quatorze anos, tu tá andando com teu amiguinho que fuma cigarro, tu tá fumando?”, eu cheguei bem na boca dele e cheirei, “se um dia eu te pegar com cigarro na boca é o seguinte...”²²⁸

Agnes, que afirmou que na infância não tinha incentivo dos pais para estudar, ressaltou que procura manter os filhos na escola, pois acredita que através do saber escolar estes poderão ter uma ascensão social.

Esses três para mim é tudo, sabe? Não importa o que eu tô passando, eles estão na aula certinho. Eu penso assim, o que a minha mãe não me deu, hoje em dia eu quero dar maior força para os três filhos meu. Escola, caderno... explicar que o estudo é tudo na vida. Sem estudo a gente não é nada. Eu vivo só falando isso para eles [...] E a minha vida está assim... agora eu estou atrás de um emprego, pra eu poder arrumar um emprego, para eu poder trabalhar e ganhar um bom dinheiro para poder fazer pelo menos uma casinha...²²⁹

A importância dos filhos e filhas no depoimento das mulheres chefes de família verifica-se ao definirem chefia familiar feminina. Nessas ocasiões, em que grande parte delas afirmava que ser chefe de família é ser mãe e ser pai, ou seja, assumir o papel de cuidadora e provedor, percebe-se que a grande maioria das mulheres atribuiu maior importância ao cuidado dos filhos do que à provisão. Nos seus depoimentos, a tarefa que consideravam mais difícil foi aquela culturalmente reservada às mulheres, ou seja, educar, cuidar e responsabilizar-se pelo dia-a-dia da família. Obviamente, a provisão da família, isto é, o fato de ter que se preocupar todos os dias com o que os filhos irão comer, o que irão vestir, onde irão morar, torna a vida dessas mulheres ainda mais difícil. Agnes definiu chefia familiar da seguinte maneira:

Para mim chefe de família é... cuidar dos filhos, manter os filhos na escola... Respeitar eles, respeitar muito eles.... dar a educação certa para eles e dar o alimento... dar o que eu posso dar, né? Meu coração tem vontade de dar tudo que eles querem. Eles pedem um tênis, eu digo “A mãe não pode te dar um tênis, mas calma que a mãe vai dar jeito”. Aí eles pedem, a mocinha que tem 12 anos, que é uma mocinha bonitinha, ela pede... às vezes me dói o coração, dói muito porque eu não posso dar, né? Aí a gente fica sentida “Poxa eu não posso dar nada quase para os meus filhos...”. Com isso tudo aí eu sofro então eu me sinto assim, como eu vou

²²⁸MARIA. Op. Cit.

²²⁹AGNES. Op. Cit.

falar para ti, uma protetora. Protetora demais, eu me dedico muito a eles. Me dedico muito a eles, para mim, olha, tudo eles três. O que eu faço é para eles três, entende? Chefe de família para mim é isso aí. Eu me sinto uma chefe de família, porque eu não largo os meus filhos por nada! Eu posso evitar até de ir trabalhar, se não der para ir trabalhar para ficar do lado deles, sabe? Aí quando eu vejo que dá para eu ir trabalhar eu vou... eu faço de tudo por eles. E não é fácil! Ser chefe de família não é fácil. Porque tem que trabalhar, tem que educar, tem que levar na escola... é corrido! De manhã vai a moça de 12 anos para a escola, acorda, se arruma vai para a escola. 11 horas o outro entra, de 10 anos entra no intermediário. Aí eu digo “Filho, as tuas tarefas estão feitas?”, “Tá mãe!”, eu digo “Não tá, vamos ver!” às vezes tá, às vezes não tá. Aí quando sai aquele, é duas horas eu corro para o outro [...] tá no segundo ano de aula, também é outro que eu vivo em cima do caderno “Fez a tarefa?”, “Meu Deus que letra feia, meu filho”, falo para ele, né? Porque as letras deles, olha! Eu digo “A mãe não está entendendo, lê aqui para a mãe a tua letra...”, aí ele lê, sabe? Mas não é fácil! Eu me sinto uma super-mãe para os meus filhos, mesmo pobre, mesmo lutando como eu tô lutando para criar eles.²³⁰

As histórias sobre as mulheres chefes de família de Joinville, demonstram que, no tempo presente, algumas práticas características dos grupos pobres, em diversos períodos da história, permanecem: a circulação de crianças, a “adoção a brasileira” e o trabalho doméstico infantil. Por outro lado verifica-se que práticas historicamente identificadas aos grupos populares urbanos modificaram-se nesse período histórico. O trabalho infantil remunerado e a mendicância realizada por crianças nas ruas da cidade parece não estar presente entre os pobres de Joinville. Outra questão relevante de ser mencionada. Todas as crianças oriundas das famílias pesquisadas, que possuíam mais de sete anos, frequentavam a escola. Modificações que podem ser atribuídas em larga medida as políticas sociais implementadas nesse período, assunto que será abordado mais efetivamente no capítulo 3.

A reflexão de Michel de Certeau pode ser aplicada para as famílias pobres e a manutenção destas práticas, mesmo frente a discursos normalizadores veiculados por diferentes instituições, como o Poder Judiciário, a mídia e a medicina. Segundo Certeau, devemos considerar como os discursos são recebidos e apropriados pela população. Para o historiador,

Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede de 'vigilância', mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela; que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que 'maneiras de fazer' formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou 'dominados?'), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política.²³¹

²³⁰ AGNES. Op. Cit.

²³¹ CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.* 1990. p.41

Sob a perspectiva esboçada por Certeau entendemos os discursos normalizadores como uma estratégia, ou seja, uma ação que supõe a existência de um lugar próprio, “a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade”.²³² No caso em questão, a família é o lugar das estratégias onde se pretende instalar determinada configuração, a nuclear burguesa, no qual pai e mãe têm responsabilidades específicas e a participação das crianças resume-se à passiva posição de *ser educada*. Nesse sentido, compreendemos tais discursos como exteriores às famílias pobres e às suas lógicas, algo que esses recebem como um modelo moral impositivo alheio às suas condições de vida. No entanto, pode-se entender as recepções desses discursos a partir da perspectiva de táticas, ainda de acordo com Certeau,

[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha.²³³

Tendo em vista esses dois conceitos, pode-se perceber a dinâmica existente na relação entre as famílias pobres de chefia feminina e o discurso da família nuclear. Enquanto as estratégias são capazes de produzir e impor, as táticas utilizam, manipulam e alteram os discursos impositivos. As características peculiares das famílias pobres sob chefia feminina, expressas a partir de suas “maneiras de fazer” próprias, podem se tratar de uma série de práticas de reapropriação dos discursos normatizadores. Para Certeau, essas “operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas”²³⁴, são alvo da criatividade dos indivíduos, numa rede de “anti-disciplina”. Essas táticas, ou *artes de fazer*, fazem parte de um conjunto de atitudes com sua lógica própria. Em sua natureza não-discursiva, apropriam-se silenciosamente de estratégias dominantes sem, com isso, fazer oposição frontal a elas. É assim que se pode compreender o fato de Agnes delegar à sua filha de 10 anos responsabilidades de cuidado do lar e das crianças, responsabilidades estas consideradas incompatíveis com a noção de infância, sem, no entanto, tentar dar a esta prática uma justificação discursiva, uma vez que “reconhece” agir de forma “errada”.

Constituir uma família nuclear parece ter sido o desejo de muitas das mulheres chefes

²³²CERTEAU. Op. Cit. p.99.

²³³CERTEAU. Op. Cit. p.

²³⁴CERTEAU. Op. Cit. p. 41

de família entrevistadas. Nessa perspectiva, devemos levar em conta que existem diversos tipos de apropriação aos discursos e nesse sentido, considerar o caráter de “bricolagem”, onde as famílias se utilizam de algumas características dominantes modificadas de acordo com suas necessidades de sobrevivência.

Pode-se considerar que a tática surge justamente a partir de uma necessidade e visa neutralizar a influência de uma estratégia. Além disso, Certeau afirma que na dificuldade de se perceber e identificar uma tática é que está a parte mais significativa do seu poder. Nesse sentido, pode-se olhar para as práticas próprias das famílias pobres, em especial àquelas chefiadas por mulheres - mesmo que não sejam tidas como habilidades para escapar aos discursos impositivos com relação à família nuclear - como táticas que procuram burlar de diferentes formas, as imposições, para garantir a sobrevivência dos indivíduos e da família.

3. “É ASSIM QUE A GENTE VIVE!”: AS MULHERES POBRES DE JOINVILLE E AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Lugar [da família], sem dúvida, nevrálgico, se o julgarmos através da interrogação lancinante de que são objeto as menores metamorfoses que o afetam. Tornou-se um ritual essencial de nossa sociedade escutar, em intervalos regulares, a face da família, a fim de nela decifrar nosso destino, entrever com sua morte, a iminência de um retorno à barbárie, o afrouxamento de nossas razões de viver ou, então, a fim de regarantir-se diante de sua inesgotável capacidade de sobrevivência.

Jacques Donzelot

3.1 A ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO.

Desde o início do século XX, quando a Assistência Social passou a ser modestamente adotada como política do Estado brasileiro, vários setores sociais entenderam-na como “caridade oficializada”, ou então, “como produtora de efeitos nefastos, tais como, a 'degenerescência da raça', o incitamento à 'preguiça', ao 'parasitismo' e à 'vadiagem', fatores que 'anarquizam a sociedade’”.²³⁵ Esse tipo de discurso permanece ainda vigente no século XXI, posicionamento assumido principalmente por setores de inspiração neoliberal. Taxada de “assistencialismo” ou “caridade” - formas que assumiu em determinados períodos da História – a Assistência Social no Brasil teve entre seus críticos também profissionais ligados às ciências humanas, educadores, juristas, sociólogos e políticos da esquerda, sob a alegação de que as políticas assistenciais do Estado apenas remediavam alguns dos problemas sociais, oferecendo uma ajuda superficial, às vezes temporária e que poderia também assumir um caráter tutelar, que não previa a ascensão social dos grupos assistidos ou a solução dos

²³⁵RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.) *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

problemas sociais a partir de suas “raízes”.

Compreender os meandros da discussão relativa à Assistência Social e às Políticas Públicas no Brasil só é possível se entendermos os diferentes momentos pelos quais passaram essas ações e as distintas maneiras como estas foram percebidas, seja como práticas caritativas ou filantrópicas - usadas na maioria das vezes para controlar e gerir a população pobre - seja entendida como dever do Estado e direito da/o cidadã/o.

A incorporação da Assistência Social como política pública deu-se de maneira demasiado tardia no Brasil, apesar de sua presença nas políticas sociais do Estado a partir dos anos 1920-1930. No Brasil do período colonial a assistência às famílias, em especial às crianças, dava-se a partir de uma parceria entre Estado Português, que importava para a colônia americana todas as determinações vigentes no velho mundo, e a Igreja Católica. A partir da ação dos jesuítas, que atingia primeiramente as crianças indígenas e, posteriormente, os adultos, o Estado e a Igreja visavam afastar essa população do paganismo e educá-las de acordo com os preceitos e costumes cristãos. Com esse disciplinamento, segundo Irene Rizzini e Francisco Pilotti, os “soldados de Cristo”, “convertiam as crianças ameríndias em futuros súditos dóceis do Estado português e, através delas, exerciam influência decisiva na conversão dos adultos às estruturas sociais e culturais recém importadas”.²³⁶

Com relação às práticas de assistência às crianças e adolescentes pobres, que seriam os adultos pobres e “perigosos” em um futuro breve, devemos salientar que o leque de intervenções Estatais ou não Estatais foi bastante grande em todos os períodos da história do Brasil. Já no século XVI o abandono de crianças, sobretudo filhos/as de escravos/as ou filhos nascidos fora do casamento, era uma realidade presente na América Portuguesa. Dessa forma, como analisado no capítulo anterior, foi implementado no Brasil o sistema da “Roda dos Expostos”, primeiramente na Bahia, em 1726, depois no Rio de Janeiro, e, posteriormente, nas principais cidades da colônia. As crianças abandonadas e deixadas à rua haviam se tornado um grave problema social, portanto se necessitava a interferência do Estado. Nessa política da “Roda” e da “Casa dos Expostos”, as crianças enfrentavam uma realidade onde a mortalidade infantil era bastante elevada, ao mesmo tempo em que, se eram adotadas por determinadas famílias, geralmente ficavam submetidas desde muito cedo ao trabalho.

A partir do século XIX, já com a questão dos “menores” abandonados e “soltos” pelas ruas bem mais presente no Brasil, surge uma política que cria asilos para órfãos, abandonados

²³⁶Introdução. Op Cit. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). 2009.

e desvalidos. Nestes asilos, as crianças eram educadas desde muito cedo para ser “bons” trabalhadores, especialmente os meninos, que eram socializados para labutar nas chamadas oficinas, enquanto às meninas era ensinado tarefas que as tornariam boas empregadas domésticas para servir as famílias que as adotassem. A política asilar resistiu até o século XX e tem profunda influência nas políticas para a infância ainda no século XXI.

Em meados do século XIX e, sobretudo, na primeira metade do século XX, a Puericultura, especialidade médica que se dedicava a formalizar os cuidados adequados à infância surge e torna-se a principal defesa dos higienistas, em sua maioria médicos, preocupados com a alta mortalidade infantil no Brasil. Os higienistas ligavam-se ao movimento filantrópico que visava distinguir-se da caridade por basear-se em métodos considerados científicos, isto é, que buscavam soluções concretas para os problemas sociais.

Nas primeiras décadas do século XX, a visão liberal de parte dos republicanos, que defendia a não interferência do Estado na área social, favoreceu a continuidade das relações clientelistas e paternalistas entre o Estado e instituições privadas. Essa visão política aglutinou higienistas e juristas na defesa de uma “política social” que prezava pela disciplina da população pobre das cidades brasileiras através dos asilos de crianças, onde estas eram confinadas e educadas para serem bons cidadãos/ãs e bons trabalhadores, já que o uso da mão-de-obra infantil era defendida pela burguesia industrial e tinha a complacência da nova lei republicana.

Apenas a partir de 1935 com o governo de Getúlio Vargas, a Assistência Social passa a ser oficialmente uma preocupação do Estado brasileiro, “na perspectiva de um projeto desenvolvimentista e de fortalecimento do Estado nacional”²³⁷, no qual o Estado passou a perceber os trabalhadores como atores políticos, fortalecendo o sistema previdenciário já existente, porém incipiente. Nesse sentido, a questão social estava diretamente vinculada à questão previdenciária - ou seja, atendia apenas trabalhadores/as que tinham carteira assinada e emprego fixo. Em 1937, foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS, com responsabilidade por analisar os pedidos de subvenções e isenções das entidades sociais, além de decidir sobre as demandas sociais para os pobres, que era vinculado ao Ministério de Educação e Saúde. No início da década de 1940 foi criada a Legião Brasileira de Assistência – LBA, por iniciativa da primeira dama Darcy Vargas juntamente com algumas senhoras da elite, visando auxiliar combatentes da II Guerra Mundial. Segundo Aldaíza Sposati,

²³⁷GERSCHMAN, Silvia; SANTOS, Maria Angélica Borges. O Sistema Único de Saúde como desdobramento das políticas de saúde do século XX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21.n. 61. Jun./2006. p. 180.

os soldados brasileiros foram combater o nazi-fascismo e as mulheres foram chamadas a participar desse esforço de guerra com mensagens de apoio. O considerado sucesso da empreitada legionária redirecionou no pós-guerra esse esforço para, em campo de paz, assistir às crianças e suas mães necessitadas.²³⁸

Nesse sentido, a LBA tornou-se uma sociedade civil que congregava as organizações de boa vontade e com o tempo deixou de apoiar exclusivamente as famílias dos pracinhas e se estendeu a toda população não previdenciária. Cabe ressaltar que, mesmo que a ação social tenha se estendido para essa população, nesse momento histórico não se tratou de uma conquista e direito de cidadania, mas apenas um ato de vontade política, uma ação superficial com vínculo emergencial, que visava atender as famílias frente a ocorrência de calamidades.

A política varguista defendia o incentivo ao crescimento da população e o fortalecimento de valores morais de caráter burguês. Dessa forma, as diferentes iniciativas no campo da Assistência e das políticas sociais, tanto para famílias, como de atenção à infância, visavam propagar esses valores para a população brasileira e exercer um certo controle sobre suas práticas. O investimento do Estado, sempre associado a setores privados e à Igreja Católica, esteve ligado à educação profissional e técnica para “menores”, além do controle dos considerados infratores, que se tornou uma questão nacional. Da mesma forma, a maternidade sadia e higiênica foi bastante incentivada, principalmente pelas campanhas da LBA.

No período democrático pós-Estado Novo, que compreendeu um período de aproximadamente 18 anos, as políticas com relação à área social não tiveram muitas mudanças na prática. Foi um período democrático, apesar das tentativas de intervenção militar, marcado também pelo crescimento econômico e pela modernização e internacionalização da economia. Essa política fez com que o número de indústrias e operários aumentasse substancialmente. Neste contexto, a partir de uma ampla alteração constitucional, aprovada em 1961, nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, foi incluído uma porção considerável de direitos para os trabalhadores, inclusive ligados à Previdência Social. A ação social nesse período brasileiro esteve associada à Previdência Social e aos direitos dos trabalhadores estáveis, inclusive com a confecção da Lei Orgânica da Previdência Social, na década de 1960.

A partir de 1964, com o Golpe Militar, que levou à presidência da República,

²³⁸SPOSATI, Aldaíza. *A menina LOAS: Um processo de construção da Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 20.

primeiramente o militar Castelo Branco, o governo buscou a ampliação do capital nacional, o que ficou sendo conhecido como “milagre econômico brasileiro”. O governo autoritário que visava o controle social, a partir da ideologia da segurança nacional, moldou as associações sociais já existentes ou já formuladas como a FUNABEM - ao caráter tecnocrático e autoritário. A falta de ação social do Estado junto às famílias levou à situação de miséria grande parte dos pobres nas cidades e no campo, inclusive com o advento de um imenso fluxo migratório de camponeses para as cidades. O número de crianças e adolescentes trabalhando era cada vez maior, em função da situação financeira das famílias. A política do Estado, que durou até a década de 1980, deu segmento aos asilos de menores e, em alguns casos, os transformou em verdadeiras penitenciárias.²³⁹ Além disso, a Constituição de 1967 reduziu a idade mínima para o trabalho infantil, que ao invés de ser combatido - com educação e políticas públicas que atendessem às famílias - era estimulado pelas ações do Estado.

Na década de 1970, sob o governo do General Ernesto Geisel, a assistência social ganhou um lugar diferenciado na política federal. Foi criado o Ministério da Previdência e da Assistência Social, já que antes existia apenas o Ministério do Trabalho e Previdência. Essa medida, no entanto, não trouxe muitas mudanças na maneira como as políticas sociais eram tratadas no Brasil. As ações do referido Ministério eram baseadas na centralidade do Estado e se davam exclusivamente em âmbito Federal.

Em 1985, com a pressão de militantes na área do serviço social e da sociedade civil em geral, o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – PND, previu um novo paradigma para assistência social, “particulariza a assistência social como política pública, reconhece o usuário como sujeito de direitos, sugere que seja ampliada sua participação e realizada a ruptura com a leitura caritativa e tutelar com que a assistência social era tradicionalmente gerida”.²⁴⁰

Nesse momento histórico de redemocratização no Brasil, a Secretaria Nacional de Assistência Social buscava agregar conhecimentos e pesquisas científicas visando uma melhor maneira de gerir a ação social no país. Profissionais na área do Serviço Social iniciaram uma ampla discussão visando repensar os velhos órgãos assistenciais do Estado, como a LBA. Esse intenso movimento facilitou para que, na nova Constituição Federal de 1988, a Assistência Social fosse reconhecida como direito à seguridade social. Apesar do

²³⁹FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.) *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

²⁴⁰SPOSATI, Aldáiza. Op. Cit. p. 30-31.

texto da Constituição de 1988 conter uma série de conquistas de cidadania, principalmente no que tange à questão da Assistência Social como direito do cidadão, na prática, segundo Aldaíza Sposati - que analisou a questão da política social brasileira em 2004 - a gestão da assistência social continua com muitos problemas ainda no século XXI,

A justificativa da lei é clara, caracteriza segmentos em risco e vulnerabilidades: famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, crianças, mulheres e idosos sem condições de autonomia e o “povo da rua”. O parecer do relator, se de fato estivesse aplicado, não teríamos presente até hoje, vários impasses na gestão da assistência social como política de direitos.²⁴¹

A partir da Constituição de 1988, foi aprovado um grande número de leis que beneficiava grupos sociais antes esquecidos pelas políticas públicas. Em 1990, aprovou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, localizando as crianças e adolescentes como sujeitos de direito, seguindo um movimento internacional de luta pela infância. Com o novo Estatuto foi revogado o Código de Menores, vigente desde 1972, e foi assumido, pelo menos teoricamente, pelo Estado, uma Doutrina de Proteção Integral à infância, com as diretrizes para a criação de Conselhos Tutelares descentralizados.

O governo de Fernando Collor de Melo - primeiro presidente eleito democraticamente, após os anos de ditadura militar - na prática, tomou medidas que anulavam parte das conquistas sociais conseguidas na nova fase democrática. A movimentação dos profissionais do Serviço Social era pela criação de uma Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, tal projeto foi aprovado pelo Legislativo em 1990, porém foi vetado pelo presidente Fernando Collor. Além disso, o governo de caráter neoliberal adotado por Collor, manteve políticas clientelistas, tal como a LBA e cortou verbas sociais. Um dos maiores casos de corrupção envolvendo esse governo, esteve relacionado justamente à Legião Brasileira de Assistência e a outros órgãos assistenciais, dirigidos pela mãe, esposa e parentes de Collor, envolvidos em uma série de escândalos.

Após o *impeachment* de Collor, o vice Itamar Franco assumiu a presidência da República. Nesse momento, o Movimento pró-LOAS intensificou sua luta e vários projetos de lei emergiram na Câmara Federal, até que em dezembro de 1993 a LOAS virou Lei.

Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência da República em 1995, ficando na gestão do país até o final de 2002. O governo de FHC avançou em relação às políticas sociais, principalmente no que se refere à questão da infância, movendo esforços para a erradicação

²⁴¹Id. Ibid. p. 43.

do trabalho infantil e o combate à violência envolvendo crianças e adolescentes, ações que acompanhavam uma tendência política mundial. Além disso, o governo FHC inovou na criação do Bolsa-Escola, que oferecia recursos financeiros para famílias em vulnerabilidade social que tivessem suas crianças na escola. A Era FHC, no entanto, que assumia uma política declaradamente neoliberal²⁴², segundo Aldaíza Sposati, tinha em sua postura, uma mistura de conservadorismo e modernidade, inclusive ao lidar com a questão das políticas sociais e com a LOAS. Segundo Aldaíza Sposati, FHC,

[...] resolveu substituir a desejada regulação do dever de Estado e direito do cidadão na assistência social por uma “nova relação solidária”, que manteve a opção reforçadora do neoliberalismo pela subsidiariedade. O *mix* de conservadorismo e modernidade neoliberal tiveram influência decisória no precário e anêmico desenvolvimento da LOAS.²⁴³

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, inicia uma política diferenciada no que se refere à assistência social – com a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) - apesar de manter e incrementar políticas da gestão anterior como o Bolsa - Escola, que desembocou no Programa Bolsa-Família - política de transferência de renda para famílias consideradas pobres, que será melhor analisado no decorrer deste capítulo. Em 2003, foi realizada a IV Conferência Nacional de Assistência Social, em Brasília na qual o assunto central foi a materialização das diretrizes da LOAS, até então não colocadas em prática por nenhum governo anterior.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, criado em 2004, a partir da pressão de profissionais da área do Serviço Social e da sociedade civil em geral, acelerou o processo de construção do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que visaria colocar em prática as diretrizes da LOAS e os pressupostos da Constituição Federal de 1988. Em dezembro de 2004 foi editada a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, após essas medidas e da abertura de amplo debate junto a sociedade civil e ao Conselho Nacional de Assistência Social, foi criado o Sistema Único de Assistência Social.

²⁴²O Neoliberalismo é um ideário inspirado no Liberalismo do século XIX . Essa doutrina, que passou a vigorar a partir da “crise do capital” nos anos 1970, defende um “liberalismo renovado” nos campos político e econômico, propondo limites às intervenções do Estado sobre o mercado. Fonte: TOLEDO, Enrique de la Garza. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.) *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1995.

Sobre a temática, verificar também: SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: No loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²⁴³Id. Ibid. p. 69.

Na apresentação do documento oficial da Política Nacional de Assistência Social é possível ler, “A Política Nacional de Assistência Social ora aprovada expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social”.²⁴⁴ Tal afirmativa reconhece que, a partir da Política Nacional de Assistência Social, os pressupostos antes definidos pela LOAS e pela Constituição Federal de 1998, poderiam efetivamente ser colocados em prática. De acordo com o documento:

A assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo de Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social.²⁴⁵

Nessa nova política, a Assistência Social passaria a ser percebida de forma inteiramente renovada, como direito do cidadão e dever do Estado. Uma política que visaria garantir as necessidades básicas para a toda população e que seria colocada lado-a-lado com a Previdência Social, com a diferença de ser uma política não-contributiva. Além disso, a articulação dessa nova política, a partir do sistema SUAS, previa a descentralização da Assistência Social, que com a PNAS passou a ser considerada de responsabilidade das três instâncias de governo – federal, estadual e municipal.

A partir da PNAS também foram criados os CRAS – Centros de Referência da Assistência Social - unidades públicas estatais, geridas pelos municípios, que materializariam uma das principais diretrizes do PNAS, a descentralidade, já que se localizariam nas áreas de maior vulnerabilidade social, abrangendo até 1.000 famílias por ano.²⁴⁶ O CRAS, em sua proposta inicial, visava executar serviços de proteção básica, atendendo famílias e indivíduos de acordo com seu contexto de origem e sua referência territorial, valorizando as heterogeneidades e as particularidades de cada grupo e arranjo familiar.

As políticas sociais, tal como o Fome Zero, da qual faz parte o abrangente programa social Bolsa Família, além de outros, que se caracterizam por transferência monetária a indivíduos ou famílias de forma compensatória – a partir do cumprimento de determinadas ações, principalmente relativas à escolarização e saúde pública - parecem ter sido o “carro-

²⁴⁴ *Política Nacional de Assistência Social*. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília. Nov/2004. p. 07 Disponível em <<http://www.social.rj.gov.br/familiar/pdf/pnas.pdf>> Acesso em 10.Out.09.

²⁴⁵ *Política Nacional de Assistência Social*. Op. Cit. p. 25.

²⁴⁶ *Política Nacional de Assistência Social*. Ibid.

chefe” do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e, também, os principais motivadores para a sua reeleição, ocorrida em 2006. No decorrer do capítulo procuraremos analisar mais profundamente essas políticas sociais, a partir das vivências das mulheres chefes de família que são objeto desse estudo.

3.2 FAMÍLIAS POBRES DE JOINVILLE: REDES SOCIAIS ENTRE PARENTES, VIZINHOS E “IRMÃOS”.

Tendo como foco deste trabalho as famílias atendidas por programas de assistência social na cidade de Joinville, foi possível perceber que a assistência é uma questão bastante presente entre as famílias pobres na contemporaneidade, especialmente entre as chefiadas por mulheres, sendo muitas vezes, para estas, uma garantia de sobrevivência.

A assistência a que recorrem as mulheres chefes de família pode ser pública e estatal - a partir de políticas e programas sociais - ou obtida a partir de redes de solidariedade e ajuda entre amigos/as, vizinhos/as e parentes. Como visto, a recorrência ao auxílio de terceiros é uma característica histórica dos pobres urbanos que desenvolvem redes de ajuda mútua ou sistemas de troca de favores. Segundo Sidney Chalhoub, no Brasil do século XIX, “esses indivíduos se envolviam em redes de solidariedade e ajuda mútua tão extensas, variadas e íntimas que se tornou impossível, em diversas situações concretas [de sua pesquisa], estabelecer os limites entre as redes de solidariedade dita 'familiar' e as de outro tipo”.²⁴⁷

Entre as famílias com chefia feminina de Joinville, durante o período estudado, a recorrência à chamada “solidariedade familiar” era tão comum quanto a recorrência a programas assistenciais. Todavia, estes auxílios de parentes, vizinhos/as e amigos/as, parecem ser a primeira forma de ajuda para a qual essas mulheres e suas famílias recorrem nos momentos de maior dificuldade. Segundo Maria do Carmo Brant de Carvalho,

No Brasil, as sociabilidades sócio-familiares e as redes de solidariedade por elas engendradas nunca foram descartadas. É que elas foram e são, para as camadas populares, a sua condição de resistência e sobrevivência. A família alargada, o grupo de conterrâneos, por exemplo, são possibilidades de maximização de rendimentos, apoios, afetos e relações para obter emprego, moradia, saúde.²⁴⁸

²⁴⁷CHALHOUB. Op. Cit. p. 176.

²⁴⁸CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O lugar da família na política social. In: *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 17.

As relações solidárias e de reciprocidade entre os pobres fazem parte de um código de obrigações morais próprio desse grupo social. Essas relações são construídas a partir da identificação e do sentimento de *confiança*, em relação ao *outro* e ligam, primeiramente, parentes e também vizinhos. Segundo Cynthia Sarti,

A identidade dos pobres se estabelece também por um referencial moral. A questão de ser ou não ser pobre inscreve-se num código de reciprocidade permeado de obrigações morais [...] Um indivíduo ou uma família pode elevar seus rendimentos e se manter *pobres*, o que significa manter seus laços de obrigações recíprocas com seus iguais.²⁴⁹

Nos Levantamentos Sócio Econômicos da SBES analisados, quase a totalidade dos relatos de mulheres e homens, que viviam em famílias sob chefia feminina, declaravam estar envolvidos/as em redes de solidariedade que englobam vizinhos, parentes e conhecidos. A partir destes relatos foi perceptível que, antes de receber algum tipo de auxílio dos programas assistenciais, essas famílias mantêm uma extensa rede de solidariedade primária, baseada em *princípios de reciprocidade* e em *relações de confiança*.²⁵⁰ Os casos mais comuns são aqueles que relatam viver em casa cedida, sobretudo por familiares, mas também por vizinhos/as e amigos/as.

Em 01 de junho de 2001, Noeli relatou à assistente social da Secretaria que “reside em casa cedida e em troca de moradia cuida das filhas do proprietário, que é separado”. Na história de Noeli, percebe-se como as redes funcionam a partir da ajuda mútua. Além disso, ao mesmo tempo em que ela recebia auxílio de um conhecido, também oferecia ajuda a um parente, pois abrigava constantemente em sua casa a filha, “mais velha, amasiada e grávida de 8 meses [que] reside a maior parte do tempo com a mãe, devido ao mal comportamento do companheiro”.²⁵¹

Caso semelhante relatou Rute, já citada, que foi “abandonada” pelo companheiro e era portadora do vírus HIV. Rute afirmou que residia em “casa alugada e em troca do pagamento do aluguel ela limpa o quintal e faz outros serviços”.²⁵² As relações solidárias têm as mais

²⁴⁹SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: FAPESP, Ed. Autores Associados, 1996. p. 131.

²⁵⁰Sobre esses conceitos ver: ALMEIDA, Ronaldo de; D'Andrea, Tiaraju. Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. *Novos Estudos – CEBRAP*. n. 68, mar. 2004. pp. 94-106.

²⁵¹Levantamento Sócio Econômico. Secretaria de Bem Estar Social. 01.06.2001. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social.

²⁵²Levantamento Sócio Econômico. Secretaria de Bem Estar Social. 25.11.1997. Acervo: Secretaria de Bem Estar

variadas formas, assumidas a partir de empréstimo de dinheiro ou de um passe de ônibus, até mesmo o acolhimento em casa. É comum entre os vizinhos de um bairro “popular” também, a indicação para um emprego ou cuidado de crianças, até pequenas ações cotidianas, tal como, tirar as roupas do varal da vizinha, para que não molhe com a chuva. Nesse sentido, são muitas as ações que se desenrolam no cotidiano dessas famílias e que se mostraram imprescindíveis - mesmo nos momentos de maior abrangência das políticas públicas - para a sobrevivência da população em situação de pobreza.

Francisca, por exemplo, atendida na SBES em 28 de julho de 2000, teve sua situação relatada pela assistente social: “Vive ela, o marido e dois filhos em uma meia água de peça única, local extremamente impróprio para viverem quatro pessoas”, esta situação “precária”, no entanto, é amenizada pela solidariedade da família vizinha, já que “utilizam o banheiro da vizinha”.²⁵³ Natália, também atendida na SBES, em 20 de março de 1999, contou que “conseguiu construir uma meia água de madeira com a ajuda de seu patrão, onde está trabalhando de 15 em 15 dias”.²⁵⁴

Comum, entre os levantamentos analisados, de 1997 e 2002, eram também os casos de solidariedade entre os parentes, entre os quais se dá, primeiramente, as relações de confiança e conseqüentemente, solidariedade. Para Cynthia Sarti, “são da família aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá, aqueles portanto, para com quem se tem obrigações”.²⁵⁵ Em 1997, uma mulher relatou sua situação à Secretaria, “não trabalha há 03 anos [...] Paga R\$ 140,00 de prestação do terreno. Vive com o auxílio de familiares e há 06 meses não recebe pensão do ex-marido”. Essas relações de ajuda se dão, sobretudo, entre parentes de primeiro grau, mas também entre membros da família extensa. Antonia, por exemplo, relatou à Secretaria, no dia 11 de junho de 2002, que “está separada há 01 ano, vive com seus três filhos, trabalha de doméstica e recebe R\$ 230,00, paga aluguel no valor de R\$ 160,00. Atualmente está recebendo ajuda de parentes...”.²⁵⁶

Como já analisamos no capítulo anterior, uma forma de relação de solidariedade bastante comum entre os pobres era a “circulação de crianças”, sobretudo entre parentes. Mostrou-se bastante comum, da mesma forma, a presença de mulheres aposentadas, na

Social.

²⁵³ Levantamento Sócio Econômico. Secretaria de Bem Estar Social. 28.07.2000. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social.

²⁵⁴ Levantamento Sócio Econômico. Secretaria de Bem Estar Social. 20.03.1999. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social.

²⁵⁵ SARTI. Op. Cit. p. 85.

²⁵⁶ Levantamento Sócio Econômico. Secretaria de Bem Estar Social. 11.07.2002. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social.

maioria das vezes viúvas, que assumiam a chefia de suas famílias e muitas vezes acolhiam em suas casas filhos e filhas casados, que estavam em situação de vulnerabilidade. No caso de Marina, que procurou a Secretaria em 12 de julho de 1999, pedindo ajuda com alimentos, percebe-se esta situação:

o marido foi embora. É drogado. Ela ficou com os filhos, a sogra e um enteado. A sogra é alcoólatra, há 06 dias está internada no hospital, pois quebrou o joelho após uma queda. Ela vive pedindo comida pela rua. A usuária está desempregada há um ano e meio. Faz bicos como diarista, mas o trabalho é escasso. Recebeu R\$300,00 da ex-patroa para ajuda nas despesas [...] o enteado às vezes faz biscates para ajudar. A mãe dela quando pode também ajuda, mas é aposentada e cuida de um irmão com AVC. A casa está em condições precárias.²⁵⁷

Esse panorama ficou visível também nas entrevistas orais realizadas com as mulheres chefes de família atendidas pelo CRAS, que relataram estar inseridas em amplas redes de solidariedade com vizinhos e conhecidos, mas, sobretudo, com os parentes. Pode-se tomar como exemplo a história de Agnes, pois a partir de sua fala percebe-se o forte vínculo de solidariedade existente entre ela e a família.

A entrevistada Agnes contou que não tinha uma relação muito próxima com os vizinhos/as, “eu falo bem pouco com os vizinhos... Porque é o meu jeito, sabe? Eu não sou de falar... Mas, assim... são pessoas boas, são tudo pessoas boas que moram perto de onde eu moro. Tudo gente legal”.²⁵⁸ Esta relação parece ser limitada ao convívio territorial, ela não falava para eles sobre sua vida pessoal ou problemas financeiros e familiares. Já com a família extensa, o comportamento de Agnes era bastante diferente, tinha com esta uma relação de intimidade e, ao mesmo tempo, era dos parentes que vinha a principal ajuda para ela e seu núcleo familiar.

A prática de solidariedade relatada por Agnes retrata bem a relação de responsabilidade e confiança que une os familiares, nos grupos pobres, e que faz com que se ajudem uns aos outros nos momentos de maiores dificuldades. Como já visto no capítulo anterior, Agnes contava principalmente com a ajuda da filha mais velha. Foi na casa da filha que ela foi morar quando separou-se do companheiro. “Eu liguei para essa minha filha casada e falei para ela, contei tudo. Disse 'Olha, assim, assim, assim. A mãe não consegue mais ficar [...]'. Aí a filha: 'Então, mãe, pega as crianças e vem para a minha casa'. E é o que eu fiz, né,

²⁵⁷ Levantamento Sócio Econômico. Secretaria de Bem Estar Social. 12.07.1999. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social.

²⁵⁸ AGNES. Op. Cit.

fui para a casa dela, fiquei com os meus 03 filhos lá...”.²⁵⁹ Da mesma forma, no momento da entrevista, a filha adolescente de Agnes morava com a irmã, que a sustentava em troca da realização dos serviços domésticos.

O vínculo de solidariedade entre familiares não se limita apenas a mães e filhas/os, apesar de ser esse grau de parentesco o que apresenta mais relação solidária, pelo menos entre os grupos pobres de Joinville. No caso de Agnes, ela também conta com a solidariedade de irmãs e de sobrinhos, já que nos contou que “o meu sobrinho me deu um terreninho, sabe? Perto da casa dele...”²⁶⁰, sendo que faltava apenas ela conseguir o material para a construção de uma casinha.

Outras entrevistadas, no entanto, relataram uma situação bem diferente da de Agnes, mulheres que não têm vínculos próximos ou mesmo boas relações com familiares e por esse motivo têm mais proximidade e intimidade com vizinhas/os e amigas/os. Esse é o caso de Tamires, que relatou estar muito triste no momento da entrevista, em função do relacionamento com seus familiares, que, no momento, moravam na cidade de São Paulo. Segundo Tamires, mesmo quando morava em São Paulo, a relação com os parentes não era boa: “os parentes... ao invés de ajudar, ficavam mais falando.. Pedi a Deus 'Um dia e quero sair daqui. Quero ir pra outro canto’”.²⁶¹ Após a mudança para Joinville que ocasionou uma grave crise financeira, os parentes que, segundo ela, teriam condições de ajudá-los, nunca quiseram auxiliá-los com nada.

Nesse sentido, Tamires e demais membros da família conseguiram, no bairro em que se estabeleceram em Joinville, criar vínculos bastante próximos com os vizinhos e, principalmente, com uma igreja evangélica que passaram a frequentar, isto é, com os “irmãos” de lá (como são denominados os frequentadores da igreja). A entrevistada narrou sobre a relação solidária com os vizinhos e citou principalmente os “irmãos”. Segundo ela, “os vizinhos, também, são muito... Tem um irmão que mora ali, é mais do que um pai pra mim, porque sempre que a gente precisou ele nunca disse não, esteve sempre aqui pra ajudar a gente. Os vizinhos a gente não tem o que falar, são sempre prestativos. Todos eles ajudaram a gente”.²⁶²

Como citamos no caso de Tamires, as igrejas, sobretudo as evangélicas, são muito

²⁵⁹ AGNES. Ibid.

²⁶⁰ AGNES. Ibid.

²⁶¹ TAMIRES. Op. Cit.

²⁶² TAMIRES. No dia em que entrevistei Tamires, em sua residência, presenciei a proximidade entre sua família e os vizinhos, inclusive quando um deles ofereceu carona para levar o marido de Tamires ao centro da cidade.

presentes na vida de muitas moradoras dos bairros periféricos de Joinville. Grande parte das mulheres entrevistadas tinha algum tipo de vínculo com uma igreja, seja porque eram frequentadoras da mesma, participando das cerimônias religiosas, seja porque recebiam das igrejas algum tipo de auxílio, como refeições, cestas básicas ou roupas usadas.

Para Tamires, a igreja - que passou a frequentar logo que mudou-se para o bairro - foi uma das principais responsáveis pela integração da família, que sentia-se deslocada na nova cidade. Logo que vieram as dificuldades - com o acidente de trabalho do marido - além dos vizinhos, foram os “irmãos” da igreja que primeiro estenderam as mãos para o casal. Segundo Tamires, os amigos e amigas que conheceu na igreja,

Dão alimentos. Chegam a dar até dinheiro, assim, sabe? Às vezes vem um irmão, vem outro, um dá dez, outro vem dá vinte. Sempre a gente teve ajuda da igreja [...] A esposa do pastor ela sempre manda roupas para as meninas, ela traz... As meninas são mais velhas que as minhas, aí ela manda pra nós, manda blusa, saia, calça, sapato, tudo! Aí elas usam, né? ²⁶³

Dados de diferentes pesquisas no Brasil têm demonstrado um grande número de templos evangélicos, sobretudo pentecostais e neopentecostais, entre as regiões periféricas das cidades, além do grande número de membros destas religiões, entre os grupos mais pobres.²⁶⁴ Segundo os antropólogos Reinaldo de Almeida e Tiaraju D'Andrea, a partir de trabalho etnográfico realizado em uma favela paulistana, esses vínculos religiosos trazem alguns benefícios para seus membros, além da relação de fé. Se dão ali, sobretudo entre os “fiéis” de um mesmo templo, amplas redes de solidariedade. Essa é uma das principais características que distinguem as igrejas evangélicas de outras, no que se refere a ações sociais e filantrópicas, segundo os pesquisadores, os evangélicos são mais corporativos, “trata-se de uma reciprocidade entre os próprios fiéis moradores da favela (pastores inclusive) que se pauta pelo princípio bíblico de ajudar primeiro os 'irmãos na fé’”.²⁶⁵ Essa prática fica clara quando se pensa no caso de Tamires e também no de Patrícia, moradora do Jardim Paraíso, quando esta afirma que costumava frequentar um templo da Capela da Benção em seu bairro e

²⁶³TAMIREZ.

²⁶⁴Sobre o assunto, verificar: *Rendimento médio mensal familiar total e Número de famílias por classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar e religião da pessoa de referência da família*. SIDRA-IBGE, 2000. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=758&i=P&opc12191=2&poc12191=2&nome=on¬arodape=on&tab=758&opc12514=2&poc12514=2&unit=0&pov=3&OpcTipoNivt=1&opn1=2&nivt=0&orc12514=4&orp=5&opv=2&orc12191=3&pop=1&orv=2&sev=1976&opp=1&sec12191=103411&pon=1&proc=1&sec12514=111487&sep=36098&orn=1&qtu1=1&cabec=on&decm=99>> Acesso em 19.Dez.09

²⁶⁵ALMEIDA, Ronaldo de; D'Andrea, Tiaraju. Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. *Novos Estudos - CEBRAP*. n. 68, mar. 2004. p. 103-104.

por isso recebia ajuda com cestas básicas. No entanto, como deixou de ir à igreja durante algum tempo, parou de receber o auxílio. Segundo Patrícia, “ agora até tô relaxada [...] pegava cesta básica ali, mas agora que eu não fui mais... faz dois meses que eu não vou, por isso não peguei mais a cesta... mas agora quero ver se eu vou de novo”.²⁶⁶

A ação das igrejas, no entanto, pelo menos no bairro Jardim Paraíso - que como já analisamos, é um bairro que agrega muitos programas sociais de iniciativas governamentais e não governamentais – não se limita exclusivamente a atingir os “fiéis” e religiosos. Maria, por exemplo, também moradora do bairro, não é praticante de nenhuma religião. No entanto, um dos principais auxílios que recebe é de uma igreja Evangélica. Lá, os filhos dela vão quase todos os dias para participar de atividades educativas. Da mesma forma, nas noites em que Maria não tem alimentos para oferecer aos mesmos, eles jantam na cozinha comunitária do templo religioso. Segundo ela, “a menina moça, ela tá tendo aula de violão, ela tá tendo aula com um pastor lá... na cozinha comunitária eles estão ensinando as crianças, sabe? [...] Todo dia ela vai [...] a atividade lá deles é dez horas da manhã. É aula de violão, computação... atividade... brinquedo, exercício...”.²⁶⁷

Nesse sentido, os filhos de Maria eram beneficiados com as atividades educativas oferecidas pelo “pastor”. Ela afirmou que mesmo não sendo religiosa e sabendo que a frequência de seus filhos à igreja pode levá-los a seguir tal religião, acha que é bem melhor do que se eles estivessem na rua. Segundo ela, “mas para mim até que é bom que eles vão lá, sabe? qualquer coisa eles não estão na rua, eles não estão aprendendo coisas a mais, sabe.... não é porque é um pastor que é crente [...] Então lá eles ficam... pelo menos eles estão tendo alguma atividade. Eles não estão 'à la você'[sic]”.²⁶⁸

Todas as entrevistadas relataram já ter recorrido a alguma instituição religiosa, na maioria das vezes, evangélicas e católicas, na busca de algum tipo de auxílio nos momentos de maior vulnerabilidade, em geral cestas básicas e roupas usadas.

Dalva, por exemplo, tem uma ligação bastante forte com uma igreja católica, localizada em seu bairro. Relatou que recebe ajuda da igreja há anos, o que mostra que a relação de sua família com a mesma beira uma situação de dependência e tutela. Dalva afirmou porém, que ela é assim “tão ajudada” pela igreja, porque realiza alguns serviços para a mesma, juntamente com o marido, “ o meu marido trabalha lá... eu e ele ali... fazendo a

²⁶⁶PATRÍCIA. Op. Cit.

²⁶⁷MARIA. Op. Cit.

²⁶⁸MARIA.

limpeza da Igreja”.²⁶⁹ Dessa forma, recebe cestas básicas e até mesmo consegue empréstimos de dinheiro, sendo a igreja o primeiro espaço ao qual a família recorre nos momentos de maior precisão.

Além das redes que se desenrolam nas igrejas entre os fiéis, que eventualmente também se estendem aos não fiéis – mas que podem “vir a ser” - as entidades religiosas têm outro papel importante na vida dos pobres, na medida em que “trabalham em favor da valorização da pessoa e das relações pessoais, gerando aumento de auto-estima e impulso empreendedor no indivíduo”, além de “também fomentar a ajuda mútua por meio de laços de confiança e fidelidade”.²⁷⁰ Outro fator que faz das instituições religiosas – sobretudo evangélicas - ambientes cada vez mais frequentados pelos mais pobres é a atuação que muitas delas têm no combate ao uso e tráfico de drogas, a partir da conversão dos usuários. Para muitas das famílias pobres que sofrem com os efeitos e consequências do uso de drogas, é a única saída em meio a falta de iniciativas públicas eficientes.

É na igreja que Agnes consegue conforto nos momentos de maior dificuldade financeira e emocional. A fé lhe dá esperança de conseguir um emprego e também educar os filhos da maneira que julga correta,

eu tô indo na Assembleia. Agora eu tô indo toda manhã... sete horas da manhã tô na porta da igreja, tô indo orar para Deus abençoar as ofertas de trabalho... para eu poder criar meus filhos sozinha, sem ninguém perto. Para eu poder criar eles sozinha, levar eles para a igreja e mostrar para eles o certo da vida. É o que eu mais quero.²⁷¹

Além da esperança, é a partir da igreja que Agnes pode efetivamente conseguir ajuda, a partir das redes, “hoje eu vou no culto à noite ali na nossa igreja e vou escrever um papelzinho... alguém que precise de uma diarista... porque aí o pastor anuncia lá na frente, sempre alguém sabe alguma coisa”.²⁷²

²⁶⁹DALVA. Op. Cit.

²⁷⁰ALMEIDA, Ronaldo de; D'ANDREA, Tiaraju. Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. *Novos Estudos – CEBRAP*. n. 68, mar. 2004. p.103.

²⁷¹AGNES.Op.Cit.

²⁷²AGNES.

3.3. A ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS POPULAÇÕES POBRES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O CASO DE JOINVILLE.

Entre os grupos pobres, como visto nos capítulos anteriores, o trabalho não só feminino, mas, muitas vezes, juvenil e infantil, foi uma realidade presente em vários períodos da história e tão comum quanto o trabalho masculino. Todavia, o longo tempo de invisibilidade das mulheres na historiografia, sobretudo aquelas pobres, fez com que conhecêssemos apenas muito recentemente e ainda timidamente, seus lugares na família, na sociedade e nas comunidades em que residiam. Estudos como os de Sidney Chalhoub, , Maria Odila Leite da Silva Dias Leite, Rachel Soihet, Claudia Fonseca e Silvia M. Fávero Arend, já citados aqui, entre outros, trouxeram à historiografia brasileira um novo olhar sobre as mulheres pobres em vários períodos da história e evidenciaram uma pluralidade de arranjos familiares e de relações de gênero. Suas fontes e seus métodos podem ajudar a entender as famílias pobres brasileiras e as mulheres pobres - mães, trabalhadoras e muitas vezes, chefes de família – mesmo na contemporaneidade.

Tendo em vista o recorte temporal desse trabalho, que inscreve-se no tempo presente, faz-se necessária uma análise política e econômica contemporânea, que busque perceber como as famílias pobres, especialmente as chefiadas por mulheres, se inserem nesse panorama.

A economia contemporânea, globalizada e marcada pelo avanço tecnológico, afetou diretamente as relações de trabalho, com a introdução de novas tecnologias e a necessidade de mão-de-obra especializada. Essa conjuntura política e econômica tem afetado diretamente os mais pobres e evidenciado as diferenças sociais – sobretudo no Brasil e nos demais países da América Latina - tendo em vista que privilegia a desregulamentação do mercado de trabalho e o retrocesso das conquistas trabalhistas das décadas anteriores.²⁷³ O fato de que as mulheres chefes de família que entrevistei, durante essa pesquisa, viviam em condições de desemprego ou subemprego, com salários baixos e redução de direitos, está diretamente relacionado a essa “reestruturação produtiva”. As mulheres pobres, sobretudo as que assumem a chefia de suas famílias, são afetadas duplamente pelos efeitos desse contexto socioeconômico, pois, sofrem

²⁷³Sobre esse assunto relacionado às relações de gênero, verificar: BRUSCHINI, Cristina . Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: M. I. B. Rocha (Org.), *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios* (pp. 13-58). São Paulo: Ed. 34, Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG.

os reflexos das desigualdades:

sociais de caráter mais geral, relacionadas à própria condição geral de pobreza, que é compartilhada também pelos homens; e as de gênero, relacionadas às diferenças salariais, ocupações menos qualificadas e maior taxa de desemprego, que é vivida somente por elas. Tal situação de desigualdade e nível de pobreza é ainda maior quando se trata das mulheres responsáveis pelos domicílios, particularmente aquelas que têm filhos e que mantêm sozinhas a casa.²⁷⁴

Vimos no capítulo anterior que, a despeito das famílias chefiadas por mulheres terem sido uma constante em vários períodos da história, apenas recentemente avolumaram-se pesquisas que incluem entre seus dados a chefia familiar feminina no Brasil. Estas mostram, de uma década à outra, um considerável aumento no número de lares que têm como “pessoa de referência” a mulher. Alguns estudos demonstram que a grande concentração de mulheres chefes de família se encontra entre as camadas pobres e faz parte, dentro desse grupo, dos mais pobres. Nesse sentido, entra em cena a questão da “feminização da pobreza”, conceito bastante utilizado nesta área de estudos, porém, que vêm sofrendo variadas críticas, pois, de acordo com a socióloga Márcia S. Macêdo, associa negativamente a chefia feminina e a pobreza, “como se o crescimento desses domicílios fosse símbolo de quebra de valores familiares e da desorganização familiar”.²⁷⁵

Quando refletimos sobre a questão da chefia familiar feminina entre o grupos pobres, é perceptível que, mesmo na contemporaneidade, o trabalho feminino não está, na maioria das vezes, diretamente relacionado à emancipação das mulheres – o que acontece, geralmente, quando se trata da classe média. Essa é uma constatação histórica, pois, como analisa Mary Alves Mendes, as mulheres pobres “trabalhavam fora, por uma questão de necessidade financeira, enquanto [as de classe média e alta] o faziam por uma questão de liberdade e independência, reflexos das idéias feministas”.²⁷⁶ Dessa forma, percebe-se que as mulheres pobres trabalham em busca da sobrevivência, mas isso não significa que não possam conseguir, dessa forma, determinado grau de emancipação.

A falta de emprego, o trabalho informal ou as más condições e baixos salários do trabalho formal, que fazem parte da vida dessas mulheres, são consequências, sobretudo, da baixa escolaridade e da precária qualificação das mesmas. Além disso, as desigualdades entre

²⁷⁴MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de família: Entre a sobrevivência e a autonomia ao Santo Ofício. *Fragmentos de Cultura*. v.12.n.06. nov/dez. 2002. p. 1092.

²⁷⁵MACÊDO, Marcia S. Gênero, família e chefia feminina: algumas questões para pensar. In: BORGES, Ângela; CASTRO, Mary Garcia. (org.). *Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 162.

²⁷⁶MENDES, Mary Alves. Op. Cit. p. 1089.

homens e mulheres, bem marcadas na vida destas mulheres pobres, dificultam ainda mais a colocação das mesmas no mercado de trabalho, além de sua emancipação. Para aquelas que assumem a chefia de suas famílias, os efeitos dessas desigualdades tendem a ser duplicados. As condições de vida das mulheres chefes de família parecem ser, em geral, piores que as das mulheres trabalhadoras que não exercem chefia familiar.

Segundo a socióloga Luiza M. Santos Carvalho:

independentemente dos fatores regionais, as principais razões dos maiores índices de pobreza de domicílios chefiados por mulheres são: (1) uma maior taxa de dependência resultante da baixa participação dos pais no sustento dos filhos e mesmo da ausência destes do domicílio e (2) a média mais baixa de salários do principal trabalhador remunerado, neste caso, a mãe [...]. Além dos efeitos provenientes da discriminação de gênero sofrida pela mulher no mercado de trabalho, fatores específicos relacionados à chefia feminina – tais como restrições de tempo e mobilidade e preconceito contra as mulheres que chefiam seus próprios domicílios – contribuem para a formação de um contexto desfavorável.²⁷⁷

Neste sentido, vários trabalhos nas áreas das ciências humanas e sociais têm evidenciado as famílias chefiadas por mulheres na contemporaneidade e percebido, através de métodos quantitativos e qualitativos, a condição de pobreza da maioria das famílias que vivencia este arranjo familiar. No entanto, é necessário levarmos em consideração uma das questões muito bem colocadas por Mary Alves Mendes em sua crítica ao conceito de “feminização da pobreza”. Essa perspectiva, na maioria das vezes, oferece uma análise simplificada e, além de desconsiderar importantes fatores das relações de gênero, como a desvantagem feminina no mercado de trabalho e a adoção de uma dupla jornada de trabalho pelas mulheres, também desconsidera importantes indicadores de bem-estar familiar, já que pesquisas mostram que a maior parte do rendimento das mulheres chefes de família é destinado à manutenção do lar. Segundo a socióloga Luiza Santos Carvalho, “evidências empíricas demonstram que, quando a mulher trabalha, os domicílios sobrevivem melhor, demonstrando que enquanto um bom nível dos rendimentos femininos reflete-se diretamente no bem estar familiar, rendimentos masculinos podem não estar diretamente associados a este [sic]”.²⁷⁸ Uma outra questão bastante marcante entre as famílias chefiadas por mulheres pobres é o fato de que estas, mesmo assumindo postos no mercado de trabalho e a chefia de suas famílias, com a presença de um companheiro ou não, continuam assumindo, quase

²⁷⁷CARVALHO, Luiza M. S. Santos. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. *Revista de Estudos Feministas*. Vol. 06. N. 01/98. p. 07. Disponível em < [www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewPDFIntersrital/...](http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewPDFIntersrital/)> Acesso em 13.Nov.09.

²⁷⁸CARVALHO. Op. Cit. p. 05.

exclusivamente o trabalho doméstico não remunerado e as tarefas de cuidado de filhos/as, idosos/as e parentes adoentados, como afirmou a historiadora Michelle Perrot, “o caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona-de-casa”.²⁷⁹ Essas mulheres, portanto, são responsáveis, além da função de *prover* também pela de *cuidar*.

Essa situação de dupla ou tripla jornada de trabalho parece colaborar substancialmente para o agravamento das desigualdades de gênero que levam à vivência pobre da maioria das famílias sob chefia feminina. Assumindo os serviços domésticos, as mulheres têm menos tempo para dedicarem-se ao trabalho remunerado, e, pelo mesmo motivo, são impossibilitadas de estudar e se especializarem. Além desses fatores, o trabalho doméstico, essencial para a sobrevivência familiar, mas pouco valorizado, consome o tempo feminino, levando à falta de atividades de lazer e cuidados com a saúde. Estas questões foram fortemente percebidas na vida das mulheres chefes de família de Joinville, que em função da situação de pobreza recorrem, como já vimos, à assistência, especialmente de parentes, amigos e vizinhos – a partir das redes de solidariedade – e de órgãos não governamentais e governamentais, mantidos pelas esferas municipal, estadual ou federal.

A partir das memórias das mulheres entrevistadas - algumas das quais atendidas já há alguns anos por programas assistenciais – e das histórias descobertas nos documentos da Secretaria de Bem Estar Social, foram perceptíveis algumas permanências nas políticas sociais do Estado, dos anos de 1997 a 2009. Da mesma forma, porém, pode-se perceber significativas mudanças, especialmente a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003 que, como já vimos, criou o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, e implementou novas políticas de caráter social.

Apesar das políticas de transferência de renda terem sido iniciadas pela gestão de Fernando Henrique Cardoso, FHC - a partir de uma política neoliberal, tendo em vista os interesses econômicos destas medidas - o “governo Lula” expandiu sobremaneira esta atuação, alcançando um número muito maior de famílias, especialmente com a criação do Bolsa Família, em 2004, que faz parte de uma política maior, denominada Fome Zero. Segundo dados oficiais, divulgados em 2009, o Bolsa Família, atendia, até aquela data mais de 11 milhões de famílias em todos os municípios brasileiro.²⁸⁰ Nenhuma das mulheres entrevistadas participava de algum programa de transferência de renda antes da

²⁷⁹PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 114-115.

²⁸⁰Retirado de: BRASL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fomes. *Programa Bolsa Família*. Disponível em< www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/principais-resultados> 25.Nov.09.

implementação do chamado Bolsa Família. No momento da entrevista, entretanto, das seis mulheres, apenas uma não recebia este benefício. Da mesma forma, entre os Levantamentos Sócio Econômicos da SBES entre 1997 e 2002, encontrei apenas um registro que fazia menção ao Programa Bolsa Escola, adotado no governo FHC.

As mulheres atendidas nos Centros de Referência em Assistência Social de Joinville, recebem, no órgão - dentre outros auxílios - encaminhamentos com relação ao Programa Bolsa Família e Cestas Básicas, além de serem oferecidos, na instituição, reuniões e cursos, ministrados por psicólogas, assistentes sociais e voluntárias/os - com temas que variam entre Cidadania e Direitos Humanos ou trabalhistas e também que abordem o tema da geração de emprego e renda, com atividades manuais – como o Programa Girassol, existente nos CRAS de Joinville. Estas reuniões são, geralmente, divididas em grupos, conforme a idade e situação familiar/social das/os participantes.

Tais reuniões, organizadas nos CRAS de Joinville – que seguem os pressupostos e determinações do PNAS - não parecem ser muito visadas pelas mulheres chefes de família que usufruem dos serviços da instituição, pelo menos não para aquelas em idade produtiva, que trabalham fora e dentro de casa e ainda dedicam-se ao cuidado dos filhos. Nas diversas vezes em que visitei o CRAS e presenciei os atendimentos ou mesmo as reuniões que ocorriam na instituição, ficou claro que há um esforço dos/as técnicos/as em oferecer para essas usuárias/os e famílias um atendimento diversificado e educativo, abordando junto à população questões relevantes para ela, ou mesmo oferecendo atendimento psicológico para as usuárias/os. No entanto, apesar dessa nova preocupação das políticas de assistência social, propiciadas pela implementação do PNAS - que prevê atividades que possibilitem uma ascensão social às famílias assistidas pelo Estado – na prática, estas medidas não alcançam a maioria das mulheres chefes de família, para quem o tempo deve ser muito bem aproveitado para garantir a sobrevivência dos seus.

Em alguns dos CRAS que visitei, tive a oportunidade de presenciar o atendimento de algumas mulheres. Nesta experiência etnográfica, pude perceber que, para a maioria destas mulheres, o tempo é algo extremamente precioso. Portanto, a espera, de trinta e sessenta minutos, pelo atendimento de uma assistente social ou psicóloga, só acontece porque é o meio com o qual elas conseguem garantir a alimentação da família, a partir das cestas básicas que recebem. Nos chamados “grupos”, era visível a aflição das mesmas, por estarem atrasadas para o trabalho ou para as tarefas domésticas. Muitas mulheres comentavam que haviam

chegado ao CRAS pela manhã e, perto do meio-dia, ainda não haviam sido atendidas. Dessa forma, estavam preocupadas com a preparação do almoço e o cuidado dos filhos – isso quando não levavam consigo as crianças menores, o que consistia em grande parte dos casos.

Frente à situação das mulheres pobres chefes de família que são responsáveis não só pela provisão familiar, mas também pelas tarefas de cuidado, é difícil pensar em sua participação voluntária em grupos ou cursos oferecidos pelas instituições – que primeiramente visam seguir um calendário de determinações impostas pelas determinações da política nacional e por isso nem sempre conseguem os resultados esperados. Como estratégia, nos Centros de Referência em Assistência Social, algumas das reuniões ou dos “grupos”, são realizados nos dias em que as mulheres – a maioria dos atendimentos, segundo as funcionárias das instituições - e homens, vêm buscar suas cestas básicas ou outros benefícios junto ao CRAS, o que as/os leva a participar das atividades.

É um paradoxo que esta nova política social que está, em parte, sendo efetivamente realizada, sobretudo com os CRAS, tenha ainda tantas deficiências que parecem primárias e que eclipsam aquelas outras conquistas. A principal deficiência que parece dificultar o sucesso dessa nova política é a falta de programas ou políticas sociais de cuidado – que abrangeria, de diferentes formas, grupos como: crianças, idosos e doentes – além de políticas públicas de gênero, voltadas a perceber as diferenças entre homens e mulheres nas camadas pobres e atender efetivamente as demandas dessas pessoas.

A dupla jornada de trabalho das mulheres chefes de família e a sua responsabilização pelas tarefas de cuidado é uma situação presente em todo o período estudado por essa pesquisa, perceptível nas fontes documentais: os Levantamentos Sócio Econômicos da SBES de 1997 a 2002 - antes da existência do CRAS - e nas entrevistas orais, realizadas com mulheres atendidas nos CRAS, no ano de 2009. Este fato ajuda a perceber que, mesmo após as reformas nas políticas assistenciais, tais como a criação do MDS e a promulgação da PNAS, além da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a falta de políticas de cuidado – principalmente na abertura de Creches públicas e gratuitas – são, ainda no século XXI, um dos principais desafios à emancipação feminina e à equidade de gênero, e atinge massivamente as mulheres pobres.

A entrevistada Patrícia foi uma das mulheres que relatou ter que contar com a ajuda de vizinhos e parentes ou mesmo da filha de 10 anos, como vimos no capítulo anterior, para cuidar de seu bebê e assim poder trabalhar fora de casa. Segundo ela, “Não consigo creche.

No caso, aqui o único que tem [creche] é esse aqui da esquina, só que não tem vaga. No caso se eu quiser, eu pago!”²⁸¹ Questionada sobre as demais opções para educação infantil e maternal existentes na região em que mora, Patrícia expressou em sua fala o que me foi dito de outras formas por várias mulheres entrevistadas: sem um serviço público e gratuito de abrangência, é necessário pagar. Para ela, “tem várias creches aqui no Paraíso só que tudo pago! Então, adianta botar num lugar... Eu não tenho nem, bem dizer, pra comer, vou pagar pra...”²⁸²

A educação de crianças dos 06 aos 14 anos é obrigatória, no Brasil e garantida por lei. Essa foi a conquista de um movimento mundial de valorização da infância, no qual o trabalho infantil, como vimos, passou a ser fortemente combatido, especialmente no decorrer da década de 1990. Dessa forma, as crianças a partir de 06 anos, que já não aspiram muitos cuidados - mas que em outros períodos históricos constituíam importante força de trabalho auxiliando na renda das famílias pobres - no século XXI, em grande número, frequentam obrigatoriamente a escola, especialmente depois da implementação das políticas compensatórias, como o Bolsa Família, e muitas deixam de ocupar postos de trabalho. No entanto, a realidade das famílias pobres, notadamente as chefiadas por mulheres, leva à necessidade do trabalho infantil no ambiente doméstico, sobretudo quando se trata de meninas, já que, historicamente, os cuidados com a casa são uma tarefa feminina. Observamos então a reprodução de uma prática em que as moças geralmente têm histórias de vida muito parecidas com as de suas mães.

Apesar de muitas vezes as mulheres contarem com a ajuda imprescindível das filhas mais velhas nos cuidados da casa e das crianças, as responsabilidades e os principais cuidados sobre todos os filhos e filhas são tarefas da mãe. Essa realidade, como já comentamos, limita a formação escolar e profissional, as oportunidades de trabalho – geralmente de baixa remuneração, informalidade e com cargos que reproduzem a desigualdade de gênero – e mesmo a qualidade de vida dessas mulheres.

Além dos cuidados com os filhos, cabe às mulheres o cuidado de parentes doentes e idosos/as. Essa parece ser uma questão de geração, já que se mostrou presente na vida de mulheres já aposentadas, atendidas pela Secretaria de Bem Estar Social, até o ano de 2002. Em um caso atendido na SBES em 25 de junho de 1997, Vânia solicitava alimentos, “pois

²⁸¹PATRÍCIA. Op. Cit.

²⁸²PATRÍCIA. Op. Cit.

cuida de sua mãe e de quatro netos que a mãe (sua filha) deixou com ela”.²⁸³ O panorama mais comum quando analisamos os casos das mulheres chefes de família já aposentadas, com filhos e filhas casados/as e com netos/as, é o da presença dos/as filhos/as casados/as com seus companheiros/as, que em função de desemprego ou situação de vulnerabilidade familiar transferem-se para a casa da mãe ou sogra, geralmente viúvas, e sobrevivem com sua aposentadoria, além da importante tarefa que estas podem assumir, como mães e avós: as tarefas de cuidado.

Em 27 de janeiro de 2000, um homem procurou a SBES afirmando que “está desempregado. A companheira trabalha como manicure, mas este mês o movimento está fraco. A mãe é aposentada. Estão vivendo com a aposentadoria da mãe. Ele está procurando trabalho”.²⁸⁴ A mesma história se repete em diferentes famílias, sobretudo nos anos de 2000 e 2001. Em 28 de junho de 2000, Mário procurou a SBES afirmando que “há mais ou menos 2 meses encontra-se desempregado. Não encontra nenhum tipo de trabalho e o casal possui uma filha de apenas quatro meses. Estão vivendo com a sogra e sendo ajudados por ela, que é aposentada”.²⁸⁵ Da mesma forma, em 14 de março de 2000, Olívia procurou a SBES afirmando que “mora com os sogros. A sogra tem uma barraca em frente de casa, faz salgadinhos para vender. O marido está desempregado, ela também. A sogra é quem está ajudando”.²⁸⁶

Diante da omissão histórica do Estado frente os direitos sociais das/os cidadãs/ãos, cabe às famílias a responsabilidade quase total pela sobrevivência de seus membros. Nesse aspecto, as mulheres, como já vimos, e, em grande número, as mais idosas, agem como “âncoras” garantindo a sobrevivência da família. A socióloga Alda Britto da Motta afirma que, na contemporaneidade, as novas configurações nos ciclos de vida - que ampliam as alternativas de vivências, a partir, sobretudo, do desenvolvimento das ciências médicas - fazem com que distintas gerações coexistam nas famílias de forma muito mais duradoura do que em qualquer outro período da História. Nesta perspectiva, é imprescindível atentarmos para a importância social dos idosos na manutenção familiar, especialmente as mulheres, que, segundo a pesquisadora, assumem em maior número a chefia da casa/ família, se comparado

²⁸³ Levantamento Sócio – Econômico - 25/06/1997. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

²⁸⁴ Levantamento Sócio – Econômico - 27/01/2000. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

²⁸⁵ Levantamento Sócio – Econômico - 28/06/2000. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

²⁸⁶ Levantamento Sócio – Econômico - 14/03/2000. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

aos homens, também idosos. Segundo Alda Britto Motta, os recursos que provêm das/os idosas/os, parques, mas que muitas vezes mantêm suas famílias:

são provenientes principalmente de políticas sociais anteriores e crescentemente questionadas, aposentadorias e pensões, que, se somadas às habilidades das mulheres no trabalho doméstico e à quase costumeira propriedade de uma casa (resquício de uma época em que os financiamentos imobiliários eram condicionados aos níveis salariais e, portanto, possíveis), dão aos idosos essa particular e especial condição de provedores; empenhados ainda na reprodução da vida cotidiana apoiando e/ou sustentando muitos dos mais jovens com filhos de várias idades e condições laborais, retornando à casa paterna/materna ou reaproximando-se espacialmente premidos pela necessidade.²⁸⁷

A negligência do Estado frente à família e aos jovens, com relação às políticas sociais, parece ser uma das causas dessa situação vivida pelas mulheres idosas, que além de sustentarem financeiramente a família extensa, com os baixos valores das aposentadorias e pensões, também são responsabilizadas pelas tarefas de cuidado, o que mantém as desigualdades históricas entre homens e mulheres. Um outro motivo que faz com que filhos/filhas retornem à casa materna e que torna mães, já idosas e sozinhas, eternas responsáveis pelos filhos/as ou mesmo netos/as, é a presença de problemas de saúde entre os membros da família. Esse é o caso de uma senhora, cujo filho procurou a SBES em 22 de junho de 2001, afirmando que “está desempregado há mais de 5 anos, mora com sua mãe de 73 anos em casa alugada. Ele tem problemas no sistema nervoso, toma medicamentos diários. Se mantém com a renda da mãe, que é aposentada”.²⁸⁸

A presença de problemas de saúde é uma constante na vida de muitas mulheres chefes de família atendidas na Secretaria de Bem Estar Social de Joinville, das mais variadas gerações. Os problemas de saúde pelos quais passam os companheiros, filhos/as ou as próprias mulheres, dificultam ainda mais sua saída da condição de pobreza e as tornam mais dependentes da assistência do Estado. Têm-se aí mais um paradoxo nas políticas públicas contemporâneas: ao mesmo tempo em que as mulheres e suas famílias são assistidas pelo Estado, a partir da “clássica” distribuição de cestas básicas e dos mais recentes programas sociais, que teoricamente visam possibilitar a ascensão social e a independência às mesmas - tal como o Bolsa Família - a falta de uma política de saúde pública eficiente faz com que a dependência da assistência social seja indispensável para a sobrevivência dessas famílias que

²⁸⁷MOTTA, Alda Britto. Família e gerações: atuação dos idosos hoje. BORGES, Ângela; CASTRO, Mary Garcia. (org.). *Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2007, p.117.

²⁸⁸Levantamento Sócio – Econômico - 22/06/2001. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

possuem membros adoentados.

Nas fontes documentais da Secretaria de Bem Estar Social, a questão da doença, seja de filhos/as ou parentes e, principalmente, de companheiros, é bastante presente na vida das mulheres chefes de família e muitas acabam assumindo a chefia familiar por esse motivo. Em 25 de junho de 2001, Marcel solicitou óculos de grau à SBES, pois

[...] está com dificuldades financeiras, desempregado, devido a problemas na vista e problemas de saúde. A renda provém da esposa, que faz chinelos para vender. A renda da família é de R\$ 120,00, moram com o casal, um filho de 47 anos, que tem epilepsia e está desempregado. O usuário está procurando emprego e este toma medicação contínua para tratamento da coluna.²⁸⁹

Frente aos problemas de saúde dos homens, cabe às companheiras, mães e avós – mesmo que nunca tenham trabalhado fora de casa - o sustento familiar, além dos cuidados com relação aos doentes. Olívia esteve na SBES em 21 de junho de 1998 procurando auxílio, já que o esposo, que antes sustentava a casa, estava doente e por isso a família passava dificuldades. Olívia afirmou que o marido, pescador, “está com problemas de saúde e em função disto não consegue tirar o sustento da pesca. Comenta que estava pescando, mas com o frio o camarão some”.²⁹⁰ Diante da impossibilidade produtiva do esposo, Olívia assume seu trabalho, além de continuar dedicando-se às suas tarefas antigas. Em 15 de setembro de 1998 retorna à Secretaria afirmando que “está mantendo a família com a pescaria e cuidando do esposo, que continua doente”.²⁹¹ Uma história mais peculiar é a de Alva, que teve seu atendimento na SBES registrado em 14 de janeiro de 2000. A usuária afirmou que ela e o companheiro, que era caminhoneiro, “tinham uma vida estável que foi desequilibrada pela doença dele”. Além disso, “ele bebia, jogava e tinha outras mulheres. Esse foi outro motivo para o desequilíbrio familiar”. Frente essa nova realidade em que “o marido da usuária tem cálculo na bexiga e problema de próstata [...] toma vários medicamentos”, Alva teve que começar a trabalhar remuneradamente, “costura, faz salgadinhos, capina e passa roupa para fora”. Além disso, tem que cuidar do marido que, segundo o relato da psicóloga “é uma pessoa nervosa e impertinente”. Tudo isso apesar de Alva também ser uma pessoa doente, o que pode dificultar mais as atividades que tem que desenvolver, como mulher chefe de

²⁸⁹ Levantamento Sócio – Econômico - 25/06/2001. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

²⁹⁰ Levantamento Sócio – Econômico - 15/09/1998. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

²⁹¹ Levantamento Sócio – Econômico - 15/09/1998. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

família. “Ela fez histerectomia (tirou o útero) e tem dor nos ossos”.²⁹²

A partir destes relatos é possível perceber o considerável número de mulheres que assumiram a chefia de suas famílias – mesmo com a presença do cônjuge – após o companheiro ter adoecido e ficar impossibilitado para o trabalho. Outro caso semelhante foi o de Tamires, relatado no capítulo anterior, que passou a assumir sozinha a chefia familiar após um acidente sofrido pelo marido, que o impossibilitou para o trabalho. Tamires é um caso exemplar para tratarmos a questão da chefia feminina na contemporaneidade. Antes do companheiro adoecer, esta dividia com o homem as despesas da casa. Todavia, afirmava que era ele o “cabeça da casa”, porque era quem tomava as principais decisões, muitas vezes, sem consultá-la:

porque antes, às vezes, ele ia comprar alguma coisa, às vezes nem comunicava comigo, quando eu via já tinha comprado já tava chegando em casa, que nem quando ele comprou o terreno aqui, quando eu vim ele já tinha acertado tudo, só me trouxe pra ver... aí quando eu fiquei sabendo já tinha fechado tudo só me levou pra assinar... no começo eu até fiquei triste porque era... não conhecia o lugar,né? [...] mas como ele era o cabeça da casa, então tinha que às vezes concordar...²⁹³

Após o acidente do marido, no entanto, Tamires afirmou que se considera a chefe da família, pois, além do dinheiro para o sustento da mesma vir exclusivamente do seu trabalho, é ela quem tomava a maioria das decisões relacionadas à casa. Segundo ela,

ser chefe de família é ter as coisas em dia, pagar as contas...comprar as coisas... ver o que mais precisa... quando ele trabalhava não precisava eu pedir, né, ele já ia lá e trazia, então a mesma coisa eu. Ele não precisa chegar “Ah, tá faltando”, eu vejo o que tá faltando já vou lá e compro. ²⁹⁴

Essa situação, porém, não parece ser confortável para ela e para o marido. Segundo Tamires, voltar para o trabalho é impossível para o homem, devido ao grave acidente. Dessa forma, a família lutava na justiça pelo seu direito de aposentadoria por invalidez, pois a mulher, além de, com seu baixo salário, não conseguir sustentar a família sozinha, também não pode comprar os remédios e pagar o tratamento de saúde, imprescindíveis para a recuperação do marido, uma vez que não eram oferecidos pelo Sistema Único de Saúde -SUS.

²⁹² Levantamento Sócio – Econômico - 14/01/2000. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

²⁹³ TAMIRES, Op. Cit.

²⁹⁴ TAMIRES. Op. Cit.

Nesse sentido, mais um paradoxo, o Estado oferece à família algumas cestas básicas – sendo que esta sobrevive principalmente acionando suas redes de ajuda entre amigos e vizinhos – ao mesmo tempo em que impede que o trabalhador, impossibilitado de exercer qualquer atividade, se aposente. Para completar, o Estado não subsidia o tratamento de saúde necessário para sua melhora e assim, ajuda a manter a família cada vez mais próxima da pobreza e vulnerabilidade.

Entre as 06 mulheres entrevistadas para esta pesquisa, apenas 02 não relataram a existência de problemas de saúde entre os membros da família. As doenças e a frequência a hospitais e postos de saúde públicos é uma realidade cotidiana entre as demais. Para Patrícia, por exemplo, que, no momento da entrevista passava por um problema de saúde e que, além disso, tinha um filho com problemas neurológicos, a realidade do SUS fazia parte de sua rotina – com consultas, exames e espera, muita espera. A doença que Patrícia descobriu há poucos meses – um cisto na região abdominal – vinha prejudicando sua capacidade produtiva. Segundo ela, devido a doença,

eu estou mais parada, porque eu sinto muita dor na minha barriga, eu não posso andar muito.... Até ando, até me esforço o dia inteiro, quando chega de noite eu tenho que tomar o paracetamol e deitar, e ficar. Porque dói demais, até eu tô tomando o remédio, agora, amanhã... amanhã é quinta, né? Eu tenho uma ultrassom pra bater, pra ver como tá... Pra ver o que eu posso fazer, né?²⁹⁵

Patrícia falou sobre o atendimento no SUS - nos hospitais, postos de saúde e Pronto Atendimento – PA, existentes na cidade. A ausência de médicos, a longa espera por atendimento e exames e a falta de medicamentos, segundo Patrícia, são situações rotineiras pelas quais passam quem depende da saúde pública. Ao narrar o primeiro dia em que procurou um hospital em função de sua doença, pois sentia muita dor e estava com a barriga inchada, pode-se perceber as “provações” pelas quais passam a maioria dos pacientes do Sistema Único de Saúde. No primeiro hospital que procurou, localizado em um bairro bastante distante de onde mora, não havia médicos disponíveis. A partir deste fato sucederam outros problemas:

Aí no dia não tinha médico lá no Regional, né? Aí fui eu lá para o PA[Pronto Atendimento] Norte, [...] Aí mandaram eu ir lá no São José... aí lá no São José, depois de muito tempo de espera, me atenderam. [...] Aí eu tinha que operar, só que sabe, né? SUS, nunca tem médico na hora pra te operar...²⁹⁶

²⁹⁵PATRÍCIA. Op. Cit.

²⁹⁶PATRÍCIA. Op. Cit.

No caso de Patrícia, assim como de tantas outras mulheres, a doença e as dificuldades de tratá-la, por não usufruir de um sistema de saúde eficiente, tornam-se grandes empecilhos na tarefa de chefiar uma família.

Eu queria tirar [o cisto] porque eu não aguento mais de dor... É um sofrimento, que olha, não desejo para ninguém, sinceramente. Tem dia mesmo, tem dia que eu acordo... “ôh, hoje eu não tô com dor”, mas se eu chegar em casa e lavar uma roupa, ou andar de bicicleta... posso chegar, deitar e ficar... pelo menos uma hora... Aí tem a menina de um ano e um mês que não pode me ver porque quer vir pra cima de mim, quer colo.²⁹⁷

pode-se perceber que esta dependência de ações assistenciais em que vivem muitas das mulheres chefes de família, mesmo sendo, de certa forma, combatida pelas novas políticas sociais, ainda é existente e, mais que isso, segue ancorada nas próprias práticas do Estado. A atuação insatisfatória da saúde pública e da previdência social, a falta de políticas de cuidado e o não investimento em outras políticas que atuem efetivamente nas desigualdades de gênero, faz com que as iniciativas que efetivamente têm bons resultados, tal como, os programas de transferência de renda, não surtam efeito no sentido de propiciar à emancipação e a ascensão social a essas mulheres, mas apenas ajudam-nas na sobrevivência das pessoas que compõe a família.

O caso de Maria é exemplar para refletirmos acerca do caráter tutelar assumido muitas vezes pelas políticas estatais. A entrevistada - assim como tantas outras - apesar do trabalho fora e dentro de casa, só consegue manter a família com uma série de recursos assistenciais de instituições estatais e não estatais. Do CRAS, a entrevistada recebe cestas básicas, além de auferir uma quantidade mensal de dinheiro do programa Bolsa Família. Maria planeja, com esses recursos, toda a sua rotina doméstica, que conta também com o auxílio de uma Igreja evangélica, como vimos, localizada no bairro e que oferece refeições para seus filhos, no período noturno. Apesar de dedicar-se bastante ao trabalho remunerado - as últimas atividades que Maria exerceu eram ligadas à reciclagem (como “catadora”) e a fabricação artesanal de produtos de limpeza - o dinheiro que Maria recebia, seja na venda de materiais recicláveis, seja na venda de produtos de limpeza, não conseguia suprir as necessidades dela e dos filhos, que dependiam exclusivamente da mulher. Ao relatar sobre sua rotina e sobre os gastos que tem, sobretudo com alimentação, a entrevistada afirmou que os benefícios do

²⁹⁷PATRÍCIA. Op. Cit.

Bolsa Família e a Cesta Básica são imprescindíveis para a família:

[O leite] eu compro de uma mulher [...] Ela traz dois litros de leite, eu pago trinta reais por mês. Então, com o dinheiro do bolsa família também ajuda a pagar a mulher do leite [...] porque na cesta não vem leite... aí tem que comprar. Daí eu compro da mulher, e vem dia sim, dia não. Então ontem não veio, hoje vem. Eu pago trinta reais por mês, tá um real por litro... eu já peço dois litros, porque, sabe, né? Os pequenos toma, né? Daí toma o piázinho de nove anos, também quer tomar um cafézinho com leite, né? Eu já faço um bule, já encho... já boto cafézinho ali e eles se servem. E a menina [uma de suas filhas, portadora de síndrome de down] gosta da bolachinha dela, ela gosta do... “Mucilom”, né? Tem vezes que a gente não tem condições de comprar, né? Quando faço uma venda boa eu compro... Ela gosta muito de “Mucilom” e aveia também, muito bom, né, pra ela fortalecer... Boto no leite, né? Faz aquele mingauzinho... e assim vai indo...²⁹⁸

Maria não fez nenhum tipo de reclamação com relação aos serviços prestados pelo CRAS ou pela Secretaria de Bem Estar Social, além disso, não precisou há quanto tempo vem recebendo tais auxílios, porém, parece ter certa intimidade com os trâmites de tais instituições e programas - que ela chama inclusive de “Ação Social”, uma nomenclatura antiga, que foi substituída por “Assistência Social” há alguns anos - e pela sua história de vida pode-se perceber que faz uso das políticas assistenciais há bastante tempo, principalmente a partir do período em que ficou sozinha, sem companheiro, e tornou-se chefe de família. Maria, inclusive, afirma que prefere recorrer ao auxílio de programas assistenciais públicos e estatais do que pedir ajuda a vizinhos ou parentes, a quem, segundo ela, teria de dar explicações ou dever favores.

Apesar das críticas às relações com os vizinhos, como vimos no trecho citado à página 43, Maria está inserida em uma rede social na qual não deixa de pedir e oferecer auxílio quando necessário. No entanto, as regras de atuação nessa rede, baseada na troca e mutualidade, nem sempre são cumpridas e, nesse sentido, é melhor recorrer à assistência estatal. O Estado, no entanto, possui um aparato muito maior de vigilância e controle das famílias que usufruem de sua assistência. Ao mesmo tempo em que há vigilância nas redes que se articulam entre vizinhos e parentes, como narra Maria – a partir do episódio em que ela afirma observar que a vizinha, mesmo devendo a ela alimentos, fazia compras constantemente no supermercado e continuava sem pagá-la – o Estado tem mecanismos que também assumem essa função, tais como os próprios órgãos assistenciais, com os longos Levantamentos Sócio-Econômicos dos indivíduos e das famílias, as conversas regulares com os/as usuários/as e as

²⁹⁸MARIA. Op. Cit.

visitas constantes aos domicílios, efetuadas por especialistas, assistentes sociais e psicólogas.

Nessa vigilância constante às famílias pobres, que visa a normalização dos comportamentos, os Conselhos Tutelares e a escola parecem ter papel muito importante, como é visível no relato de Maria, que, ao reportar-me a preocupação com o envolvimento do filho com cigarro e drogas, afirmou que essa era uma cobrança feita na escola do garoto, pela professora: “eu que nunca peguei ele fumando, o coleguinha dele eu já peguei fumando. Por isso que eu corrijo muito, sabe? A professora até me chamou atenção: 'É bom que a senhora fique de vigia' [sic]”.²⁹⁹ Da mesma forma, em outro trecho da entrevista, Maria afirma que é chamada constantemente na escola e lá é aconselhada a vigiar e controlar os comportamentos dos filhos:

Aquele momento que você tá sendo chamada no colégio...a minha menina tá fazendo “Aceleração”, mas às vezes ela não tá vigiando, entende, o que a professora tá passando no quadro. Eles gostam de uma baguncinha dentro da aula, ou às vezes nem vai participar... aí a professora já manda comparecer lá, eu tenho que ir, né?

Segundo Michel Foucault³⁰⁰, a escola é um importante mecanismo de controle que parte do autodisciplinamento dos estudantes visando colocá-los na posição de vigilância de si mesmos e dos outros. Já os especialistas, psicólogos e assistentes sociais - os trabalhadores sociais - são os técnicos da disciplina, que a partir de seu saber, são encarregados de estudar minuciosamente as famílias assistidas pelo Estado e orientá-las no sentido da normalização.

Jacques Donzelot mostra como, no final do século XIX, surgiram as profissões ligadas ao trabalho social que agem como apêndices nos aparelhos judiciário, assistencial e educativo e têm um alvo privilegiado dentro das famílias: a infância, principalmente a “infância perigosa”, aquela que pode entregar-se à delinquência. Segundo Donzelot, a partir dessa política, que pretende reduzir a atuação do judiciário, agindo de maneira educativa:

Se instaurará uma infra-estrutura de prevenção, iniciando-se uma ação educativa que possa, oportunamente, retê-lo [objeto das ações] aquém do delito. Objeto de intervenção ele será, ao mesmo tempo, e por sua vez, objeto de saber. Estudar-se-á com refinamento o clima familiar, o contexto social que faz com que determinada criança se transforme numa criança “de risco”.³⁰¹

A família pobre, historicamente alvo das intervenções do Estado e das elites, que visavam a normalização de seus indivíduos – mulheres, homens e crianças – continua sendo

²⁹⁹MARIA. Op. Cit.

³⁰⁰FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

³⁰¹DONZELOT, Jacques. Op. Cit. p. 92.

visada pelos diversos mecanismos do Estado. Exemplos dessa atuação, como vimos, são os Conselhos Tutelares, que passaram a existir, no Brasil, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990. Estes são órgãos municipais formados por cinco membros eleitos pela comunidade em que o Conselho atuará. Tal órgão tem como “missão” zelar pelos direitos das crianças e adolescentes e para isso, acompanha e mantém sob vigilância as famílias e seus filhos, trabalhando, muitas vezes, em associação com escolas e Secretarias de Bem Estar Social e encaminhando às autoridades judiciárias as famílias em que for constatado algum tipo de violação aos direitos previstos no ECA.³⁰²

Entre as famílias pobres, as práticas do Conselho Tutelar são bastante conhecidas, principalmente quando se trata da perda ou suspensão do “poder familiar”, quando os filhos/as são retirados/as de casa. Maria, assim como todas as outras mulheres entrevistadas, procurou ressaltar, durante nossa conversa, que era uma boa mãe, preocupada com a educação e o futuro dos filhos. Após destacar sua atuação como mãe exemplar, me contou de um episódio em que membros do Conselho Tutelar estiveram em sua casa:

O Conselho Tutelar foi lá em casa, vou te contar porque... meu cachorro estava com bicho na orelha, lá em casa é difícil de entrar porque eu tenho cachorro bravo... eu tenho dois cachorrão bravo. Um é *hotweiler*, e esse *hotweiler* tava com a orelha machucada, e eu como não tava muito bem esperta, não sabia o que era o tal do roxo, aquele roxo para botar no machucado de cachorro... Aí teve uma denúncia anônima que disse que lá na minha casa tinha mosca varejeira, entende? Não sei quem foi o “nariz de folha” que foi lá me denunciar, entende? Aí a “Ação Social” teve lá fazendo visita, mas não era nada disso, não tinha nada de varejeira, tava tudo limpinho. Foi denúncia de gente que não tem o que fazer... o cachorro que tava machucado, ele sacudia a orelha... mas acho que era a mosca que tava sentando já, bicho ali.. aí eu fui corrigir, fui na agropecuária, comprei um vidro de remédio e passei. Melhorou [...] o Conselho Tutelar chegou lá e falou se era dentro de casa que tinha sujeira, né? Se eu era porca que não limpava, né? Eu disse, “Na minha casa nunca teve sujeira. Eu fui toda vida uma mulher que toda vida corrigindo... Nem que esteja um cisquinho no chão, mas uma hora a gente limpa”. E criança tu sabe que não pára, né?[sic].³⁰³

A partir das memórias de Maria é possível perceber que o Conselho Tutelar, no bairro em que mora, é um mecanismo de intervenção sempre presente. Frente ao menor deslize há a possibilidade de uma visita, que pode gerar, dependendo do caso, uma cobrança ou orientação de comportamento a ser seguido – como aconteceu no caso de Maria - ou até mesmo uma consequência mais grave - como acontece nos casos de trabalho infantil, crianças fora da

³⁰² *Conselhos Tutelares – Como funcionam – atribuições dos conselheiros*. Disponível em <<http://www.promenino.org.br/ConselhosTutelares/tabid/59/Default.aspx>> Acesso em 10.dez.09.

³⁰³ MARIA. Op. Cit.

escola ou violência doméstica - o encaminhamento ao Ministério Público, suspendendo o poder familiar e abrigando as crianças ou adolescentes. Segundo Maria,

Foi denúncia anônima, aí o Conselho Tutelar teve lá, a moça teve lá... fez visita e não tinha nada, tava tudo limpinho a minha casa, aí ela falou: “Não. Então a senhora trata de olhar o cachorro”, e naquilo, guria, comecei a cuidar do cachorro e coisa... e daí melhorou, sabe? Só que... talvez eu relaxei no cachorro, eu nem tinha visto que tava com a orelha machucada [...] eu vi que tava juntando mosca, até eu disse pra minha menina: “Vou olhar lá embaixo que o cachorro deve estar com alguma coisa”, aí foi onde me denunciaram, que eu tinha cachorro e não tava tendo cuidado. Agora eu cuido, e trato também, eu compro saco de ração... não vou mentir pra ti... as vezes eu não tenho condição mas “dá na louca” de eu vender um produto [...] esses dias me deu uma louca, fui e comprei um saco de ração lá pros dois cachorrão [...] Só que foi um descuido meu, só que agora eu tô tendo cuidado. E assim vai indo... só que cuidado sempre é bom, né, tu sabe que pessoas de fora, tem pessoas bicando, né? Tu olha uma coisa sempre tão bicando, né, é assim.³⁰⁴

A estratégia do Conselho Tutelar, da Assistência Social e da escola: antes de reprimir, educar, parece surtir algum efeito. Segundo Maria, ela percebeu que estava errada ao não cuidar do animal e tomou as providências sugeridas pelo Conselho Tutelar. Ao mesmo tempo, a relação entre as famílias pobres e os mecanismos de vigilância parece acontecer a partir da perspectiva de estratégia X táticas, pensada por Michel De Certeau. Da mesma forma que a estratégia de controle consegue normalizar determinados comportamentos, é, em grande medida, burlada pelas diversas táticas cotidianas, como, por exemplo, o trabalho de crianças no ambiente doméstico, ancoradas na necessidade de sobrevivência, não suprida pela assistência do Estado. Um outro fator que mostra essa relação entre a vigilância do Estado e a população assistida, é o fato do controle social ser, em grande parte, exercido pelo próprio vizinho, instruído para observar com atenção a si mesmo e ao outro.

Nesse contexto, são as famílias que têm como chefes as mulheres - durante muito tempo percebidas como “desestruturadas” ou “inestruturadas” - e que são, em sua maioria, as mais pobres entre os pobres, alvos privilegiados para os mecanismos de vigilância. Como vimos, historicamente, a vontade de normalização, que partia dos poderes públicos e das elites em direção às famílias pobres, teve como alvo principal as mulheres. Como lembra a historiadora Ivonete Pereira:

Sobre a mulher recai a responsabilidade de um futuro promissor da nação não apenas por suas funções geratrizes, mas também por ser ela o primeiro “agente” protetor e educativo da criança. Na medida em que crescia a responsabilidade da mulher em relação a quantidade e qualidade das pessoas que deveriam constituir o

³⁰⁴MARIA Op. Cit.

povo da nação moderna e civilizada que se almejava, era reforçada a imagem da maternidade como destino feminino; fato que justificava ações repressivas e profiláticas sobre as mulheres que não desempenhavam a contento suas funções de progenitoras, mães e educadoras dos futuros cidadãos do país.³⁰⁵

Vigiadas e educadas para serem mães e esposas exemplares, dedicando-se ao cuidado dos filhos, as mulheres pobres não seguiram em grande parte esse ideal. A necessidade do trabalho e as responsabilidades de quem chefia sozinha um lar impediram-nas de terem famílias dentro dos padrões nucleares, mesmo que almejassem tal modelo.

Como pode-se perceber a partir da história de Maria, a condição de vigilância do Estado sobre as famílias e as mulheres/mães pobres persiste. A PNAS, como vimos, determina uma série de medidas visando construir uma política de assistência social como direito das/os cidadã/oãs e dever do Estado, na qual se reconhece a diversidade de arranjos familiares existentes no Brasil. Mesmo que, historicamente, os direitos das/os cidadãs/os tenham caminhado, no sentido das políticas sociais e da assistência social, pode-se perceber que tais políticas se desenrolam principalmente pela atuação dos “agentes sociais”, visando a normalização. É nesse sentido que entram em cena programas sociais, tal como o Bolsa Família, cujo caráter é compensatório, no qual as mães - responsáveis pelo recebimento da Bolsa, junto aos Centros de Referência em Assistência Social - devem seguir algumas medidas para obter o benefício, entre elas, manter os filhos em idade escolar na escola e longe do trabalho, além de manter alguns cuidados com a saúde das crianças.

Os programas de complementação de renda familiar, percebidos durante bastante tempo com certa resistência por alguns governantes, eram uma reivindicação antiga de alguns grupos ligados à área do Serviço Social e Direitos Humanos, pois a partir deles as famílias supostamente conseguiriam certa autonomia. Em texto publicado em 1994, escrito pela assistente social Maria do Carmo Brant de Carvalho³⁰⁶, foram expostos uma série de reivindicações que faziam parte da luta política dos profissionais da área. Algumas destas reivindicações foram incluídas na política de assistência social a partir da criação da PNAS e do SUAS, em 2004. No entanto, analisando a implementação destas ações, pode-se perceber que existem algumas contradições que fazem com que muitas delas não cheguem aos resultados almejados. Maria Brant de Carvalho defendia, à época de seu texto, as políticas de

³⁰⁵PEREIRA, Ivonete. Não basta ser mãe, tem que ser higiênica e honesta. *Anais do VII Seminário Fazendo Gênero*. Outubro, 2006. p.6.

³⁰⁶CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A Priorização da Família na Agenda da Política Social. In: *Família Brasileira a Base de Tudo*. São Paulo: Cortez, 1994.

complementação de renda, ao mesmo tempo em que criticava severamente o caráter compensatório de determinadas políticas sociais, no que era seguida por outros profissionais do serviço social. Após a criação das políticas de implementação de renda, no entanto, especialmente a partir do Bolsa Família, fica claro um caráter compensatório em tais políticas naquilo que o Governo Federal chama de “condicionalidades” da concessão do benefício. A defesa dos profissionais também incluía a atuação de programas de geração de emprego e renda que, aliados às políticas de complementação de renda, romperiam com a cultura de tutela que permeava as políticas assistenciais. No entanto, mesmo com as medidas inovadoras adotadas pela PNAS, pode-se constatar que os programas de geração de emprego e renda, que deveriam agir em parceria com as políticas de complementação de renda, não atuam de forma eficiente, pelo menos entre as mulheres chefes de família de Joinville, uma vez que essas medidas, em parte, são anuladas pela falta de políticas essenciais para as mulheres trabalhadoras.

Ao analisarmos esse panorama, pode-se perceber que as políticas sociais apresentam algumas contradições: O Bolsa Família oferece renda às famílias para que consumam e movimentem a economia do país. Apesar de, juntamente com outras políticas do Estado, estar tirando muitas famílias da condição de pobreza, ao não ser aliado de forma eficiente a programas de geração de emprego e renda e a incentivos à educação de jovens e adultos - que propiciariam autonomia às famílias assistidas - continua, de certa forma, não proporcionando uma mudança do *status quo*. Dessa forma, como exposto, falta uma série de políticas que ajudem a diminuir as desigualdades de gênero e assim possibilitar efetivamente a ascensão social de inúmeras mulheres e suas famílias, que não conseguem sobreviver sem a assistência do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história não tende ou para a desgraça ou para sua felicidade. As mulheres são atrizes da história [...]Escrever sua história não é um meio de reparação, mas desejo de compreensão, de inteligibilidade global.

Michelle Perrot

No decorrer deste trabalho, ao longo dos três capítulos aqui apresentados, alguns pontos vieram à tona: as memórias e histórias de mulheres chefes de família moradoras da Joinville do tempo presente, suas vivências cotidianas, táticas de sobrevivência e relações com as políticas sociais. Muitas questões, no entanto, ficaram em aberto: Quais efetivamente são as mudanças e as permanências entre as famílias pobres brasileiras do início do século XX para o século XXI? Foram elas perceptíveis a partir das fontes documentais deste trabalho? Em que sentido as políticas sociais - mecanismos do Estado - contribuíram para essas mudanças? Em que medida as políticas sociais vêm caminhando na busca da equidade de gênero e emancipação feminina? Ao findar este trabalho, percebo a grandeza do que não foi abordado, além de outras tantas possibilidades de discussão que podem ser geradas a partir dele.

A temática e a temporalidade escolhidas tornaram a pesquisa desafiadora a cada momento: na busca por fontes, nas análises dos documentos escritos e das entrevistas orais, na tarefa de refletir sobre o tempo presente e, como feminista, sobre a situação das mulheres na contemporaneidade. Percebo, no entanto, que, apesar das deficiências, este trabalho permite um olhar bastante peculiar sobre o tempo presente, ao pensar as vivências cotidianas dos pobres e as políticas públicas voltadas para esse grupo social. Um olhar peculiar, sobretudo, porque trata-se de uma observação na qual procurei historicizar as diversas questões abordadas, afim de entendê-las de maneira mais densa, nem sempre consegui da

melhor forma, mas esse é um trabalho do qual podem derivar muitos outros. Roger Chartier, ao refletir sobre o fato de o/a historiador/a ser contemporâneo de seu objeto, defende que este é um elemento que enriquece ainda mais o exercício da história do presente, pois, “compartilhando com aqueles cuja história ele narra, as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais”, o historiador do presente torna-se “o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e dos homens e mulheres cuja História ele escreve”.³⁰⁷

Nesse sentido, procurei conhecer aqui algumas histórias de mulheres – a partir da perspectiva de relações de gênero - como afirma Perrot, num “desejo de compreensão”. Essas histórias me aproximaram de uma realidade que não era/é a minha, em primeiro lugar, pela condição econômica que torna, para mim, as coisas muito mais fáceis do que para elas. Em segundo lugar, a experiência da maternidade, que traz à vida de qualquer mulher tantas responsabilidades e tantas mudanças, não foi uma experiência vivenciada por mim. Essas são algumas das muitas diferenças que me separam dessas mulheres, além daquelas relacionadas à raça/etnia e idade/geração, que distanciam ainda mais nossas experiências. No momento em que tive contato com as fontes dessa pesquisa, no entanto, seja pelas histórias relatadas pela documentação escrita, mas, sobretudo, a partir das entrevistas orais, essas diferenças foram cada vez mais sendo minimizadas, apesar de jamais deixarem de existir.

No primeiro contato, no qual muitas das mulheres me tratavam como autoridade ao me chamarem de “doutora” - sem entenderem muito bem porque eu queria saber suas histórias - houve um distanciamento e até alguma desconfiança. Com o passar de minutos, no entanto, nossos medos – os meus, de jovem pesquisadora e os delas, de mulheres acostumadas a serem vigiadas e censuradas – foram razoavelmente reduzidos, na medida em que perceberam a intenção do trabalho e resolveram compartilhar comigo memórias e vivências, marcadas, no entanto, por ressentimentos, dores, esquecimentos e silêncios.

Dada a importância dessa experiência, creio que existem algumas questões que ainda precisam ser melhor abordadas nessa consideração final. Pode-se fazer uma reflexão maior, por exemplo, sobre as permanências e as mudanças com relação às práticas das famílias e mulheres pobres, em diversos períodos da história. Pude perceber que algumas das questões historicamente ligadas aos grupos “populares”, relatadas por tantas pesquisas aqui já citadas, permanecem, ainda no tempo presente, tais como: a diversidade dos arranjos familiares,

³⁰⁷ CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996, p. 216.

atualmente muito mais evidenciada; a recorrência desses grupos a redes de solidariedade e ajuda mútua, principalmente entre vizinhos e parentes; e, ressaltando ainda mais a questão do parentesco, as práticas como “circulação de crianças”, na qual os pequenos pertencentes aos grupos “populares” permanecem nas casas de avós e tias nos momentos de dificuldades dos pais.

Nas relações entre homens e mulheres pude também perceber muitas permanências. Grande parte das mulheres tornou-se chefe de família pela incapacidade de provisão de seus companheiros, ainda pior colocados no mercado de trabalho do que elas. Essas situações, como no Rio de Janeiro do início do século XX, pensado por Sidney Chalhoub e Rachel Soihet, levam ao consumo de bebidas alcoólicas por grande parte dos homens pobres e mais recentemente, à utilização das mais variadas drogas ilícitas, motivando a violência doméstica da qual mulheres ainda são vítimas, em pleno século XXI, mesmo após todas as lutas e conquistas feministas. Nesse sentido, uma outra questão: em que medida essas mulheres foram/são beneficiadas com as conquistas feministas? Para a maioria das mulheres da classe média o trabalho remunerado é entendido como a emancipação do doméstico. Mas para essas mulheres pobres, é isso que significa o trabalho fora do ambiente doméstico? Esta, sob meu ponto de vista, é uma importante reflexão que pode ser gerada por esse trabalho, tendo em vista que essas mulheres exercem atividades tanto fora quanto dentro do ambiente doméstico, em situações precárias e de baixa remuneração e assumem, grande parte das vezes, o trabalho doméstico na casa de outras famílias - as mesmas tarefas que já desenvolvem no lar - frequentemente deixando sozinhos/as os/as filhos/as para cuidarem dos/as filhos/as de outros/as, afim de garantir a sobrevivência da família.

Algumas das práticas que descrevi entre essas famílias pobres, no entanto, mostram-se novas, no sentido de que não foram citadas por nenhum outro trabalho conhecido. Uma questão que parece bastante contemporânea é o caráter aglutinador das famílias com chefia feminina, sobretudo quando se tratam de “chefes” mais velhas, já aposentadas e com filhos adultos. Essas mulheres idosas, porém de diferentes gerações, assumem um papel essencial para a sobrevivência de inúmeras famílias pobres ao aliar a tarefa de prover – geralmente possibilitada por baixas aposentadorias ou pensões – à tarefa de cuidar. Questões referentes às relações entre mães e filhos/as e à infância, em geral, também demonstram grandes mudanças, que foram sendo articuladas, sobretudo, nas décadas finais do século XX. Não foi perceptível em nenhuma das fontes documentais o trabalho infantil fora do ambiente

doméstico, porém, devemos levar em consideração as diferenças de gênero que levam as mulheres mais cedo ao mercado de trabalho do que os homens, o que geralmente acontece no período da adolescência. As atividades exercidas, no entanto, limitam-se ao trabalho como empregada doméstica, babá ou diarista, além de pequenas atividades em comércios do bairro. O trabalho no ambiente doméstico, porém, é herdado pela grande maioria das meninas pobres, que aprendem cedo as mesmas tarefas desenvolvidas pela mãe.

A partir do panorama histórico analisado, em ordem cronológica, pode-se perceber como as políticas sociais contribuíram para algumas dessas mudanças nas práticas “populares” no decorrer das décadas. A preocupação com a infância, como vimos, foi, no Brasil do início do século XX, foco central dos mecanismos de vigilância adotados pelo Estado, que visavam normalizar o comportamento dos indivíduos a partir das famílias e posteriormente “reformular” toda a sociedade. Neste sentido, segundo as reflexões de Foucault, a família é um segmento para a gestão da população, na medida em que é pela família que se deve passar quando se quer determinado comportamento sexual, padrão de consumo ou característica demográfica. Desta forma, a família torna-se instrumento privilegiado para o governo da população.³⁰⁸ Examinando as relações entre as famílias pobres e a assistência do Estado, no tempo presente, ficaram claros os esforços estatais cujas pretensões são de normalizar determinados tipos de comportamentos, a partir de diferentes mecanismos que vigiam e educam, tais como a escola, os Conselhos Tutelares, a Assistência Social. A partir desses mecanismos e da produção de discursos normalizadores, algumas práticas, tais como o trabalho infantil e a não presença de crianças na escola, são constantemente condenadas e sobre elas se dá uma ampla estrutura de vigilância e coerção. Cabe ressaltar a importância das políticas de transferência de renda – Bolsa Família – para a normalização de determinados comportamentos com relação à infância, na contemporaneidade. Os olhos do Estado, da mesma forma, agem na vigilância das famílias com relação à higiene e à saúde, como foi possível verificar na história de Maria, relatada no último capítulo, atingindo principalmente as mulheres/mães pobres.

As vivências contemporâneas das mulheres chefes de família dos grupos pobres de Joinville mostram-se, no entanto, repletas de pequenas táticas, tais como as refletidas no segundo capítulo, a partir da teoria de Michel De Certeau. Essas táticas cotidianas permitem que as famílias mantenham grande parte de suas práticas, historicamente exercidas, que

³⁰⁸FOUCAULT, Michel. Op. Cit. 1984.

ajudam a manter a sobrevivência dessas famílias, tendo em vista as lacunas existentes nas políticas sociais.

Frente a essas discussões, fecho este trabalho com uma outra questão, que neste momento me enche de dúvidas: O fato dessas políticas voltadas às famílias terem um caráter que pode ser considerado arbitrário - uma vez que interferem deliberadamente nas suas relações internas – é suficientemente grave para motivar a extinção dessas políticas? Minha dúvida se baseia basicamente na questão de que, com as “condicionalidades” adotadas pelas atuais políticas sociais, as crianças - meninos e meninas pobres - passaram efetivamente a frequentar a escola e assim, em alguma medida, poderão ter oportunidades um pouco diferentes das que tiveram suas mães e pais, que possuem, em sua maioria, baixa escolaridade. Cabe aí a reflexão de Donzelot:

Como continuar a pretender que a prevenção nada tem a ver com o exercício de um poder repressivo, quando ela é mandatada judicialmente para penetrar no santuário familiar, podendo mobilizar, se necessário a força policial? Mas também como denunciar a inflação dos procedimentos de controle e prevenção sem, com isso, legitimar um outro arbítrio, às vezes infinitamente mais perigoso, o da família que, no interior de seus muros, pode maltratar seus filhos e prejudicar gravemente seu futuro?³⁰⁹

Ao mesmo tempo, um paradoxo: ao pensar no futuro das crianças, esquecemos muitas vezes o presente das mulheres pobres, em especial quando se pensa naquelas que chefiam suas famílias. Sobre elas recaem inúmeras responsabilidades e condutas a serem seguidas. Os filhos, que durante tanto tempo foram importantes na complementação de renda das famílias, hoje não têm mais essa função. Os homens pobres - aqueles que não tem emprego e, sobretudo, os que estão na condição de ex-companheiros - em sua maioria, mantêm a posição histórica de não assumir as responsabilidades sobre os filhos, que cabe inteiramente às mães. Fica, portanto, cada vez mais claro que faltam políticas que pensem no presente dessas mulheres que assumem duplas, triplas jornadas de trabalho. Políticas, como dito, voltadas para as funções de cuidados, que tirem essas responsabilidades dos ombros femininos. Da mesma forma, políticas que possibilitem a alfabetização e escolarização para essas mulheres, permitindo que elas melhor se incluam no mercado de trabalho, além de políticas que discutam relações de gênero e planejamento familiar, afim de permitir a emancipação feminina e a equidade de gênero. Assim, tenho certo que uma das poucas conclusões, além das inúmeras novas questões, proporcionadas por esse trabalho é: a

³⁰⁹DONZELOT. Op. Cit. p. 102.

necessidade de políticas sociais mais efetivas voltadas para as mulheres pobres, no tempo presente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ângela Mendes de. (Org.) *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ Editora UFRJ, 1997.

ALMEIDA, Ronaldo de; D'Andrea, Tiaraju. Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. *Novos Estudos – CEBRAP*. n. 68. Mar. 2004. pp. 94-106.

ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Org.) *Memória e (Res) sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004. pp. 15-36.

AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

_____. Relações de gênero e desigualdade em um programa social para a juventude pobre. *Otras Miradas*. vol. 7 n 1. Universidad de Los Andes. Enero - Junio 2007. pp. 97-113.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BÉDARIDA, François. Tempo Presente e Presença na história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. pp. 219-229.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Aspectos conceituais da Vulnerabilidade Social*. Ministério do Trabalho e Emprego e Departamento intersindical de estatística e estudos sócio econômicos- Dieese. Unicamp, 2007. Disponível em <http://www.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf> Acesso em 13. Jun. 2009.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Considerações sobre alguns aspectos do conteúdo dos questionários do Censo Demográfico 2000*. Diretoria de Pesquisas. Censo 2000. Disponível em <www.ibge.gov.br/censo/questionarios.shtml> Acesso em 05. Out. 09.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Memória Institucional*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/historiaoral/>> Acesso em 29. Jun. 09.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *População residente, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, 2000*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/tabela07.pdf> Acesso em 12. Jan. 2.010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Produto Interno Bruto dos municípios – 2006 a 2007*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2003_2007/PIB_2003_2007.pdf> Acesso em 19. dez. 09.

_____. Rendimento médio mensal familiar total e Número de famílias por classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar e religião da pessoa de referência da família. SIDRA-IBGE, 2000. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=758&i=P&opc12191=2&poc12191=2&nome=on¬arodape=on&tab=758&opc12514=2&poc12514=2&unit=0&pov=3&OpcTipoNivt=1&opn1=2&nivt=0&orc12514=4&orp=5&opv=2&orc12191=3&pop=1&orv=2&sev=1976&opp=1&sec12191=103411&pon=1&proc=1&sec12514=111487&sep=36098&orn=1&qtu1=1&cabec=on&decm=99>> Acesso em 18. Dez. 09.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Análise preliminar dos dados. 3a.ed. Brasília. Set. 2008. p.03. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf> Acesso em 01. Ag. 09.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família*. Disponível em <www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/principais-resultados> Acesso em 25. Nov. 09.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília. Nov/2004. Disponível em <<http://www.social.rj.gov.br/familiar/pdf/pnas.pdf>> Acesso em 10. Out. 09.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: M. I. B. Rocha (Org.). *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, 2000. pp. 13-58.

BURKE, Peter. *O que é história Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.

CAMPOS, Emerson César; FLORES, Maria Bernadete Ramos. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). *Revista Brasileira de História*. Vol.27. no.53 São Paulo. Jan./Jun. 2007. pp. 267-296.

_____. *Territórios Deslizantes: recortes, miscelâneas e exibições na cidade contemporânea - Criciúma (SC) (1980-2002)*. Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História - Universidade Federal de Santa Catarina.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 1998.

CARVALHO, Luiza M. S. Santos. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. *Revista de Estudos Feministas*. Vol. 06. N. 01/98. Disponível em <www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewPDFIntersritial/> Acesso em 13.Nov.09.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A Priorização da Família na Agenda da Política Social. In: *Família Brasileira a Base de Tudo*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. O lugar da família na política social. In: *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: Cortez, 2000. pp. 19-25.

CAUFIELD, Suenann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro: 1918 -1940*, Campinas: Unicamp. 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____; GIARD, Luce; MAOL, Pierre.(Org.) *A invenção do cotidiano 2. Morar, Cozinhar*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: A história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAVEAU, Agnès ;TETARD, Phillipe. (Org.) *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

COELHO, Ilanil. Migrações e identidades: Um debate para o estudo da história de Joinville. *Revista da Univille*. n. 08. 2003.

Conselhos Tutelares – Como funcionam – atribuições dos conselheiros. Disponível em <<http://www.promenino.org.br/ConselhosTutelares/tabid/59/Default.aspx>> Acesso em 10.dez.09.

CORRÊA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes.(Org.) *História dos bairros de Joinville*. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 1992.

CORRÊA, Mariza. (Org.) *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e Norma Familiar*. São Paulo: Graal, 1989.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001.

FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

_____. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto / UNESP, 1997. pp. 510-553.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *História da Sexualidade*, vol. I A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: Como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GERSCHMAN, Silvia; SANTOS, Maria Angélica Borges. O Sistema Único de Saúde como desdobramento das políticas de saúde do século XX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21.n. 61. Jun./2006. pp. 177-227.

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.) *História de (I) Migrantes : o cotidiano de uma cidade*. Joinville : UNIVILLE, 1998.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

Joinville tem maior população negra de Santa Catarina. Disponível em < <http://www.santacatarina24horas.com/Joinville-tem-maior-populacao-negra-de-Santa-Catarina.html>> Acesso em 12. Jan. 2010.

JOINVILLE. Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Joinville (IPPUJ) *Joinville Bairro a Bairro. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville*. 2006.

_____. Prefeitura Municipal de Joinville. *Mapa dos bairros de Joinville*. Disponível em <http://www.joinville.sc.gov.br/index2.php?option=com_content&task=view&id=155&Itemid=160&pop=1&page=0> Acesso em 20.Nov.09.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

MACÊDO, Marcia S. Gênero, família e chefia feminina: algumas questões para pensar. In: BORGES, Ângela; CASTRO, Mary Garcia. (org.). *Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2007. pp. 135-177.

MACHADO, Diego Finder. *Redimidos pelos passado? Seduções nostálgicas em uma cidade contemporânea (Joinville, 1997-2008)*. Florianópolis, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História do Tempo Presente – Universidade do Estado de Santa Catarina.

_____. *Fronteiras tênues: Memórias e etnicidades em uma cidade cosmopolita. Anais do IX Encontro Nacional de História Oral*. UNISINOS, 2008.

MAGNANI, José Guilherme C. *Festa no pedaço: Cultura Popular e Lazer na Cidade*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MAFFESOLI, Michel. O poder dos altares. In: *Notas sobre a pós-modernidade: o lugar faz o elo*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de família: Entre a sobrevivência e a autonomia ao Santo Ofício. *Fragmentos de Cultura*. v.12. n.06. nov/dez. 2002. pp. 1087 -1102.

MOTTA, Alda Britto. Família e gerações: atuação dos idosos hoje. BORGES, Ângela; CASTRO, Mary Garcia. (org.). *Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2007. 112-134.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História*. n.10. São Paulo, 1993. pp.17-28.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC. 1998.

_____. (Org.) *Práticas Proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PEREIRA, Ivonete. Não basta ser mãe, tem que ser higiênica e honesta. *Anais do VII Seminário Fazendo Gênero*. Outubro, 2006.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v. 9. n 18. Ago. 89/set.89. pp. 9-18.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, C. de L., SCHMIDT, Simone P. (Orgs.) *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2004. pp. 43-66.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. vol 2, n. 3, 1989. pp. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*. São Paulo. n. 15. Abr. 1997. pp. 13-33.

RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Org.) *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. pp. 31-42.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. pp. 15-38.

RIZZINI, Irene. *O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobras – BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária, 1997.

ROCHA, Isa de Oliveira. *Industrialização de Joinville-SC: Da gênese às exportações*. Florianópolis.[S.N.] UFSC, 1997.

SALVATICI, Sílvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*. v. 8, n. 1. jan-jun. 2005. pp. 29-42.

SANTOS, Silvio Coelho. Índios arredios em Joinville. *Joinville: Ontem e Hoje*. Câmara de vereadores de Joinville. n.3. Março de 2005. pp. 10-16.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. *Revista Nera - Ano 11, n. 13 - Julho/Dezembro de 2008*. pp. 01- 10.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: FAPESP, Ed. Autores Associados, 1996.

SCHÖRNER, Ancelmo. Experiências (com)partilhadas: os “fios” da vida: mulheres migrantes no Morro da Pedra, em Jaraguá do Sul - 1980/2000. *Anais: “Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 – Gênero e Preconceitos”*, Florianópolis, ago./2006.

SCOTT, Joan, Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre. Jul/Dez. 1990. pp. 05-22.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: No loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Janine Gomes; FONTOURA, Arselle de Andrade. “Quer ser declarado livre”: Histórias sobre a presença negra em Joinville no século XIX. *Joinville: Ontem e Hoje*. Câmara de vereadores de Joinville. n.3. Março de 2005. pp. 22-25.

_____, Janine Gomes da; FONTOURA, Arselle Andrade. Histórias de mulheres em situação de violência. *Revista Univille*. v. 12. n. 01. junho de 2007. pp. 104-114.

_____, Janine Gomes da. *Tempo de lembrar, tempo de esquecer...* As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. Joinville: Univille, 2008.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del

(Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo. Contexto, 2000.

SPOSATI, Aldaíza. *A menina LOAS: Um processo de construção da Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 2008.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. *Projeto História*. São Paulo. n.15, abr.1997. pp. 51-71.

_____. Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 44. pp. 341-364.

TOLEDO, Enrique de la Garza. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.) *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1995.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE. *Perfil socioeconômico de Joinville*: edição 2002. Joinville, SC: Editora UNIVILLE, 2002.

VALDEZ, Diane. Inocentes expostos: O abandono de crianças na Província de Goiás no século XIX. *Inter-Ação. Rev. da Faculdade de Educação UFG*. Jan./jun. 2004. pp. 107-129.

Fontes Documentais:

Levantamento Sócio – Econômico - 14/07/2000. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio – Econômico - 29/09/1999. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio – Econômico - 18/07/2000. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio – Econômico - 18/06/2002. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio – Econômico - 05/03/2002. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio – Econômico - 11/08/1999. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio – Econômico - 05/04/2000. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo:

Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio – Econômico - 24/01/2000. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio – Econômico - 24/10/1997. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio – Econômico - 13/02/2001. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio – Econômico - 24/01/2002. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio – Econômico - 25/11/1997. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio – Econômico - 30/04/1997. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio Econômico – 19/11/1999. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social.

Levantamento Sócio Econômico – 15/12/1999. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social.

Levantamento Sócio Econômico – 29/09/1999. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social.

Levantamento Sócio Econômico – 01/06/2001. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social.

Levantamento Sócio Econômico – 25/11/1997. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social.

Levantamento Sócio Econômico – 28/07/2000. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social.

Levantamento Sócio Econômico – 2/03/1999. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social.

Levantamento Sócio Econômico – 11/07/2002. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social.

Levantamento Sócio Econômico – 12/07/1999. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social.

Levantamento Sócio Econômico - 25/06/1997. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo:

Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio Econômico - 27/01/2000. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio Econômico - 28/06/2000. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio Econômico - 14/03/2000. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio Econômico - 22/06/2001. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio Econômico - 25/06/2001. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio Econômico - 15/09/1998. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio Econômico - 14/01/2000. Secretaria de Bem Estar Social. Acervo: Secretaria de Bem Estar Social de Joinville.

Levantamento Sócio Econômico. 19/12/2008. Secretaria de Bem Estar Social de Joinville – CRAS. Acervo: CRAS – Morro do Meio. Joinville – SC.

Relatório de Acompanhamento Familiar. In.: Levantamento Sócio Econômico. Secretaria de Bem Estar Social de Joinville. 19.12.2008. Acervo: CRAS Morro do Meio. Joinville – SC.

Obras:

TERNES, Apolinário. *História de Joinville: uma abordagem crítica*. Joinville: Meyer, 1981.

_____. *História econômica de Joinville*. Joinville: Meyer, 1986.

Entrevistas Orais:

AGNES. 46 anos. Entrevista concedida a Sara Simas, no dia 14 de maio de 2009, no CRAS Paranaguamirim.

DALVA. 50 anos. Entrevista concedida a Sara Simas, no dia 23 de abril de 2009, no CRAS Morro do Meio.

MARIA. 47 anos. Entrevista concedida a Sara Simas, no dia 13 de maio de 2009, no CRAS Jardim Paraíso.

PATRÍCIA. 30 anos. Entrevista concedida a Sara Simas, no dia 06 de maio de 2009, no CRAS Jardim Paraíso.

SÔNIA. 30 anos. Entrevista concedida a Sara Simas, no dia 23 de abril de 2009, no CRAS Morro do Meio.

TAMIRES. 34 anos. Entrevista concedida a Sara Simas, no dia 16 de maio de 2009, na residência da entrevistada, em Joinville-SC.

Periódicos:

Jardim Paraíso: moradores se unem pelo progresso. *A Notícia*. Joinville, 23.07.2000. p. B9.

Jardim Paraíso está à procura de um “dono”. *A Notícia*. Joinville, 24.02.1988. p. 05

Jardim Paraíso continua terra de ninguém. *A Notícia*. Joinville, 25.06.1994. p.05.

Violência e problemas sociais. *A Notícia*. Joinville, 30.11.2003 p.03

Aumenta o número de crimes em Joinville. *A Notícia*. Joinville, 22.10.1989 p.61.

Violência é tema de Debate em Joinville. *A Notícia*. Joinville, 21/07/2009. Disponível em <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2587705.htm>> Acesso em 01.ag.09.

Delegado Regional Dirceu Silveira fala sobre o número de tentativas de assassinato em Joinville. *A Notícia*. Joinville, 07/02/2009. Disponível em <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2397409.htm>> Acesso em 01.Ag.09.

"Café na Associação" quer mostrar problemas do Morro do Meio às autoridades de Joinville. *A Notícia*. Joinville, 18/05/2009. Disponível em <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2514263.htm>> Acesso em 01.Ag.09.

Garoto de 12 anos que pilotava moto e sofreu acidente permanece na UTI, em Joinville. *A Notícia*. Joinville, 19/05/2009. Disponível em <
<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2515590.htm>> Acesso em 05.Ag.09.

Chuva causa pontos de alagamento em Joinville. *A Notícia*. Joinville, 10/03/2009 Disponível em <
<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2433448.htm>> Acesso em 05.Ag.09.

Prefeitura de Joinville derruba casas em área de preservação permanente. *A Notícia*. Joinville, 04/04/2009. Disponível em <
<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2465403.htm>> Acesso em 05.Ag.09.

Audiência Pública discute situação de Estação de Tratamento de Esgoto. *Câmara de Vereadores de Joinville*. 06/07/2007 Disponível em <
http://www.cvj.sc.gov.br/index.php?goto=noticias_view&cd=3234> Acesso em 05.Ag.09.

APÊNDICES

Roteiro das entrevistas realizadas para o trabalho:

1. Apresentação pessoal:

- Nome (se quiser) e idade.

2. Trajetória de vida:

- Falar sobre suas origens: onde nasceu e/ou cresceu, como eram suas relações familiares na infância e adolescência. Se nasceu fora de Joinville, como foi sua chegada na cidade.

3. Vida atual:

- Relações familiares. Por quem a família é formada? Membros que habitam na mesma casa.
- Número de filhos/as. Idades.
- Qual a relação com os membros da família extensa?
- Relacionamentos amorosos. Tem um parceiro/ companheiro? Mora na mesma casa? Como o conheceu/escolheu? Já teve outros companheiros? Como foram os relacionamentos anteriores?
- Como é sua rotina? Quais as suas atividades no dia-a-dia? E as atividades dos demais membros de sua família? Divisão de tarefas. Trabalha fora de casa? Faz o que, quanto recebe?
- Você atualmente é a principal provedora da sua família? Outros membros a ajudam financeiramente, dividem despesas?
- Como é o bairro em que vive? Como chegou ali/ há quanto tempo? Gosta de morar ali, tem

amigas/os?

- Como é a relação com os vizinhos, amigos, patrões? Existem redes de ajuda mútua?
- Recebe algum tipo de auxílio de programas Sociais, como o CRAS? Como é a sua relação com o programa/ instituição? Que tipo de auxílio recebe? Faz uso do Sistema Único de Saúde?
- Você se considera uma “chefe de família”, para você o que significa esse termo?

ANEXOS

Mapa dos bairros de Joinville:

- 01 - Jardim Paraíso
- 02 - Jardim Sofia
- 03 - Aventureiro
- 04 - Bom Retiro
- 05 - Jardim Iriirú
- 06 - Vila Nova
- 07 - Costa e Silva
- 08 - Santo Antônio
- 09 - Iriirú
- 10 - Glória
- 11 - América
- 12 - Saguapé
- 13 - Boa Vista
- 14 - Espinheiros
- 15 - São Marcos
- 16 - Atiradores
- 17 - Centro
- 18 - Anita Garibaldi
- 19 - Bucarein
- 20 - Guanabara
- 21 - Fátima
- 22 - Adhemar Garcia
- 23 - Morro do Meio
- 24 - Nova Brasília
- 25 - Floresta
- 26 - Itaum
- 27 - Paranaguamirim
- 28 - Petrópolis
- 29 - João Costa
- 30 - Santa Catarina
- 31 - Boehmenwald
- 32 - Itinga
- 33 - Jarivatuba
- 34 - Vila Cubatão
- 35 - Comasa

